



NÚMERO: 152/2011

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

EVALDO DO NASCIMENTO BORGES

**AS PRAÇAS PÚBLICAS NO CENTRO DE ILHÉUS – BA: USOS,
FUNÇÕES E CONFLITOS SOCIAIS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA
AO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UNICAMP
PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM
GEOGRAFIA, NA ÁREA DE ANÁLISE
AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. ARLÊUDE BORTOLOZZI

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELO ALUNO E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. ARLÊUDE BORTOLOZZI**

Orientador(a)

Campinas, 2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CÁSSIA RAQUEL DA SILVA – CRB8/5752 – BIBLIOTECA “CONRADO PASCHOALE” DO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
UNICAMP

B644p Borges, Evaldo do Nascimento, 1969-
As praças públicas no centro de Ilheus – BA: usos,
funções e conflitos sociais / Evaldo do Nascimento
Borges. - Campinas, SP.: [s.n.], 2011.

Orientador: Arlêude Bortolozzi.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Geociências.

1. Praças. 2. Cidades e vilas. 3. Políticas públicas.
4. Conflito social. I. Bortolozzi, Arlêude. II. Universidade
Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.
III. Título.

Informações para a Biblioteca Digital

Título em inglês: The public squares in Ilheus – BA center's city: uses, functions and social conflicts:

Palavras-chaves em inglês:

Squares

Cities and towns

Public politics

Social conflicts

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Mestre em Geografia.

Banca examinadora:

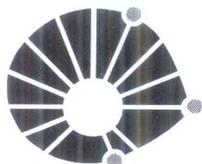
Arlêude Bortolozzi (Orientadora)

Claudete Castro Silva Vitte

Eugênio Fernandes Queiroga

Data da defesa: 26-10-2011

Programa de Pós-graduação em: Geografia



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

AUTOR: Evaldo do Nascimento Borges

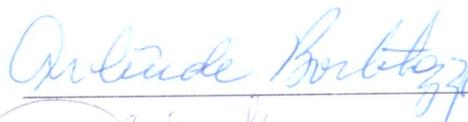
“As praças públicas do Centro de Ilhéus – BA: usos, funções e conflitos sociais”

ORIENTADORA: Profa. Dra. Arlêude Bortolozzi

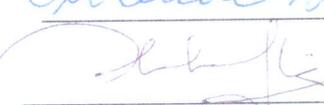
Aprovada em: 26 / 10 / 2011

EXAMINADORES:

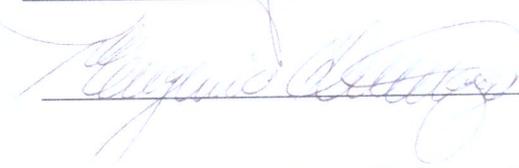
Profa. Dra. Arlêude Bortolozzi

 - Presidente

Profa. Dra. Claudete de Castro Silva Vitte



Prof. Dr. Eugênio Fernandes Queiroga



Campinas, 26 de outubro de 2011.

AGRADECIMENTOS

“Por tudo dai graças”, assim diz o livro sagrado. Agradecer nada mais é do que dizer para todos que o cercam, vocês são muito importantes, obrigado por fazer parte da minha vida. Alguns estão mais presentes, outros nem tanto. Compreendo isso hoje como fruto da forma acelerada que escolhemos viver, mas é preciso encontrar no tempo, o tempo para pensar e refletir sobre a importância das relações e ciclos de amizades que temos.

A parte mais cruel nesse momento de reflexão é relembrar passo a passo essa caminhada do mestrado com o cuidado de não esquecer ninguém. Assim quero registrar em primeiro lugar, meu agradecimento àqueles que o nome escapar, entrevistados na praça, ambulantes, profissionais liberais, servidores públicos, jornalistas, autoridades e outros.

A parceria da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) foram fundamentais neste Mestrado Interinstitucional, creio que essa parceria não seria possível sem a interlocução do Prof. Dr. Raul Reis Amorim, que estreitou o caminho entre as instituições e também incentivou a mim e a outros colegas, a você amigo meu muito obrigado.

Na UNICAMP agradeço a todos os professores que tive oportunidade de conhecer e estabelecer contatos profícuos durante e no decorrer de todo o processo, das aulas às viagens de campo, e em especial à minha orientadora Profa. Dra. Arlêude Bortolozzi. Assim como ao Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias, à Profa. Dra. Adriana Bernardes, o Prof. Dr. Márcio Antônio Cataia, ao atual coordenador do programa MINTER, Prof. Dr. Archimedes Perez Filho, à Profa. Dra. Maria Tereza Paes, ao Prof. Dr. Carlos Roberto Espindola, à Profa. Dra. Regina Célia Oliveira.

Na secretaria da Pós-Graduação do Instituto de Geociências, quero agradecer especialmente a eficiência da Valdirene Pinotti (Val), pelo socorro imediato em todas as situações e a presteza da Maria Gorete Bernardelli.

Agradeço, particularmente, pela participação na Banca do Exame de Qualificação desta dissertação, ao Prof. Dr. Eugênio Fernandes Queiroga da USP, que trouxe contribuições enriquecedoras, além das leituras proporcionadas com sua tese sobre a “Megalópole e a Praça”. E à Profa. Dra. Adriana Bernardes da Unicamp, por indicações bibliográficas e compartilhamento dos seus conhecimentos sobre as questões que envolvem o processo de urbanização brasileira.

Na UESC, agradeço a todos que foram receptivos e acolheram com satisfação minhas dificuldades e angústias, em particular, ao Prof. Msc e futuro Dr. Gilmar Trindade e à Profa. Dra. Ednice de Oliveira Fontes, vice coordenadora do MINTER na UESC que se preocupou com todos, professores e alunos.

Aos colegas do mestrado Karla Verônica dos Santos Costa, Itatiana Cláudia Barbosa, Kaliana Guimarães Rodrigues, Neylana Sousa Brito, Paula Fabyanne Marques Ferreira, Isis Penna Lima, Éder Evangelista dos Santos pelas experiências, angústias e alegrias compartilhadas, em particular a ajuda constante de Liliane Matos Goes “Lili potência”, a amizade e presteza de Greiziane Araújo Queiroz “Greizi”, o carinho de Renata Santos “Tinha” e a serenidade de meu amigo Josevan Dutra dos Santos o “poderoso chefe”.

Aos muitos amigos e compadres (do surf, da igreja, da capoeira, de infância e farra) que entenderam meu distanciamento e apoiaram a busca de mais esse degrau acadêmico.

Aos meus irmãos e sócios Edval e José Nascimento por segurarem a barra do trabalho nesses dois anos, aos meus pais Judith e Francisco pelo amor, carinho e atenção; a minhas irmãs Janete e Helena, que como eu, continuam a estudar e aos meus outros irmãos Junior, Waldez, Pedro, esposas e sobrinhos.

A impressão que se tem é que dois anos é um espaço de tempo curto, mas Deus multiplica todas as coisas boas, assim, agradeço a ele porque nesse período acadêmico casei e minha esposa Laís Machado, para glória de Deus, me deu hoje a adorável notícia: “você vai ser pai”. Ela que tem sido minha parceira incondicional, inclusive me auxiliando nas pesquisas. Agradeço também a minha sogra Luciene e minhas cunhadas Rebecca e Laiana porque sei que estão felizes por essa conquista.

Costumam dizer que a ciência é a negação de Deus. Contrariando essa máxima eu digo que acreditar na ciência e fazer novas descobertas é ter a prova que somente Deus é capaz de revelar a sabedoria por meio dos homens.

*Meus sinceros agradecimentos a vocês. Essa etapa
está sendo vencida, que venha a próxima,
Evaldo Borges.*

SUMÁRIO

RESUMO	xxiii
ABSTRACT	xxiv
INTRODUÇÃO	1

CAPÍTULO I

URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E A FORMAÇÃO DA CIDADE DE ILHÉUS - BA	7
1.1 Diferentes momentos da urbanização brasileira.....	10
1.2 O momento atual e a aceleração da expansão urbana	19
1.3 A origem da cidade de Ilhéus - BA	29
1.3.1 As redes e sua importância no Sul da Bahia	34
1.3.2 A cidade e o centro urbano de Ilhéus no contexto atual.....	43

CAPÍTULO II

AS PRAÇAS PÚBLICAS NO CENTRO DE ILHÉUS – BA: ASPECTOS

INTRODUTÓRIOS	55
2.1 Antecedentes das praças e o surgimento desses espaços públicos no Brasil	58
2.2 Caracterização, usos e funções das praças públicas no centro de Ilhéus – BA:	66
2.3 As praças públicas como Patrimônio Cultural	82
2.4 As praças públicas como local de trabalho.....	86

CAPÍTULO III

OS CONFLITOS SOCIAIS REVELADOS NO USO DAS PRAÇAS PÚBLICAS DE ILHÉUS.....

3.1 As Políticas de uso do espaço urbano em Ilhéus.....	93
3.2. A análise das praças públicas no cotidiano da comunidade local: moradores, transeuntes, frequentadores e trabalhadores informais.....	105

3.3. Os conflitos sociais envolvendo o(s) uso(s) da(s) praças identificados na pesquisa.....	119
3.3.1 O uso das praças na perspectiva dos vendedores ambulantes.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133
ANEXOS.....	143

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista aérea de Ilhéus em 1953, ao fundo a desembocadura do Rio Cachoeira	09
Figura 2: Baía do pontal, antigo porto de Ilhéus.	09
Figura 3: Capela N. S. das Vitórias; Igreja de São Jorge; Catedral de São Sebastião, Ilhéus-Ba. .	11
Figura 4: Ponte Governador Lomanto Jr; Praça Cairú, Ilhéus-Ba	17
Figura 5: Palácio Paranaguá, meados do século XX; Palacete Misael Tavares, Ilhéus-Ba	25
Figura 6: Residência do Cel. Tico Brandão; Praça e Palacete do Cel. Pessoa, Ilhéus-Ba.....	25
Figura 7: Edifício Santa Clara na década de 1970; Edifício Santa Clara, visão recente com ampliação da linha de costa, Ilhéus-Ba.	27
Figura 8: Bairro Cidade Nova, Av: Soares Lopes meados no século XX; Bairro Cidade Nova, verticalização na Avenida Soares Lopes século XXI, Ilhéus-Ba.....	27
Figura 9: Área subscrita da extinta Capitania e alguns municípios criados posteriormente.....	30
Figura 10: Localização do município de Ilhéus – BA.....	32
Figura 11: Rede de cidades polarizadas por Ilhéus e Itabuna, municípios em destaque	39
Figura 12: Municípios de Ilhéus e Itabuna com distritos, vilas e principais rodovias.	41
Figura 13: Sítio urbano de Ilhéus, macrozoneamento da sede	45
Figura 14: Vista panorâmica da cidade de Ilhéus.	49
Figura 15: Calçadões e praças onde o comércio informal se difunde , Ilhéus-Ba	50
Figura 16: Roteiro do Circuito Canela, Ilhéus-Ba	52
Figura 17: Vista da Piazza Del Campo e ao fundo o Palazzo Pubblico; Piazza Del Mercato.....	59
Figura 18: Largo do pelourinho, oficialmente Praça José de Alencar	62
Figura 19: Pátio de São Pedro no Recife e Igreja de São Pedro dos Clérigos	63
Figura 20: Pátio do Colégio, Marco histórico do nascimento da cidade de São Paulo.	63
Figura 21: Praça Dom Eduardo na década de 1920, Ilhéus-Ba.....	67
Figura 22: Praça Coronel Pessoa, Ilhéus-Ba	69
Figura 23: Praça Cairú, Ilhéus-Ba	69
Figura 24: Praça José Joaquim Seabra, Ilhéus-Ba.....	69
Figura 25: Praça Castro Alves, Ilhéus-Ba	69
Figura 26: Praça Ruy Barbosa, Ilhéus-Ba	69
Figura 27: Praça Dom Eduardo, Ilhéus-Ba	69

Figura 28: Centro da cidade de Ilhéus com localização das praças e alguns pontos turísticos	71
Figura 29: Praça Cairú meados do século XX com o antigo formato, Ilhéus-Ba	72
Figura 30: Praça Cairú vista do alto; Praça Cairú, uso do <i>marketing</i> comercial, Ilhéus-Ba	73
Figura 31: Praça J. J. Seabra e Palácio Paranaguá, sede da prefeitura, Ilhéus-Ba	73
Figura 32: Praça J. J. Seabra, fotografos lambe-lambe; Praça J. J. Seabra, jogos de dominó, Ilhéus-Ba.....	75
Figura 33: Largo da Praça Dom Eduardo, ao fundo Bar Vesúvio.....	75
Figura 34: Turistas na praça, domingo pela manhã; Bar Vesúvio, O Ponto Chic e o Teatro Municipal, Ilhéus-Ba.....	76
Figura 35: Praça Coronel Pessoa, meados do século XX, Ilhéus-Ba.....	77
Figura 36: Praça Coronel Pessoa, ao fundo residência do Cel. Aureliano Brandão, Ilhéus-Ba.....	78
Figura 37: Ocupação do espaço na Praça Cel. Pessoa, Ilhéus-Ba.....	79
Figura 38: Praça Castro Alves, década de 1930, Ilhéus-Ba.....	79
Figura 39: Praça Castro Alves, quiosque ao fundo e Parquinho, Ilhéus-Ba.....	80
Figura 40: Dia de festa na Avenida Soares Lopes; Ambulantes se organizando para a festa, Ilhéus-Ba.....	81
Figura 41: Praça Ruy Barbosa até década de 1980; em 2009 sem manutenção, Ilhéus-Ba.....	81
Figura 42: Roteiro do Circuito Cravo Ilhéus-Ba.....	85
Figura 43: Recorte do zoneamento urbano de Ilhéus.....	102
Figura 45: Praça Cairú dentro da rotatória de veículos; por outro ângulo, Ilhéus-Ba.....	107
Figura 46: Praça Cel. Pessoa, ponto de ônibus, Ilhéus-Ba.....	108
Figura 47: Praça Cel. Pessoa, ponto de ônibus; Comércio ambulante, Ilhéus-Ba.....	109
Figura 48: Praça J. J. Seabra e Palácio Paranaguá, sede do governo municipal, Ilhéus-Ba.....	110
Figura 49: Quiosque de lanches; - Fotógrafo lambe-lambe, Ilhéus-Ba.....	110
Figura 50: Praça Castro Alves pela manhã; Ambulantes montando barracas para a tarde, Ilhéus-Ba.....	111
Figura 51: Praça Ruy Barbosa, ainda com árvores; Retirada das árvores em junho 2010, Ilhéus-Ba.....	113
Figura 52: - Remoção das raízes final de junho 2010; Situação em 22 julho 2010, Ilhéus-Ba.....	114

Figura 53: Apelo da comunidade, setembro 2010; Começo da reforma, outubro 2010, Ilhéus-Ba.....	114
Figura 54: Andamento da reforma, fevereiro 2011; Condições da praça em julho 2011, Ilhéus-Ba.....	115
Figura 55: Praça Dom Eduardo ornamentada para os festejos juninos, Ilhéus-Ba.....	115
Figura 56: Bar Vesúvio com estátua do escritor; Uso social da praça, quadro desaparecidos da Rede Bahia, Ilhéus-Ba.....	116
Figura 57: Busto de Castro Alves e as franquias <i>Bob's e Subway.</i> , Ilhéus-Ba.....	118
Figura 58: Forma de uso das praças no centro de Ilhéus-Ba.....	120
Figura 59: Ocupação das praças do centro pelo comércio ambulante, Ilhéus-Ba.....	121
Figura 60: Acessibilidade das praças no centro de Ilhéus-Ba.....	122
Figura 61: Parceria na adoção de praças no centro de Ilhéus-Ba.....	123

LISTA DE SIGLAS

AVAI Associação dos Ambulantes de Ilhéus
BNB Banco do Nordeste do Brasil
BNH Banco Nacional de Habitação
CEDOC Centro de documentos
CEDURB Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano
CNES Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
COELBA Companhia de Eletricidade da Bahia
DESENBANCO Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia
DII Distrito Industrial de Ilhéus
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IPAC Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural
IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
LAPA Laboratório de Análise e Planejamento Ambiental
MINTER Mestrado Interinstitucional
PDMP Plano Diretor Municipal Participativo de Ilhéus
PEA População Economicamente Ativa
PIB Produto Interno Bruto

PLAMI Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de Ilhéus

PRODETUR NE Programa de Desenvolvimento turístico do Nordeste
PUB Plano Urbanístico Básico de Ilhéus
SEI Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia
SERFHAU Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SNIC Sistema nacional de informação das cidades
SETUR Secretaria do Turismo
SUDENE Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TELESUL Companhia Telefônica Sul-baiana

UESC Universidade Estadual de Santa Cruz

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

URBIS Habitação e urbanização da Bahia S.A

USP Universidade de São Paulo

ZAP Zona de Adensamento Preferencial

ZAR Zona de Adensamento Restrito

LISTA DE ABREVIATURAS

BA Bahia

BR Brasil

CD Disco Compacto

CEDOC Centro de documentos

CEL. Coronel

DVD Disco de vídeo

J. J. José Joaquim

TV Televisão

V. B. Vassoura de bruxa

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População total de Ilhéus e Itabuna. 1980 – 2010.....	42
Tabela 2: Produto interno bruto de Ilhéus e Itabuna, 2003 -2008.....	43
Tabela 3: Soma da rede pública e particular de ensino em Ilhéus	47
Tabela 4: Ambulantes nas praças e ruas do centro de Ilhéus	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Cursos oferecidos na Faculdade de Ilhéus	48
Quadro 2: Estrutura, visibilidade, acesso e fluxo das praças no centro de Ilhéus	117
Quadro 3: Dificuldades encontradas pelos ambulantes para se instalar nas praças	126



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

**AS PRAÇAS PÚBLICAS NO CENTRO DE ILHÉUS – BA: USOS, FUNÇÕES E
CONFLITOS SOCIAIS**

RESUMO

Dissertação de Mestrado

IVALDO DO NASCIMENTO BORGES

A globalização trouxe novos desafios para os estudos sobre as cidades. As transformações dos centros urbanos e tudo o que ocorre nas cidades rebatem diretamente sobre o modo de vida das pessoas. O estudo das praças é importante para identificar como se desenvolve a dinâmica econômica, política e social nas cidades, as relações de uso e conflito dos espaços públicos e também sua expressão como importante símbolo no contexto urbano. O objetivo geral da pesquisa foi analisar os usos das praças do centro de Ilhéus, pensando esses espaços da cidade a partir de políticas públicas que possam contemplar socialmente as coletividades. Esse estudo sobre o espaço urbano apoiou-se em leituras críticas da realidade, com base no método e nas teorias sobre o espaço difundidas pelo geógrafo Milton Santos. Ilhéus é uma cidade litorânea do sul da Bahia e nas três últimas décadas vive sob os efeitos da crise na produção do cacau, responsável por provocar mudanças significativas na vida urbana. As praças desse estudo foram agrupadas segundo sua importância política e social, verificando os “fixos e fluxos” e os elementos que as compõem. Os procedimentos metodológicos foram realizados através da observação e visitas às praças, análise e interpretação de fotografias antigas e atuais, recortes de jornais e textos adquiridos no acervo público da cidade e da Universidade Estadual de Santa Cruz, questionários aplicados com o público frequentador das praças e entrevistas com secretários da prefeitura. Além de bibliografias pertinentes a discussão teórica, foram utilizados relatos e informações históricas sobre as praças urbanas de Ilhéus. Após a análise e tratamento dos dados, foram selecionados quadros, tabelas e figuras e, posteriormente, inseridos na construção textual, ao longo dos três capítulos em que o trabalho foi estruturado. Os múltiplos usos das praças mostram que nelas as relações sociais se recrudesceram pelas divergências de opiniões. A gestão municipal tem o papel de mediar estes conflitos e apresentar soluções que contemplem a maioria dessas comunidades.

Palavras-chave: praças públicas - políticas públicas - conflitos sociais. ,



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

**THE PUBLIC SQUARES IN ILHEUS – BA CENTER’ S CITY: USES, FUNTIONS AND
SOCIAL CONFLICTS**

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado

EVALDO DO NASCIMENTO BORGES

Globalization has brought news challenges for the urban studies. The changes of urban center and everything that happens around the cities are directly related to people’s style of life. The study of public squares is important to identify the development of cities’ economical, political and social dynamics, the relations of uses and conflicts of public squares. And also as an expression of important sign in the urban context. The principal objective of this research was to identify the uses of public squares of Ilheus city’s center, thinking those spaces for public politics capable to include socially the communities. This urban study had this base from a critical lecture of reality founded in Milton Santos with theoretical and methodical spatial approaches. Ilheus is a coast city in the southern of Bahia, and have been during the last three decades surviving under the crises of cocoa’s production, responsible for deep changes in urban ways of life. The public squares in this research was grouped according their social and political importance, verifying existing fluxes and fixes and their different elements. The methodological steps of this research were realized through observation and visits to public squares, also through analysis and interpretation of new and old pictures, newspaper’s and texts founded in public’s data from city and Santa Cruz University. Also some surveys were applied with people that frequent those public squares, and interviews were realized with the local council as well. Besides the main bibliography and theoretical debates were used narratives and historical information about the center’s urban of Ilheus. After the data’s analyze and interpretation figures, tableaux were selected and textually included along the three chapters that structured this work. The multiple uses from the public squares shows that in there, the social relationships where recrudesced from people with different opinions. The municipal management has the roll to mediate these conflicts and to present solutions that contemplates a majority of communities.

Key Words: public squares - public politics - social conflicts.

INTRODUÇÃO

As transformações dos centros urbanos e tudo o que ocorre nas cidades rebatem diretamente sobre o modo de vida das pessoas. O Brasil, especialmente nos últimos cinquenta anos, passou por um processo acelerado de urbanização, por isso demanda investigações propositivas que expliquem as questões atuais e contribuam com reflexões acerca do uso social dos espaços públicos Estes cada vez mais disputados nas cidades.

A cidade é, por excelência, o espaço das transformações. De acordo com Lynch (1997, p.101), a cidade é “uma organização mutável e polivalente, um espaço com muitas funções, erguido por muitas mãos num período de tempo relativamente rápido”. O autor coloca as cidades como espaço urbano onde a grande maioria dos seres humanos vive e estabelece relações de convívio social, o que implica em diferentes usos e formas de ocupação.

Essas aglomerações humanas, habitadas por diferentes atores sociais, criam (no seu bojo) situações de conflito na organização e apropriação desses espaços urbanos, pois os interesses são diversos e as áreas públicas nem sempre atendem às necessidades de todos.

Aquilo que é construído nas cidades (ruas, avenidas, pontes, ciclovias, calçadas, viadutos, hospitais, praças e outros equipamentos urbanos para uso das coletividades) têm propósitos distintos e complexos. Entretanto, quando pensados sob a perspectiva do uso, esses equipamentos atendem às necessidades vitais para a reprodução da sociedade promovendo a fluidez e a articulação intraurbana.

As paisagens do centro da cidade de Ilhéus (BA) revelam o uso que é feito dos espaços públicos pela população, em particular, o uso das praças públicas. Os diferentes usos das praças dão a impressão de harmonia pela forma, mas também de desordem pelo uso que é feito desses espaços, como observou Rocha (2003, p. 122): “Lugar de ajuntamento, de passagem, de comércio informal, de discursos, de pregações religiosas, de apregoar virtudes de raízes e simpatias, do mendigo, do sem teto. Lugar de todos. Lugar de ninguém”.

O estudo desses espaços é importante para identificar como se desenvolve a dinâmica econômica, política e social nas cidades, as relações de uso e conflito dos espaços públicos e também sua expressão como importante símbolo no contexto urbano. Para Queiroga, referindo-se às cidades megalopolitanas da região sudeste do Brasil, “as praças são não apenas locais que se

prestam para expressar simbolicamente o poder (religioso ou governamental, do capital financeiro ou cultural da elite), mas fortes símbolos das próprias cidades” (QUEIROGA, 2001, p. 153).

As praças como equipamentos urbanos atendem a um número diverso e distinto da população e podem ter suas funções alternadas entre o dia e a noite. Em alguns casos, podem se tornar referência histórica e turística por se tratarem de formas urbanas geralmente relacionadas à origem das cidades. A elas podem estar associadas as funções de lazer e de entretenimento; mas, a depender dos interesses, as praças públicas também podem ter outros usos, contradizendo o que preconizam as políticas públicas, mas legitimando a necessidade das coletividades que podem usar esse espaço como símbolo de identidade e pertencimento.

Ilhéus é uma cidade litorânea do sul da Bahia, formada como núcleo primaz da Capitania de São Jorge dos Ilhéus e que ficou conhecida nacional e internacionalmente pela cultura do cacau. Nas três últimas décadas vive sob os efeitos da crise na produção do cacau, da reorganização produtiva com inserção de outras culturas, das políticas que direcionaram algumas indústrias para o interior do Estado, e da consolidação de redes associadas ao comércio, turismo e educação. Situações que, de alguma forma, alteraram o uso da cidade e dos seus espaços públicos. É visível atualmente o número crescente de pessoas que ocupam as praças públicas no centro de Ilhéus, levados pelos motivos mais diversos como lazer, mendicância, trabalho e mesmo manifestações sociais, todos fazendo uso desse espaço de forma legítima ou não. Essas variedades de condições de uso do espaço público despertaram o interesse pela pesquisa, a partir do momento em que os questionamentos emergiram em busca de explicação:

- 1) Até que ponto os usos e as funções das praças no centro de Ilhéus estão promovendo a inserção social daqueles que as utilizam como local de trabalho?
- 2) Há conflitos entre aqueles que normatizam as políticas urbanas e aqueles que fazem uso social das praças?

As praças Cairú, J.J Seabra, Dom Eduardo, Coronel Pessoa, Castro Alves e Conselheiro Ruy Barbosa foram escolhidas como objeto de investigação da pesquisa, não somente pela sua condição atual, mas pela importância política, social e cultural no contexto histórico da cidade de Ilhéus.

Assim sendo, o objetivo geral da pesquisa foi analisar os usos das praças do centro de Ilhéus, pensando esses espaços da cidade a partir de políticas públicas que possam contemplar socialmente as coletividades. Nesse âmbito, foram estabelecidos os objetivos específicos:

- Caracterizar as praças do centro Ilhéus e seus entornos imediatos.
- Mostrar com base no uso do território urbano, as transformações ocorridas no centro da cidade de Ilhéus.
- Identificar como se dão as ações do poder público local quanto à função e à preservação das praças do centro da cidade.
- Identificar nas praças do centro de Ilhéus seus usos e conflitos atuais.
- Responder as duas questões levantadas no início da pesquisa.

A identificação do método apropriado a cada investigação científica é fundamental, ainda que traga resultados diferentes do imaginado. Precisa ser consistente o suficiente para ajudar no desenvolvimento da pesquisa e contribuir com o estudo de uma temática complexa que envolve a vida de relações na cidade.

Pautado nessa premissa, o estudo sobre o espaço urbano apoiou-se em leituras críticas da realidade, com base no método e nas teorias sobre o espaço difundidas pelo geógrafo Milton Santos. Quando Santos define “os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as estruturas como elementos do espaço” (SANTOS, 1997b, p.06), ele passa a indicar as variáveis fundamentais da constituição e entendimento do espaço geográfico, e começa também a definir categorias analíticas em função da relação estabelecida entre essas partes.

A intenção nessa abordagem de geografia urbana é resgatar um pouco da história da cidade de Ilhéus, analisando o uso do território urbano e suas relações socioespaciais. Assim sendo, os “fixos e os fluxos” são também entendidos enquanto “princípio de método para analisar o espaço”.

Na pesquisa, a argumentação parte da realidade concreta da cidade, das ações exercidas pelas comunidades que vivenciam os espaços públicos das praças, e também pela circulação. “Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa de homens [...] Os fluxos são o movimento, a circulação, e assim eles nos dão, também a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo”. (SANTOS, 1997c, p.77).

Fazendo uso desse princípio, as praças que se encontram no centro da cidade de Ilhéus foram escolhidas e agrupadas segundo sua importância política e social, verificando os “fixos e

fluxos”, os elementos que as compõem e até que ponto umas são “reduzíveis” às outras (onde as suas funções e formas de uso se confundem). Segundo Santos “o estudo das interações entre os diversos elementos do espaço é um dado fundamental da análise na medida em que *função é ação*, a interação supõe interdependência funcional entre os elementos” (SANTOS, 1997b, p.7).

O dado histórico ajuda a entender a evolução temporal das praças que fazem parte da cidade de Ilhéus desde o início do século XX. “A cada momento histórico cada elemento muda seu papel e sua posição no sistema temporal e no sistema espacial, e a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo” (SANTOS, 1997b, p.9). Por esse motivo foram levantadas informações do passado das praças e das relações estabelecidas nesses espaços.

A praça com seus usos e funções é um recorte do espaço público, que funciona submetido à escala local que, por sua vez, faz parte de uma escala espacial maior, a cidade. Com base nessa relação, buscou-se entender a cidade a partir desse recorte espacial urbano. Desse modo, a “forma, estrutura, processo e função” foram utilizadas como categorias de análise do espaço indicadas pelo mesmo autor.

A *forma*, entendida como “arranjo ordenado dos objetos, a um padrão” (SANTOS, 1997b, p.50). Nas praças, isso se revela como o visível na paisagem e estas certamente passaram por mudanças ao longo do tempo. A *função*, “atividade desempenhada por uma forma ou coisa” (SANTOS, 1997b, p.50), nesse estudo, pode ser vista pelo uso que a sociedade faz desses espaços. Lembrando que a função é algo previsto para as formas concebidas, no entanto, o uso pode ser a complementaridade ou não dessas formas, preenchendo total ou parcialmente os requisitos da função proposta ou ainda criando novos usos. Tentando clarificar o exposto, é o efetivamente vivido que garante os usos das formas criadas, que são reveladas pelas práticas socioespaciais.

A *estrutura*, pautado no modelo econômico vigente onde as cidades e o espaço público dos centros urbanos se desenvolveram fundadas no capitalismo e na acumulação do capital, e o *processo* “é a ação contínua implicando continuidade e mudança” (SANTOS, 1997b, p.50).

A visão de totalidade nas categorias apresentadas por Santos permite entender o conjunto da problemática mostrando metodologicamente como é complexo o espaço urbano. Portanto, não se trata de esgotar cada uma das categorias de análise do espaço para a explicação da problemática que se estuda, mas sim de saber buscar o diálogo entre elas.

Assim sendo, nesta pesquisa qualitativa, os procedimentos metodológicos foram realizados através dos instrumentos de coleta de dados: observações e visitas às praças escolhidas, elaboração de um *croqui* com o traçado das ruas do centro e a relativa proximidade entre as praças, análises e interpretação de fotografias antigas e de outras tiradas durante a pesquisa, bem como recortes de jornais e textos adquiridos no acervo público da cidade e também do Centro de documentos (CEDOC) da Universidade Estadual de Santa Cruz, que foram fotografados e arquivados como fonte de consulta constante durante a pesquisa. Houve, ainda, a aplicação de entrevistas feitas com o secretário de Cultura e Turismo da cidade, com representantes das agências turismo e com turistas que eventualmente estavam nas praças. A Secretaria de Planejamento da Prefeitura também foi procurada, mas a entrevista com seu secretário mostrou-se inviável depois de algumas tentativas. Apenas um engenheiro e a secretária do setor foram receptivos e contribuíram com suas experiências no que se referia aos questionamentos solicitados.

Ao que parece, a base documental de informações sobre datas de execução de obras nas praças não é algo que o poder público considere relevante e se perde de uma gestão para outra. O setor de parques e jardins foi também procurado, mas as dificuldades não foram menores. O trabalho de entrevistas mostrou-se produtivo com os moradores vizinhos das praças e também com pessoas que trabalham no espaço das praças e adjacências. Outro instrumento válido foi o questionário estruturado e aplicado aos frequentadores em número de (100) cem. Seguindo a sugestão estatística de Martins (2001), esse é considerado um tamanho de amostra aceitável para se alcançar uma margem de confiança de 95% e um erro amostral de 10 pontos percentuais para mais e para menos, isso normalmente aplicado em pesquisas onde não se tem o universo da população.

Para complementar os procedimentos, foram consultadas bibliografias pertinentes à discussão teórica, seguindo uma abordagem geográfica que contextualiza a cidade de Ilhéus, os usos dos seus espaços públicos urbanos, além de outras fontes, como relatos e informações históricas sobre as praças.

Após a análise e tratamento dos dados, foram selecionados quadros, tabelas e figuras e, posteriormente, inseridos na construção textual, ao longo dos três capítulos em que o trabalho foi estruturado.

No capítulo I, são tratadas questões relacionadas à urbanização brasileira e a formação da cidade de Ilhéus. Discute-se sobre os diferentes momentos dessa urbanização e os ciclos produtivos e alguns dos problemas urbanos atuais fazendo interlocuções com o município em estudo. Em seguida, se constrói uma síntese da origem da cidade e suas particularidades. A discussão sobre as redes passam a fazer parte do texto como forma de entender os fluxos e o desenvolvimento no Sul da Bahia, e também a relação da cidade de Ilhéus com outras escalas espaciais. Para finalizar este capítulo, aborda-se as redes intraurbanas e o centro de Ilhéus no contexto atual.

O capítulo II mostra, de forma sucinta, alguns antecedentes das origens das praças e o surgimento desses espaços públicos no Brasil. Em seguida, faz-se a caracterização e indica-se quais os usos dado às praças no centro de Ilhéus, no passado e no presente. Finalmente destaca também dois aspectos: o primeiro refere-se à defesa das praças públicas, pensando a preservação desses espaços enquanto patrimônio cultural da cidade, já que a grande maioria das praças, além do tempo de edificação (quase centenárias), estão bem próximas de monumentos tombados que guardam a memória e a história de um passado relacionado à riqueza da “região cacauêira”, e outro refere-se a exposição das praças como local de trabalho, situação essa que se apresenta como busca de alternativas para a comunidade carente que vive à margem do emprego na cidade.

O capítulo III faz uma análise do Plano Diretor e das políticas públicas, buscando recortes do Plano Diretor Municipal Participativo de Ilhéus (PDMP), que sinalizam conflitos entre as políticas instituídas e o uso do espaço público na cidade. Analisa também o papel das praças públicas no cotidiano da comunidade local: moradores, transeuntes, frequentadores e trabalhadores informais; isso com base nas entrevistas e questionários utilizados com esse público alvo. E procura identificar os conflitos sociais que envolvem os usos das praças mostrando-as assim, na perspectiva dos vendedores ambulantes que trabalham no centro da cidade de Ilhéus. Enfim, nas considerações finais procura-se apontar sugestões de melhorias para as políticas públicas urbanas que possam inserir socialmente aos que usam as praças públicas como locais de trabalho.

CAPÍTULO I

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social (Milton Santos, 1994).

1. URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E A FORMAÇÃO DA CIDADE DE ILHÉUS – BA

A urbanização no Brasil não aconteceu de forma homogênea e a despeito do seu início, esta difere em datas e períodos conforme o entendimento de diferentes autores. É importante clarificar essa afirmação com o texto que se segue sobre os diferentes momentos da urbanização brasileira. Mas, nesse ínterim faz-se necessário compreender a importância desse processo com o desenvolvimento do país.

Para tanto, serão tratadas questões referentes às cidades brasileiras, em particular, a cidade de Ilhéus – Bahia. As praças públicas enunciadas e escolhidas pela pesquisa são um recorte da cidade, mas dada a complexidade da vida de relações que ocorrem nesses espaços públicos, elas são fundamentais para o entendimento da própria cidade. O espaço público, por sua vez, será sempre citado, pois traduz com clareza funções que são comuns às praças: espaços abertos e acessíveis, sem exceção, a todas as pessoas. “O espaço público, portanto, deve ser visto como um conjunto indissociável das formas assumidas pelas práticas sociais” (ALEX, 2008, p. 20).

Assim sendo, a compreensão sobre o desenvolvimento do país se dá pela perspectiva histórica da sua formação territorial como um todo. O que torna uma cidade desenvolvida não é apenas a condição de produção dentro de uma determinada área geográfica de influência, mas também as técnicas, os meios de circulação e as conexões desta cidade com o mundo. Nesse

sentido, considerando as particularidades de cada região, o Brasil teve uma relativa evolução a partir dos séculos XIX e XX.

Durante, praticamente, três séculos e meio, o território brasileiro conheceu uma utilização fundada na exploração dos recursos naturais pelo trabalho direto e concreto do homem, mais que pela incorporação de capital à natureza que, durante esse tempo, teve um papel relevante na seleção das produções e dos homens. Nos cem anos que vão da metade do século XIX à metade do século XX, algumas áreas conheceram a implantação de um meio técnico, meio mecanizado, que altera a definição do espaço e modifica as condições do seu uso (SANTOS, 1994a, p.45).

Milton Santos discute uma interdependência articulada entre a natureza e a ação política como forma de estabelecer as condições de uso do território (SANTOS; SILVEIRA, 2001). As cidades enquanto parte integrante do “território nacional” e por todas as questões normativas que envolvem a formação dos municípios fazem parte dessa dinâmica do “território usado”. O território é também um espaço definido e delimitado por relações de poder (RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 2007). Importa mencionar que o segundo autor chama atenção quanto ao conceito não estar reduzido à figura do Estado. “Territórios existem e são construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas” de espaço e tempo (SOUZA, 2007, p. 81).

É também nesse sentido que as praças de Ilhéus – Ba, enquanto espaço de uso e territorialidade dos grupos está sendo entendida nessa abordagem. No entanto, para que não haja descompassos, é preciso o entendimento da formação do território brasileiro.

“O mapa do Brasil revela um desequilíbrio notável. As suas aglomerações urbanas se concentram ao longo da costa; o seu gigantesco território está quase vazio em sua maior parte. É como se a rede de núcleos urbanos fosse se esgarçando a partir do oceano” (MARX, 1980, p. 12). Situando no tempo a afirmação do autor mencionado, essa é uma leitura do Brasil nos primórdios de sua colonização.

A cidade de Ilhéus segue a mesma tendência de ocupação das terras brasileiras iniciadas com a colonização, período esse que marcou a formação e espalhou povoados e vilas a partir do litoral, confirmando um evidente descompasso na ocupação do território. As cidades e os núcleos de povoamento a princípio não tinham redes de comunicação. O mar era o único caminho conhecido e as trocas comerciais, na maioria, se realizavam com a coroa portuguesa.

Outro aspecto interessante que marca o início do povoamento de Ilhéus, ainda no século XVI, como sede de uma das capitanias hereditárias é sua localização geográfica, dotada de

elevação próxima ao mar – Morro de São Sebastião –, Figura 1 e a desembocadura do Rio Cachoeira, facilitando acesso e abrigo das embarcações na Baía do Pontal, Figura 2. Situação que se assemelha a de outras cidades como Salvador e Rio de Janeiro.



Figura 1 - Vista aérea de Ilhéus em 1953, ao fundo a desembocadura do Rio Cachoeira
Fonte: picasaweb.google.com/r2cpress/ILHUSFOTOSANTIGAS#slideshow/5254503211088348082



Figura 2 - Baía do pontal, antigo porto de Ilhéus.

Fonte: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2011).

Ainda segundo a afirmação de Marx “Trechos da extensa costa foram eleitos para as fundações urbanas em função da sua latitude, das suas possibilidades de abrigo aos navegantes, da sua ligação com o interior, misterioso e desafiante” (MARX, 1980, p. 14-15).

A abordagem sobre o centro urbano e a origem da cidade de Ilhéus neste capítulo é uma tentativa de caracterizar uma cidade predominantemente desenvolvida sob o signo da monocultura cacaueteira, e ainda contribuir com uma temática recorrente e instigante: a urbanização brasileira.

1.1 Diferentes momentos da urbanização brasileira

O processo de urbanização brasileira é um dos caminhos que pode ser percorrido para o entendimento do território, mas também permite reflexões para compreender as cidades, os elementos que a compõem e suas ligações com o mundo. A intenção nessa discussão não é de confirmar ou refutar se essa urbanização se inicia com a “sociedade capitalista industrial”, como bem fez (LENCIONI, 2008), utilizando os argumentos de Lefebvre e Castells, mas traçar uma linha do tempo com a contribuição de autores que discutem o Brasil dos primórdios, sinalizando, a partir das articulações no território, as formações urbanas.

“O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior” (SANTOS, 1994a, p.26). O autor anteriormente citado, abordando a urbanização pretérita do Brasil, confirma que houve um “sistema social da Colônia” (SANTOS, 1994a, p.18), com uma organização político-administrativa, fundada nas capitanias e no governo-geral e uma organização municipal com “atividades econômicas rurais (proprietários rurais) e urbanas” (SANTOS, 1994a, p. 18), formadas pelo comércio, ofícios mecânicos, funcionalismo e mineração. Essa formação supõe relações, ainda que pouco complexas, de trocas e fluxos nos então “arquipélagos”.

A origem da então Capitania de São Jorge dos Ilhéus capta muito bem essa condição de “arquipélago”, com produção e beneficiamento de cana-de-açúcar nos engenhos da região e produção voltada para a Coroa Portuguesa, e posteriormente, na condição de vila e cidade com a produção ascendente da monocultura cacaueteira e o desenvolvimento político administrativo como pólo gerador de riquezas para o Estado baiano.

A igreja teve um papel importante no processo de formação desses primeiros núcleos da cidade colonial. Segundo Robba e Macedo (2002), o modelo de estruturação urbana da cidade colonial também condicionou o nascimento das praças no Brasil.

O concessionário de uma sesmaria (sesmeiro) outorgava à igreja o direito sobre um pedaço de terra [...] o sacerdote que então respondia pela paróquia, tinha o direito de repartir a área doada e conceder pedaços de chão para quem o solicitasse, iniciando assim, um assentamento urbano. Em geral, o centro era destinado à capela e seu adro, enquanto o espaço ao redor se destinava a áreas onde surgiam o cemitério e o rossio (ROBBA; MACEDO, 2002, p.18).

No caso particular de Ilhéus, uma das primeiras capelas a serem construídas ainda no século XVI, foi a capela de Nossa Senhora das Vitórias, localizada em um dos morros da vila, atualmente Bairro Alto Teresópolis, ao lado de um cemitério, mas sem praça nas proximidades, Figura 3a . No momento em que a vila de Ilhéus se expande e começa a ganhar as partes baixas duas igrejas são edificadas: a igreja de São Jorge dos Ilhéus, construída ainda em 1556 com estilo colonial onde lateralmente se localiza a Praça Ruy Barbosa , Figura 3b e a Catedral de São Sebastião com estilo neoclássico iniciada em 1931 e obras concluídas em 1967 em frente à Praça Dom Eduardo no centro da cidade, Figura 3c (BRASILCHANNEL, 2011).



Figura 3a - Capela N. S. das Vitórias, Ilhéus - Ba.

Figura 3b - Igreja de São Jorge dos Ilhéus, Ilhéus - Ba.

Figura 3c - Catedral de S. Sebastião, Ilhéus - Ba.

Fonte: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2010).

Outros autores abordam o desenvolvimento histórico da relação Estado/urbano no Brasil que começou com a colônia, afirmando que:

O urbano nasce pela mão do Estado colonizador, fundamentalmente como *lócus* do aparelho político e administrativo que exerce a dominação colonial e capta uma parte do excedente produzido. [...] Uma série de particularidades do processo econômico desta época influenciará determinadamente o padrão de urbanização (CAMARGO; LAMPARELLI; SILVA GEORGE, 2007, p.14).

Ilhéus, além das particularidades econômicas do período colonial, viveu outras situações de ordem administrativa que atrasou o progresso urbano da então capitania, “Talvez não tivesse havido outra capitania que dispusesse de mais condições favoráveis, de tantos recursos para prover ao seu desenvolvimento. [...] mas aqui, no momento mais precioso, na fase mais delicada de sua colonização, faltou-lhe um administrador à altura” (CAMPOS, 2006, p.50).

Claudio Egler (2001) discute o processo de urbanização no Brasil e, a essa primeira fase que corresponde ao Período Colonial (de 1500-1534 até 1808-1822), e ao Império Nacional (1808-1822 até 1870-1889), ele identificou, além da formação urbana a expansão da produção no campo fomentado pela acumulação do capital mercantil.

Na fase de formação e consolidação dos estados nacionais, que no caso brasileiro corresponde ao Império Escravista-mercantil, as cidades começam a adquirir funções urbanas, dentre as quais destaca-se a capacidade de acumulação do capital mercantil, o que lhes confere capacidade financeira, até certo ponto, endógena para alimentar o processo de expansão da produção no campo (EGLER, 2001, p.38)

Nesse primeiro momento colonial, “a monocultura do açúcar para exportação apenas necessitava das cidades como entreposto para o produto no seu caminho para o exterior” (CAMARGO; LAMPARELLI; SILVA GEORGE, 2007, p.14). Como argumentam os autores, destacam-se as “unidades produtivas” que funcionavam com certa autossuficiência e próximas às cidades, isso, de certo modo, dificultava o desenvolvimento de serviços e uma divisão social mais complexa do trabalho que são próprios das cidades. “O trabalho escravo, pelo seu lado, negava à cidade a sua condição de mercado de trabalho, que é um dos seus atributos básicos” (CAMARGO; LAMPARELLI; SILVA GEORGE, 2007, p.15). Por conta dessa situação autores como (MARICATO, 2001; LENCIONI, 2008) creditam a consolidação do processo de urbanização no Brasil posterior à proclamação da República, da emergência do trabalho livre e principalmente pela ampliação do número de domicílios urbanos e a crescente população que migrou para as cidades com a industrialização brasileira no pós Segunda Guerra Mundial.

Não se pode esquecer que as cidades surgiram anteriormente condicionadas pelas necessidades da metrópole portuguesa e só posteriormente foram se interiorizando e formando redes urbanas mais complexas.

No Brasil, o sistema urbano é tributário de estrutura econômica colonial que nitidamente concentrou a urbanização ao longo do litoral, expressando sua integração com a metrópole. Lentamente, e acompanhando o processo de integração do mercado nacional, Este quadro foi sendo modificado, não apenas pela interiorização da urbanização, como pela intensificação da complexidade da rede urbana (SNIC, 2005, p. 09).

Essa “complexidade da rede urbana” se mostra pelo seu papel articulador e modificador da lógica de produção. As redes também contribuíram para o processo de mundialização dos mercados. Corrêa (1989), discutindo sobre rede urbana, atribui a esta o duplo papel de reflexo e

condição da “divisão territorial do trabalho”. Segundo o autor, a rede urbana permite espacializar a divisão do trabalho.

A cidade em suas origens constituiu-se não só em uma expressão da divisão entre trabalho manual e intelectual, como também em um ponto no espaço geográfico que, através da apropriação de excedentes agrícolas, passou de certo modo a controlar a produção rural. Este papel de condição é mais tarde transmitido à rede urbana: sua gênese e evolução verificam-se na medida em que, de modo sincrônico, a divisão territorial do trabalho assumia progressivamente, a partir do século XVI, uma dimensão mundial (CORRÊA, 1989, p.49).

Um segundo momento de criação de cidades no Brasil é marcado com os ciclos produtivos que sucederam a cana-de-açúcar. Alguns exemplos são as cidades de Ouro Preto, São João Del Rei, Diamantina, com o ciclo mineiro no século XVIII, a produção cafeeira no final do século XVIII e início do século XIX, possibilitando a criação de cidades como Lorena, Taubaté e São José dos Campos no Vale do Paraíba (entre São Paulo e Rio de Janeiro), o ciclo da borracha no norte do Brasil com as cidades de Manaus e Belém e o ciclo do cacau na Bahia com as cidades Ilhéus, Canavieiras, Itabuna e Camacan. A produção da riqueza se dava na área rural, mas o reflexo disso eram as cidades.

Entre 1870-89 e 1930-45, quando as condições de controle do processo de acumulação consolidam-se no território nacional, constituindo-se o campo a principal fonte de riquezas, e a cidade seu *locus* de comercialização, seja para o mercado mundial, seja para o mercado doméstico que começa a se expandir. O trabalho assalariado era dominante nas áreas produtoras do complexo cafeeiro paulista, enquanto no nordeste prevaleciam as relações de parceria e, no Sul, o trabalho familiar nas pequenas propriedades. Os interesses urbanos estavam predominantemente, representados pelos comerciantes e funcionários do Estado (EGLER, 2001, p.38).

O final do século XIX e início do século XX são embalados também por reformas urbanas em várias cidades brasileiras, seguindo uma tendência de higienização fundada no modelo parisiense do Barão Haussmann. O Rio de Janeiro foi um dos maiores exemplo dessa campanha sanitária com as políticas de intervenção urbana do governo de Pereira Passos. “Realizavam-se obras de saneamento básico para eliminação de epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista” (MARICATO, 2001, p. 17).

A política de embelezamento paisagístico confirma a visibilidade que passa a ser dada ao espaço público do centro das cidades com a abertura de avenidas e a construção de parques e

jardins. Na verdade, em meados do século XX as cidades passam por reestruturações que são tributárias do processo de desenvolvimento do país, da mesma forma os centros também são alvos de intervenções com políticas públicas.

A intendência política de Ilhéus entre os anos de 1924 e 1928 foi chefiada Por Mário Pessoa da Costa e Silva e seu governo é prova das intervenções públicas na cidade, razão pela qual em sua administração Ilhéus chegou a ser conhecida como a *Princesa do Sul*. Ele “instituiu a coleta de lixo por meio de caminhões, fez com que as concessionárias de água, luz e esgoto melhorassem seus serviços e foi um embelezador dos logradouros públicos, dotando-os de monumentos e conservando-os sempre limpos” (VINHAES, 2001, p. 126-127).

Além dos diferentes momentos da urbanização gerados pelos ciclos produtivos Pierre Deffontaines (1943) considerou os “grupamentos” como responsáveis pela formação de cidades. Sem uma preocupação rígida em periodizar os eventos, ele fala de grupamentos criados com as “reduções” dos jesuítas, franciscanos e salesianos no Brasil meridional, formando pequenos núcleos indígenas em torno da igreja; de “aglomerações de origem militar” criados para a proteção do território; de “cidades mineiras” formados com a corrida do ouro nas zonas de “sopé de morro”; cita as “cidades nas estradas: pousos” de beira de estrada, quando no Brasil o transporte ainda era feito por meio de burros, mulas ou carros de boi; fala das “cidades da navegação” na Amazônia, onde o acesso era feito somente pelos rios, e as paragens noturnas eram obrigatórias e acabavam por formar aglomerações. Fala também das “cidades-estações ferroviárias” como um caso emblemático, pois o Brasil não tinha uma política de colonização via ferrovias, as estradas de ferro tinham um propósito específico, que era escoar a produção das grandes fazendas, mas no Estado de São Paulo algumas cidades se formaram a partir das estações; menciona também as “bocas de sertão”, que eram consideradas como *pontas de linha* ferroviárias, mas que formaram “grupamentos” porque muitas pessoas migravam para o lugar acreditando no progresso.

Voltando à abordagem dos ciclos produtivos, o ciclo cafeeiro foi, sem dúvida, o que causou maiores impactos na urbanização das cidades. “Com efeito, o cultivo do café é uma atividade urbanizadora, pois, ao contrário do açúcar, necessita de condições gerais para o seu funcionamento que só podem ser oferecidas pelas cidades” (CAMARGO; LAMPARELLI; SILVA GEORGE, 2007, p.15). Os autores se referem aos circuitos de comercialização, entreposto para estocagem e beneficiamento, rede bancária e mercado para compra de insumos e

consumo. Ainda advogando a favor das cidades durante a produção cafeeira, Lencioni (2008, p.120) afirma que “as cidades materializavam as condições gerais de produção cafeeira, garantindo o comércio e os serviços necessários, o que redundou no desenvolvimento de uma extensa rede urbana no interior paulista”.

Sintetizando esse momento, a cultura do café incentivou a imigração européia, concentrou a produção no eixo São Paulo/Santos, condicionando a criação de uma região polarizada de cidades, onde São Paulo passou a concentrar a maioria dos investimentos. A companhia ferroviária São Paulo *Railway Company* é testemunha dessa história, pois possibilitava o escoamento da produção e também incentivava a criação de novas cidades por onde estendia seus trilhos. Os fazendeiros do café investiam em mais terras agrícolas e em propriedades imobiliárias da nova cidade polarizadora. A história da cidade de Ilhéus e a produção cacaueteira no sul da Bahia, em diferentes escalas, trazem algumas semelhanças no que se refere ao desenvolvimento de uma região polarizada por uma cultura.

As crises que afetaram a produção do café, seja pelo esgotamento das terras, seja pelo excesso de produção sem comprador (período em que ocorre a quebra da bolsa em Nova York 1929), arruinaram algumas pequenas cidades e permitiram o fortalecimento de outras.

Seguindo uma tendência dos países do terceiro mundo, o Brasil passa a desenvolver suas indústrias como forma de substituir as importações. É assim que o país passa a viver um terceiro momento de construção de cidades com a industrialização.

A industrialização brasileira foi retardatária, como afirma Cano (1993), visto que se consolidou com quase cem anos de atraso em relação aos países desenvolvidos, consequência do longo período de escravidão e das elites conservadoras, que, na sua maioria, não se preocuparam com o crescimento industrial e também com o desenvolvimento da sociedade.

Segundo Egler (2001, p.38), a “*Formação territorial Urbano-Industrial Nacional* se consolida a partir da década de 1930, e caracteriza-se pelo processo de industrialização que passa a dominar a lógica da acumulação endógena”. Observa-se que não é somente o capital nacional buscando novas formas de reprodução, em função das condições criadas pelo “complexo cafeeiro” para o desenvolvimento das indústrias no Brasil, mas também os interesses externos buscando novas formas de reprodução e ampliação do capital.

As cidades industrializadas crescem e passam a receber um contingente considerável de migrantes, ampliando os problemas de uso e ocupação nos grandes centros urbanos. Essa

tendência reflete o ocorrido em período anterior de industrialização nos países desenvolvidos com a transferência dos excedentes humanos para as cidades e o aumento exponencial da urbanização. Como afirma Mumford, (1998, p.485) “a urbanização aumentou quase em proporção direta à industrialização”, gerando um alargamento nos centros das maiores cidades.

Embalado pela industrialização o Brasil abre sua economia ao capital estrangeiro a partir de 1950, o que produz uma nova feição para a estrutura social brasileira, principalmente a partir de um processo de modernização nos espaços urbanos. “Esse processo de modernização impôs às cidades uma intensa atividade, sobretudo de renovação dos centros históricos, típica das realizações e intervenções do período republicano” (CALDEIRA, 2007, p. 125).

Os signos dessa modernização promovida pela indústria, em particular a indústria automobilística, trazem novas feições e funções para os centros urbanos, sobretudo das praças.

A nova escala da cidade transforma seus marcos e símbolos, atingindo diretamente o modelo de praça, sobretudo em relação à sua configuração espacial. O contraste entre vazio e a massa construída, característica da praça colonial, é rompida pela abertura de grandes vias e bulevares, perdendo força como espaço aberto na paisagem. Para destacar-se na malha urbana, a praça passa a assumir novas configurações e a desempenhar novos papéis (CALDEIRA, 2007, p. 136).

Em Ilhéus, a emergência do transporte rodoviário e a construção da Ponte Governador Lomanto Junior, Figura 4a, ligando o centro da Cidade de Ilhéus ao Bairro Pontal na década de 1966 mudou a estrutura e o uso da Praça Cairú no centro da cidade, colocando a praça dentro de uma rotatória de alto fluxo de veículos, Figura 4b.

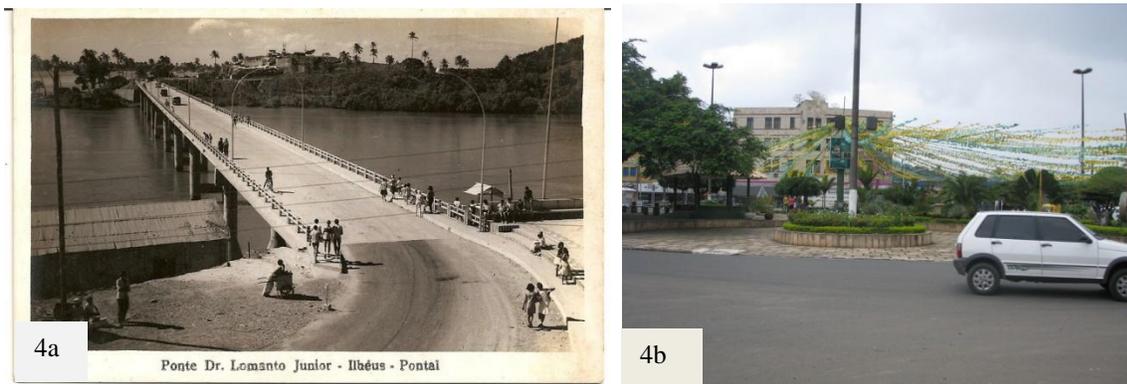


Figura 4a - Ponte Governador Lomanto Jr após inauguração, Ilhéus - Ba.

Fonte: <http://picasaweb.google.com/r2cpress/ILHUSFOTOSANTIGAS#slideshow/5257090220512520754>

Figura 4b - Praça Cairú, dentro da rotatória, Ilhéus - Ba.

Fonte: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2011).

Este é um exemplo de transformação do espaço público e será abordado com maior profundidade no capítulo II. Os transportes não só alteraram a configuração dos centros urbanos como contribuíram com a expansão e formação de outras cidades interioranas.

É num Brasil integrado pelos transportes e pelas necessidades advindas da industrialização que vão nascer importantes cidades no interior. Estas decorrem do crescimento populacional, da elevação dos níveis de vida e da demanda de serviços em número e frequência maiores que anteriormente (SANTOS, SILVEIRA, 2001, p.44).

A ação do Estado é outro exemplo de interferência direta no processo de urbanização das cidades, em alguns casos normatizando e em outros casos, executando políticas estruturais. Não obstante, em sua grande maioria, a ação do Estado se faz legitimando as necessidades da classe dominante. No passado (rural), a exemplo, regulamentando a “Lei de Terras” (lei nº601 de 1850), que dificultou o acesso à terra aos trabalhadores, ex-escravos e imigrantes, que não tinham condições de adquirí-las pelo relativo aumento do custo da terra, e no presente (industrial) pelo modelo de industrialização adotado. Santos (2004) identifica três desses modelos de atuação do Estado:

O primeiro é o de uma dependência desejada pelo exterior e aceita, por falta de vontade ou por falta de meios de defesa. O segundo modelo é o de uma dominação desejada e planejada de dentro. O terceiro tipo é representado pelos países que procuram encontrar um caminho independente (SANTOS, 2004a, p.163).

Segundo o autor, o Brasil se encaixa no segundo modelo, no qual “a política oficial é obrigada a adotar certo número de soluções” (SANTOS, 2004a, p.164). Em se tratando do processo de industrialização, o Governo seja ele Federal, Estadual ou Municipal tenta encontrar soluções que possam dinamizar a economia das cidades, gerando empregos e trazendo infraestrutura para os lugares onde elas se instalam. O parque industrial implantado a pouco mais de sete quilômetros do centro da cidade de Ilhéus a partir de 1974 tentou trazer certo número de soluções para melhorar o município, o grande problema é que muitas empresas vieram atraídas pelos benefícios fiscais.

Em razão dos incentivos concedidos pelo Estado da Bahia sob forma de ICM, pelo governo de Ilhéus, sob forma de inserção total de imposto sobre produtos industrializados (IPI), válida até 2009, inúmeras empresas têm se instalado no Distrito Industrial de Ilhéus (DII), nos últimos cinco anos. O grande perigo reside em,

terminando o prazo, as empresas migrarem em busca de incentivos fiscais em outras regiões (ANDRADE, 2003, p.106).

Passados dois anos do prazo de isenções citados pela autora, nota-se que muitas indústrias não mais operam em Ilhéus. Neste caso, o Estado cometeu erros estratégicos que beneficiaram as indústrias. Santos (2004) citando Griffin (1971) crítica a ação do Estado quando este faz o papel de protetor das firmas modernas através das taxações.

O sistema dos impostos representa uma dupla maneira de proteger a atividade moderna e particularmente a indústria. De um lado o Estado, sobretudo através da coleta de impostos indiretos, transfere para a população, principalmente as camadas menos favorecidas, as cargas que deveriam pesar sobre as firmas (SANTOS, 2004a, p.174).

Esse sistema de impostos contribui com o enfraquecimento do poder de consumo dos trabalhadores e isso se reflete diretamente na urbanização das cidades. Diante dessa consideração, cabe perguntar: de que forma? Se o território urbano é visto como produto, as classes menos favorecidas, na maioria dos casos, terão dificuldade em consumi-lo, conseqüentemente o espaço enquanto mercadoria por eles consumida tendem a ser de baixa qualidade e em áreas com deficiência de infraestrutura.

Os diferentes momentos da urbanização brasileira feitos sob a leitura dos ciclos produtivos, dos “grupamentos”, ou ainda da industrialização retardatária mostram que o processo evolutivo das cidades é dinâmico e tem suas particularidades, mas no conjunto revelam suas semelhanças enraizadas num sistema colonial e numa economia tipo *plantation* com fortes influências externas ao país e que persistem hoje sob o signo da economia capitalista globalizada.

1.2 O momento atual e a aceleração da expansão urbana

Pensar os desafios da urbanização contemporânea dentro de uma economia globalizada requer um entendimento sobre vários aspectos da “reorganização produtiva do território”, que podem ser: a descentralização industrial; a ação do Estado e suas políticas públicas; a “guerra fiscal dos lugares”, as migrações populacionais; a reestruturação produtiva no campo, a especulação imobiliária; entre outras.

A intenção não é de aprofundamento dessas questões, mas buscar o diálogo com os diferentes aspectos que mostram a dinâmica social da realidade, onde tudo está em constante movimento e transformação. Desta forma, serão feitas pontualmente reflexões sobre algumas dessas questões para entender melhor o momento atual das cidades e, por conseguinte, as praças como referência do espaço público.

Quando mencionamos a ação do Estado, devemos pensar em planejamento, gerenciamento e execução de políticas públicas e todos os desafios que a essa ação compete. Souza (1988), comentando sobre os desafios da urbanização brasileira e os problemas recorrentes, não restringe sua reflexão aos aspectos físicos (demanda de água, esgoto, habitação, transporte) ou sociais (marginalidade, prostituição), mas propõe analisar a pobreza e suas implicações *na* e *com* a urbanização; o processo de urbanização, dinâmica, ritmo e suas implicações geo-políticas e a gerência urbana feita pelo setor público. Consta que o “Desenvolvimento Urbano” e a própria organização do espaço precisam ser entendidos como uma questão política se não quisermos que o problema ganhe proporções irremediáveis (SOUZA, 1988).

A autora anteriormente mencionada comenta sobre as políticas de planejamento do espaço nacional brasileiro, como é o caso da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, criado em 1974, e critica a filosofia dos planos diretores desenvolvidos no Brasil.

No que tange o urbano, tentativas formalistas e funcionalistas de planejamento traduzidas na filosofia dos planos diretores, com suas propostas de zoneamento, e nos múltiplos planos regionais e estaduais, que se justificam apenas para prestigiar alguns tecnocratas ou servir de elemento para obtenção de financiamento junto aos organismos de crédito nacional e mesmo internacional (SOUZA, 1988, p. 70).

Reforçando esse argumento, Villaça (2004, p. 190) questiona se “o planejamento urbano e os planos diretores elaborados no Brasil nas últimas décadas devem ser analisados no âmbito da política ou da ideologia?” e faz a crítica dizendo que “essa indagação tem redobrada importância diante de análises que, ao pretender investigar ‘políticas públicas’ e ação concreta do Estado; investiga planos que não passam de discurso”. O planejamento e os planos diretores deveriam ser instrumentos que pudessem guiar a ação do Estado, no entanto, se tornaram um meio burocrático de gestão pública, em outros, um documento que atende exigências constitucionais.

O plano diretor da cidade de Ilhéus apresentado em 2006 não foge à regra dos demais, trata-se de um documento muito bem elaborado e que contempla na teoria necessidades socioambientais, mas falta dentro da administração pública um órgão que fiscalize a aplicação prática das políticas públicas apresentadas como diretrizes.

Atualmente, quando o Estado investe em infraestrutura, incorre no erro de privilegiar os monopólios e as grandes corporações em detrimento da população. Este é o comentário feito por Santos (2004), quando discute a ação do Estado no apoio ao desenvolvimento do “circuito moderno” da economia.

Entre as forma de apoio do Estado ao nascimento e ao desenvolvimento do circuito moderno, encontramos a proteção concedida à concentração e aos monopólios, financiamento direto ou indireto das grandes firmas através da construção de infraestruturas caras, a formação profissional, a promoção de indústrias de base, os subsídios à produção e à exportação e todas as formas de acordos com as firmas dominantes da economia, tais como legislações fiscais discriminatórias, leis de investimentos e planos de investimentos. Tudo isso certamente reduz a capacidade de investimentos dos estados nacionais nos setores que interessam diretamente à população (SANTOS, 2004a, p.161-162).

A escolha e as formas de investimento do Estado são canalizadas, fazendo com que esse “apoio” seja um atrativo à instalação das empresas nos lugares. É a chamada “guerra fiscal” dos lugares que pode ocorrer no âmbito municipal, estadual, nacional e global. Santos e Silveira (2001) fazem uma análise sobre essa guerra dos lugares tomando o exemplo da política das montadoras de automóveis no Brasil, que escolhem os lugares da produção segundo uma lógica global de favorecimentos das condições fiscais e de infraestrutura. Essa lógica global também implica na efêmera “valorização e desvalorização” dos lugares.

Constatam os autores que esse meio de atração da produção para os lugares é custoso para toda a sociedade. “Mais tarde, a cidade descobre que essa produtividade espacial, esforçadamente criada, não é duradoura e quando envelhece, o lugar é chamado a criar novos atrativos para o capital” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.116). Quando isso não ocorre a cidade é levada ao esquecimento ou tem a sua estrutura subutilizada para atender aos interesses de outras cidades próximas. A cidade de Ilhéus, por exemplo, tem aeroporto, porto, rodovias e uma vasta rede hoteleira estruturada para atender turistas, entretanto, boa parte dos que chegam à cidade de Ilhéus utilizando essas estruturas têm como destino final outras cidades turísticas como Itacaré e Marauí.

Outra constatação que ajuda a entender o momento atual das cidades é observar o quanto a migração da população tem estreita ligação com a produção e dinâmica urbana das cidades. De modo particular, nos países subdesenvolvidos, isso se constitui num grave problema. No Brasil, as migrações ocorrem por diversos motivos, mas, principalmente, pela busca de melhores condições de vida e trabalho.

Em 1920, a população brasileira era de 30.636.000 habitantes. Esse contingente se multiplicou por quase seis vezes até o ano 2000, 169.799.000 habitantes (ALVES, 2006. p. 21). Lembrando que neste mesmo século, além do aumento, ocorria a migração dessa população para as cidades. É o que Santos (1994) nos mostra com dados estatísticos.

Entre 1940 e 1980, dá-se verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século atrás (1940), a taxa de urbanização era de 26,35%, em 1980 alcança 68,86%. Nesses quarenta anos triplica a população total do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia (SANTOS, 1994, p.29).

As migrações e o crescimento da população urbana são sentidos com maior intensidade nas metrópoles nacionais (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília) e nas regionais (Salvador, Fortaleza, Belém, Recife, Belo Horizonte, Curitiba, Manaus, Porto Alegre e Goiânia), pela paisagem urbana “visível e invisível”. No entanto, não se pode esquecer o fenômeno da “descentralização produtiva” e toda a dinâmica ligada à mesma, atraindo as populações para outras cidades e centros de menor porte. A modernização tecnológica do campo tem um papel fundamental nesse processo, expulsando a população do campo (migração ascendente) e em outros casos provocando a ida para o campo (migrações descendentes).

As migrações descendentes relacionam-se com os progressos da modernização e da economia, exigindo um deslocamento, para um meio tecnológica e economicamente inferior, de indivíduos com nível tecnológico mais elevado: as migrações ascendentes, também resultado do crescimento global, relacionam-se com o êxodo rural provocado pela miséria (SANTOS, 2004a, p.304).

A situação da cidade de Ilhéus se relaciona com as “migrações ascendentes” e teve o crescimento da população não por conta do desenvolvimento da cidade, mas em função da crise gerada pela praga conhecida como vassoura de bruxa (*Crinipellis perniciososa*) iniciada em 1989, que dizimou boa parte da lavoura cacaueteira, prejudicou a economia da região e gerou o movimento migratório para a cidade, conforme relata (HEINE, 2009, p.35),

Com a crise geral do cacau e com o empobrecimento da população e da classe produtora, as famílias, que viviam nas fazendas, migraram para as cidades, com possibilidade de atuação no turismo [...] Ilhéus recebeu cerca de 100 mil pessoas na década de 1990.

A reestruturação produtiva do campo é outro aspecto a ser considerado após a introdução do “*meio-técnico-científico-informacional*” na produção agropecuária. É incontestável a importância e a presença da ciência, da técnica e da informação nos dias atuais, Essa é a tríade combinada que representa uma maior aceleração na produção de bens, espaços e serviços. Com os novos e crescentes usos da técnica “*tecnoesfera*”, a relação campo-cidade tende a ser modificada e, conseqüentemente, a urbanização.

A ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço, da mesma forma que participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais) (SANTOS, 1997a, p. 51).

Com as técnicas de manejo e insumos químicos aplicados ao solo, não se pode mais falar de áreas impróprias à produção agrícola. O Brasil, já na década de 1970, vive essa efervescência. “São tempos de ingresso das firmas globais da agroalimentação, e o campo se torna um ator fundamental na busca de eficiência e da produtividade” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 88). Os autores chamam a atenção para a vulnerabilidade das monoculturas de exportação e a deterioração dos solos e da água, mas esse parece ser um caminho sem volta.

As vendas de defensivos agrícolas no mercado interno sobem de 1.084.400 em 1990 para 2.180.800 em 1997, crescimento determinado pela venda de herbicidas, que nesse período cresceram mais de duas vezes. Esses produtos são talvez os melhores indicadores da cientificização da agricultura, uma vez que realizam quimicamente a seleção entre culturas e pragas (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.89).

Na monocultura cacaujeira a vulnerabilidade da cultura se dava pelas crises conjunturais “mediante a conjugação de fatores endógenos e exógenos” na afirmação de Oliveira, C. G. S. (2009, p. 60) essas crises se manifestavam em ciclos longos de maior regularidade e ciclos curtos pouco regulares. Por outro lado, a chegada da vassoura de bruxa na Região Cacaueira do Sul da Bahia gerou uma crise sem precedentes, modificando inclusive a estrutura urbana das cidades envolvidas na produção do cacau. “A região Sul da Bahia não teve perdas só na produção de cacau. A partir da década de 1990, alguns municípios viram também sua população diminuir,

principalmente Camacan e Uruçuca, os principais focos da infestação das lavouras” (ROCHA, 2008, p.92).

Nesse sentido, a agricultura científica tem colaborado através do uso da clonagem vegetal e pesquisas nas áreas de biologia molecular e biologia celular, criando uma planta mais resistente e buscando recuperar a produção na região. Segundo Elias (2006), vivemos um momento de novas complexidades na organização do espaço agrário e urbano impostas pela *agricultura científica*. Fala-se de um modelo econômico voltado para o mercado global, mas que interfere diretamente na relação campo-cidade e desencadeia uma série de processos. “Um dos processos resultantes é o da aceleração da urbanização da sociedade e do território, com o aprofundamento da divisão territorial do trabalho, com uma total remodelação da rede de cidades” (ELIAS, 2006, p. 280).

Comentou-se anteriormente que a riqueza no campo se reflete nas cidades. Num sistema capitalista, onde a riqueza precisa se reproduzir com rapidez, o lucro especulativo busca formas de reprodução também nas cidades. A especulação imobiliária é uma dessas formas de reprodução e, na maioria dos casos, estas se apóiam ou induzem a ação do Estado em benefício próprio.

Os estudos sobre “concentração e vazios urbanos” no estado de São Paulo dão uma boa noção para exemplificar o padrão de dispersão *dentro e nas* cidades brasileiras em função da especulação imobiliária e o papel do Estado nesse processo. É o que mostra Santos (2009) em sua obra *Metrópole Corporativa Fragmentada*.

Santos (2009a, p.23) citando Costa (1976), comenta sobre o desproporcional crescimento da área urbana na cidade de São Paulo em relação ao crescimento demográfico e às atividades. Comenta também sobre a incapacidade do Estado em prover investimentos e equipamentos para todas as áreas. Ou seja, se não fossem os “vazios urbanos”, propositalmente criados, a cidade seria mais condensada, eliminando a porosidade no contínuo urbano e facilitado a chegada dos serviços à maioria das localidades. É justamente nesses “vazios” que atua a especulação imobiliária. Confirmando esse argumento, Villaça (1986, p.54) diz que:

Essa retenção de terra ociosa para fins especulativos representa um pesado ônus para o governo na oferta de serviços públicos à população. Com efeito, quanto mais rarefeita for a implantação urbana, ou seja, quanto mais baixa for a densidade demográfica, maior será a quantidade “per capita” de obras necessárias. A extensão de rede de água, de esgotos, de iluminação pública ou de pavimentação, assim como o percurso dos

transportes coletivos ou dos caminhões de coleta de lixo, serão muito maiores para atender a uma mesma população, quanto mais esparsamente distribuída ela estiver.

O fato é que as cidades, de modo geral, convivem com a especulação imobiliária há muito tempo. Comentando sobre os planos diretores do final do século XIX, Villaça (2004, p. 195) constata que: “Já então os interesses imobiliários estavam por detrás dos grandes projetos urbanos”. O centro da cidade de Ilhéus, principalmente a área que compreende o centro histórico, construído na época da pujança do cacau, teve como ícone a figura do coronel. Já se verifica no começo do século XX a construção de prédios e edificações que valorizavam o centro da cidade “Os ‘coronéis’ foram agentes de desenvolvimento social e urbano, como plantadores de cacau e fundadores de cidades” (ANDRADE, 2003, p. 31).

Edificações como o Palácio Paranaguá, construído sobre as ruínas de um dos primeiros Colégios dos Jesuítas no Brasil colonial, foi inaugurado em 1907 como sede da Intendência Municipal pelo Coronel Domingos Adami de Sá (SOUB, 2010 p.34), é uma obra centenária e que até os dias atuais funciona como prédio administrativo do Governo Municipal, localizado no centro em frente a um dos cartões postais da cidade, a Praça J. J. Seabra, Figura 5a.

Ao lado, outra grande obra, o Palacete do Coronel Manoel Misael da Silva Tavares, ele, um dos grandes empreendedores e também intendente do município. No local atualmente funciona a sede da Loja Maçônica, Figura 5b. O antigo palacete é uma réplica em menores proporções do Palácio Paranaguá e fica localizado na esquina com a Praça Ruy Barbosa e a antiga Rua Conselheiro Saraiva (hoje Rua Antônio Lavigne de Lemos). Essa rua é um marco no Processo de urbanização do centro de Ilhéus,

um dos pontos privilegiados, onde residiam os “coronéis”, grandes fazendeiros e comerciantes. Foi a primeira rua a ser pavimentada com paralelepípedos, os quais foram importados, segundo uns, da França, segundo outros, da Inglaterra (SOUB, 2010 p. 140).



Figura 5a - Palácio Paranaguá, meados do século XX, Ilhéus - Ba.

Fonte: <http://picasaweb.google.com/r2cpress/ILHUSFOTOSANTIGAS#slideshow/5257090101918461906>

Figura 5b - Palacete Misael Tavares, Ilhéus - Ba.

Fonte: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2011).

Outras construções importantes do centro de Ilhéus, situadas na Rua Santos Dumont e Praça Coronel Pessoa foram a residência do Coronel Aureliano Brandão (Tico Brandão) e o Palacete do Coronel Antônio Pessoa da Costa e Silva, Figura 6a e Figura 6b.

No local do palacete posteriormente foi construído o edifício Senador Pessoa (SOUB, 2010, p. 158). No térreo atualmente funciona o supermercado Delta. Essas obras, que marcaram a opulência dos coronéis, eram construídas no máximo com três andares, na verdade, serviram mais como auto-afirmação do prestígio e poder, do que uma maneira de especulação imobiliária, pois, apesar do crescimento radial, no centro da cidade o espaço era dividido com outras edificações modestas, mantendo certa articulação sem a predominância de “vazios urbanos” considerados.



Figura 6a - Residência do Cel. Tico Brandão, Ilhéus - Ba.

Fonte: Livro “minha Ilhéus”, José Nasal Soub (2010).

Figura 6b - Ao fundo da Praça o Palacete do Cel. Pessoa, Ilhéus - Ba.

Fonte: <http://picasaweb.google.com/r2cpress/ILHUSFOTOSANTIGAS#slideshow/5257090101918461906>

O que provavelmente muda essa concepção de especulação imobiliária no centro de Ilhéus é a verticalização, iniciada com a construção do Edifício Santa Clara na década de 1960, Figura 7a e Figura 7b.

Com a exibição do filme “Os Dez Mandamentos” em sessão especial, foi inaugurado a 29 de outubro o Cine Santa Clara. No edifício se localiza o cinema – imponente construção situada a beira mar – foi inaugurada no dia seguinte [...] marcou uma nova etapa no setor imobiliário de Ilhéus (BRANDÃO; ROSÁRIO, 1970, p. 126).

Esse foi um dos primeiros prédios construídos a beira-mar com oito andares, tendo ao fundo a edificação do Cine Santa Clara. A expansão ao norte do centro com o serviço de urbanização do Bairro Cidade Nova veio contribuir com esse tipo de empreendimento imobiliário na cidade pela construção de vários outros edifícios na faixa litorânea e no interior do bairro, Figura 8a e Figura 8b.

Iniciou-se o serviço de saneamento da Cidade Nova (Ponta d’Areia) ao norte da cidade, obra que se pode classificar, sem exagero, de grandiosa. Veio semelhante empreendimento proporcionar incalculável benefício ao fomento da expansão urbana, aterrando-se pântanos, paués, lamaçais, focos de mosquitos e de febres malignas (CAMPOS, 2006, p. 683).



Figura 7a - Edifício Santa Clara na década de 1970, Ilhéus - Ba.

Fonte: Livro “Minha Ilhéus”, José Nasal Soub (2010).

Figura 7b - Edifício Santa Clara, visão recente com ampliação da linha de costa, Ilhéus - Ba.

Fonte: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2011).



Figura 8a - Bairro Cidade Nova, Avenida Soares Lopes meados no século XX, Ilhéus - Ba.

Fonte: <http://picasaweb.google.com/r2cpress/ILHUSFOTOSANTIGAS#slideshow/5257089787533877986>

Figura 8b - Bairro Cidade Nova, verticalização na Av: Soares Lopes século XXI, Ilhéus - Ba.

Fonte: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2011).

O modelo de crescimento urbano iniciado em Ilhéus no período colonial é diferente da fase atual em função da evolução da sociedade e dos avanços gerados com a modernização científica. De um modo geral, as cidades lucraram com isso, mas também arcam com o ônus dos problemas urbanos atuais. Muitas delas crescem radialmente e se verticalizam para atender às necessidades produtivas.

Com isso, novas complexidades urbanas se revelam. Em Ilhéus isso é visível através do uso dos espaços no centro da cidade, os conflitos gerados com o desequilíbrio entre oferta e demanda de serviços públicos, a falta de emprego, a construção de prédios e conjuntos habitacionais populares e a expansão desordenada em alguns bairros.

Um estudo feito por Andrade (2003) mostra uma evidente falta de planejamento urbano para assentar a população, entre os anos de 1988 e 1996. Ilhéus cresceu

sem um processo de modernização da economia e sem que fossem oferecidos melhores serviços básicos de infra-estrutura. Isso representou do ponto de vista social, um agravamento nas questões de emprego, renda e habitação, tornando a cidade problemática com o surgimento de favelas, da marginalidade, desemprego e criminalidade (ANDRADE, 2003, p. 48).

Os conjuntos habitacionais populares com proposta de financiamento ainda não são acessíveis à população de baixa renda e alguns projetos foram desenvolvidos distantes do centro. O sistema de moradias URBIS, desenvolvido no Bairro Hernani Sá, há mais de vinte anos, deixou de ser popular e o bairro já era bem afastado do centro. Em relação aos condomínios ditos “populares”, alguns se localizam na zona sul e nos morros do centro, criando certas dificuldades nos deslocamentos e também pelos custos de traslado com passagens. Quem tem o “privilégio” de cadastro aprovado em programas de habitação financiados e subsidiados em parte com recursos da União, ainda precisam arcar com esse ônus.

Outro problema que se revelou para as cidades com os projetos de habitação distantes do centro foi o indicado por Santos (2009) sobre a atuação do Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964. Nesse modelo de habitação, a cidade acabava sendo desarticulada como um todo.

O resultado, como em São Paulo, é o reforço de um modelo de expansão radial, deixando espaços vazios nos interstícios e abrindo campo à especulação fundiária. A localização periférica dos conjuntos residenciais serve como justificativa à instalação de serviços públicos, ou, em todo caso, à sua demanda (SANTOS, 2009a, p. 37).

O BNH serve para ilustrar o caso de São Paulo e também de cidades como Ilhéus e Itabuna que adotaram o mesmo sistema de financiamento em habitação, e que, pelo projeto de localização descentralizada, contribuiu com a especulação nos chamados “vazios urbanos”.

Nota-se que o momento atual da urbanização e expansão das cidades, além da especulação fundiária, cria uma série de problemas de ordem socioeconômicos e políticos nas cidades, agravando os conflitos na oferta e procura dos serviços essenciais às comunidades.

1.3 A origem da cidade de Ilhéus - BA

O município de Ilhéus se formou a partir da doação de terras, feitas por D. João III, em 1534, ao fidalgo Jorge de Figueiredo Correia. Suas ótimas condições geográficas, permitindo aproximação tranquila das caravelas e também a fácil implantação das fortificações para a defesa foram condição precípua, regra de manutenção e sobrevivência da vila, marcando também o estabelecimento de outras capitânicas (ANDRADE, 2003) e (BARROS, 2004). Mas a vila de São Jorge dos Ilhéus teve suas particularidades na constituição do seu município e sede administrativa.

A princípio, a Capitania de São Jorge dos Ilhéus Figura 9, era uma extensão de terra mensurada não com o conhecimento e técnicas cartográficas que se tem hoje, como relata Barbosa preservando a grafia da época.

Eram terras que se estendiam da ponta meridional da Ilha de Itaparica (próximo à atual cidade de Salvador) até a barra do rio Jequitinhonha (atualmente município de Belmonte) e adentrando o continente pelo sertão em terra firme á mesma largura, ou quanto pudesse entrar e fosse domínio da Coroa portuguesa (BARBOSA, 2003, p. 24).

Sendo assim, a Capitania de São Jorge dos Ilhéus, que obedecia aos limites estabelecidos no Tratado de Tordesilhas, estendia-se até onde, hoje, são os estados de Tocantins e Goiás. José Carlos Vinhães, em sua obra sobre Ilhéus, mostra o quanto é importante comparar as mudanças de dimensão territorial da Capitania, e o que ocorreu até a formação do município. “É interessante comparar essa imensidão territorial, com as dimensões atuais do município de Ilhéus, após sucessivos desmembramentos que ocorreram” (VINHÁES, 2001, p.33-34).

A formação territorial de Ilhéus nos coloca diante de situações anteriores à legislação vigente. Anterior à elaboração de conceitos e à apreensão sobre o uso do território tratado por Santos (1994), Santos e Silveira (2001), Silva (2006) e Bortolozzi (2008), pois a posse das terras era feita através de Carta Régia emitida pelo Rei de Portugal, aonde não existiam técnicas precisas de demarcação de áreas, nem reflexões sobre o uso do território. Os donos das terras garantiam suas posses se estabelecendo no lugar, abrindo roças, plantações e derrubando matas para formação dos pastos. Os limites mais seguros eram garantidos pelos acidentes geográficos (rios, encostas de colinas e morros). Ou seja, o documento legitimava a posse da terra, mas os limites eram determinados pela ocupação e por uma relação de poder.

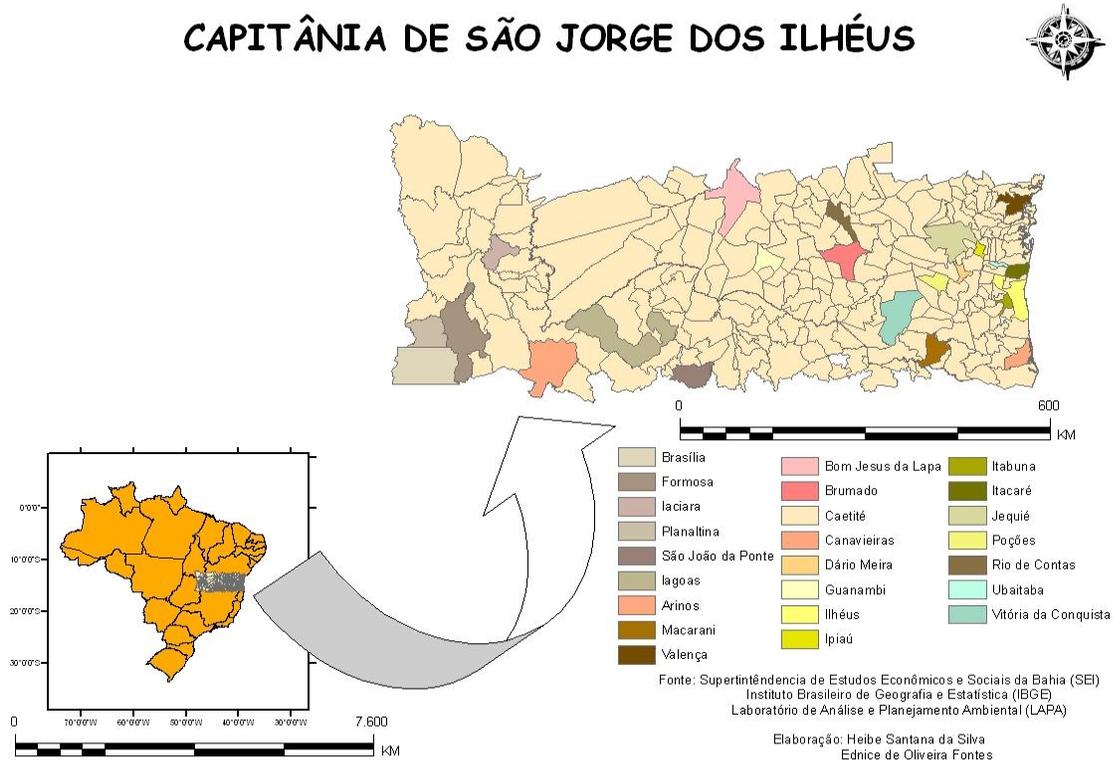


Figura 9 - Área subscrita da extinta Capitania e alguns municípios criados posteriormente. **Fonte:** Elaborado a partir do banco de dados da SEI (2008) e IBGE (2007), por SILVA, H. S. da; FONTES, E. de O. (2009).

A formação de um sistema de Governo Geral no Brasil substituiu a doação de capitanias por sesmarias, que eram áreas de terra infinitamente menores, contribuindo para a fragmentação e ocupação do homem branco no território, antes ocupado por índios de várias etnias. Outro aspecto relevante é identificado na constituição brasileira de 1824, através da lei 1996/22, que

facultou às províncias subdividirem seus territórios, o que antes dependia do poder central (SEI, 2003). Esse provavelmente foi um dos agravantes para um maior parcelamento do território da antiga capitania.

A dinâmica política e produtiva em vários pontos da extinta Capitania de Ilhéus permitiram a criação de muitos municípios, alguns deles ainda no século XIX: Poções, 1800; Caetité 1810; Valença, 1849; Ilhéus, 1881; Rio de Contas, 1885; Bom Jesus da Lapa, 1891; Vitória da Conquista, 1891 (IBGE, 2011). Todos posteriormente subdivididos e desmembrados, dando origem a outros municípios.

Partindo para uma análise mais contemporânea, houve uma fragmentação do território, do poder, e o uso também foi pulverizado. Não era mais uma capitania e um donatário, mas vários donos de terras produzindo, articulando suas demandas e ampliando sua influência e poder.

E o “poder” (Donos de Terras) sempre esteve presente no “Poder” (Estado) e na produção do espaço enquanto formação do território representado por fronteiras. Raffestin (1993) faz uma distinção que elucida a diferença entre “Poder” (Estado) e o “poder”, que aqui foi atribuído aos donos de terras. O “primeiro é mais fácil de cercar porque se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos” (RAFFESTIN, 1993, p. 52). Já o segundo “poder” se esconde por traz do primeiro e “se manifesta por ocasião da relação” (RAFFESTIN, 1993, p. 53); dessa forma, é mais difícil de identificar e questionar sua atuação.

Ilhéus é um exemplo típico de município que gerou vários outros, o mapa da Figura 10 mostra a configuração e os limites atuais do município de Ilhéus com destaque para a mancha urbana. Fica evidente que a dinâmica territorial desse espaço foi intensa após os desdobramentos da capitania ao longo de cinco séculos.

O germe da formação de lugarejos, vilas, municípios e cidades tiveram participação massiva dos ciclos de produção, pois isso contribuiu para que aventureiros e forasteiros se instalassem nos lugares em busca de melhores condições de sobrevivência.

Muitos municípios se formaram a partir de vilas ou distritos que, com o passar dos tempos, foram se desenvolvendo economicamente e irradiando seu crescimento a partir de um núcleo central em todas as direções, e, por questões de poder político, requerendo sua autonomia territorial em relação ao município a que estava filiada. De acordo com Galli (2009), “No

território brasileiro as especializações territoriais assumem a forma do município, sobretudo pelo poder político do local, que torna uma atividade econômica qualquer como imagem-produto de sua cidade” (GALLI, 2009, p.43). Ilhéus se consolidou efetivamente com a cultura do cacau, que, em 1890, ganhou *status* de monocultura, tornando-se responsável pelos melhores resultados da exportação para o estado da Bahia durante o seu apogeu (ANDRADE, 2003).

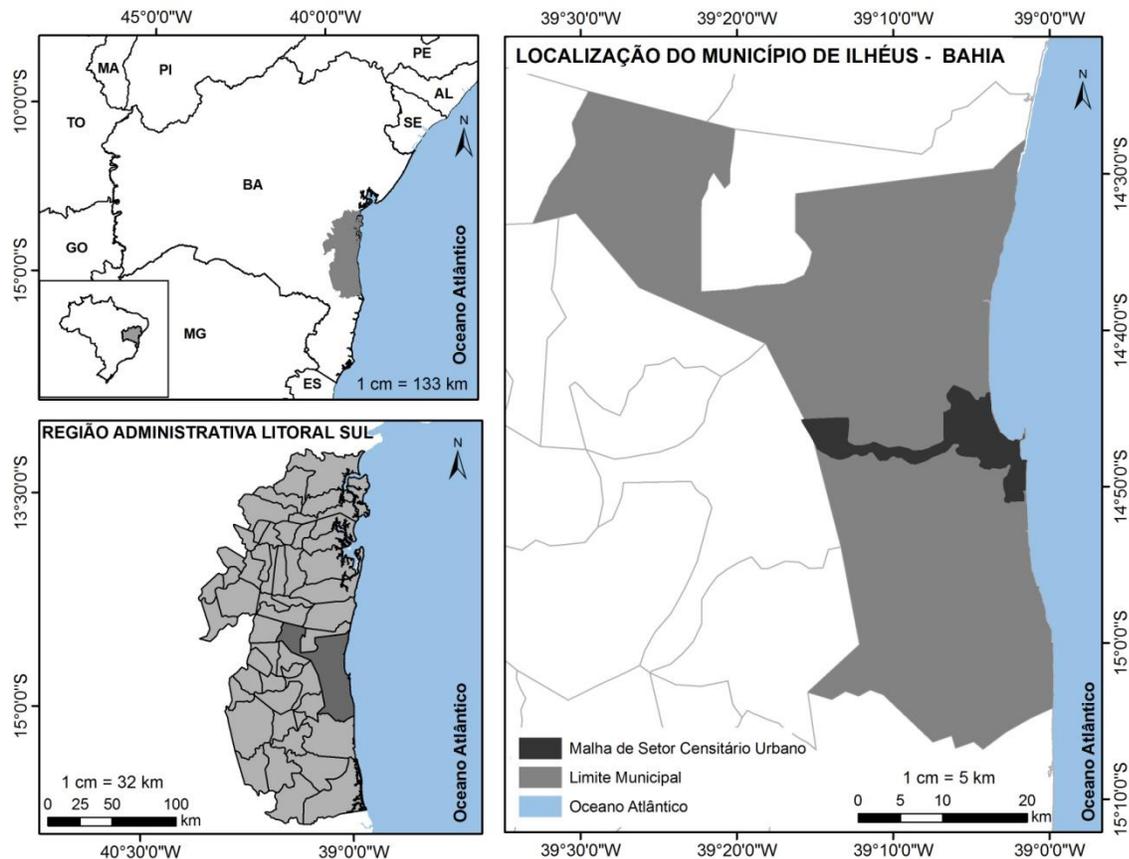


Figura 10 – Localização do município de Ilhéus – BA.

Fonte: Elaborado a partir do banco de dados da SEI (2008) e IBGE (2007), por GÓES, L. M. (2010).

Nesse caso em particular, Ilhéus foi zona fomentadora na difusão e formação de novos municípios, pois, desde a sua condição de sede primária e vila da antiga capitania e, em seguida, sendo nomeada comarca distrital pelo Governo Geral da Província, teve o seu poder diminuído e acabou perdendo área territorial, concedidas pelo governo na formação de novos municípios. “Somente a capitania de São Jorge dos Ilhéus foi responsável pela formação de cinquenta e cinco novos municípios” (SEI, 2003). Logicamente que isso não aconteceu de forma passiva. Muitos

foram os embates políticos na defesa territorial do município, principalmente após o surgimento da cultura do cacau.

O cacau é uma cultura originária da América Central e foi introduzida no Brasil. No Sul da Bahia, a cultura foi trazida pelo colono francês Luiz Frederico Warneaux, que plantou em 1746, às margens do Rio Pardo, na fazenda ‘Cubículo’, os primeiros pés de muda da planta, de onde a semente foi disseminada para os municípios vizinhos (BARROS, 2004, p.96 e 97). Levou mais de cem anos para que as plantações de cacau atingissem sua maturidade e se tornassem o produto capaz de sustentar o funcionalismo de várias instituições no estado da Bahia durante os tempos áureos. “Ilhéus tinha uma marcante presença econômica no Estado, pois era em seu território que se produzia um bem em expansão [...] capaz de praticamente sustentar os cofres do estado durante a República Velha” (SILVEIRA, 2002, p.36).

Apesar da crítica feita à maioria das monoculturas, o cacau teve importância ímpar no processo de evolução e de desenvolvimento da cidade de São Jorge dos Ilhéus. Acometida por ciclos de crise e expansão gerados por eventos internos (pragas, alterações climáticas, falta de infraestrutura, luta pela posse das terras e decisões políticas, às vezes, não favoráveis) e externos (controle do preço pela bolsa de Nova York, aumento da produtividade e menor custo de produção em outros continentes como é o caso da Ásia e África), mesmo com todos os percalços, o município e a cidade conseguiram sair da condição marginal que se encontravam até a metade do século XIX e expandiram o seu núcleo populacional.

Com o surgimento da lavoura cacaueira, veio o dinheiro abundante, atraindo imigrantes e forasteiros. A partir de 1846, a cidade começou a apresentar grande movimentação. Nas áreas planas, próximas ao morro de São Sebastião, foi se instalando o centro comercial (que permanece até hoje), seguindo as residências pela orla marítima onde estão às avenidas Soares Lopes e Dois de Julho e ocupando os morros vizinhos (ANDRADE, 2003, p.41)

A então vila de São Jorge dos Ilhéus em 28 de Junho de 1881, ganha *status* de cidade_e, a partir daí, vão se delineando com mais clareza os contornos da sede do município. No início do século XX, são construídos o porto e a estrada de ferro (BARROS, 2004), com a perspectiva de melhor e maior escoamento da produção cacaueira. Isso aumentou consideravelmente a circulação e a chegada de pessoas na cidade. No entanto, como o processo produtivo é marcado pela contradição, a riqueza na cidade não se traduziu em aumento da população, pois o município

de Ilhéus, nessa época, ainda era de vocação agrícola, e boa parte da população vivia e trabalhava nas fazendas de cacau.

A Geografia é dinâmica, e a mudança na história, certamente, impõe novas reflexões. A cidade de Ilhéus passou por mudanças consideráveis após a crise da produção cacaueteira em decorrência da praga conhecida como “vassoura-de-bruxa” (*Crinipellis perniciosa*) que mudou drasticamente a economia e a dinâmica da população regional.

No final da década de 1980, a Região Cacaueteira do Sul da Bahia viu-se frente a mais uma crise que afetaria duramente as lavouras de cacau, causada pela irregularidade de preços, fatores climáticos, competitividade do produto, agravada pela incidência da enfermidade vassoura-de-bruxa (VB). As conseqüências desse quadro foram um intenso êxodo rural, degradação dos recursos naturais renováveis, desvalorização patrimonial, endividamento dos produtores e empobrecimento da população regional (ROCHA, 2008, p.76).

Com o agravamento das condições de vida no campo, a cidade é o espaço predileto na busca de novas oportunidades. A cidade de Ilhéus não estava preparada para isso e não criou condições de infraestrutura para atender a demanda. Sob esse panorama, não é difícil imaginar o avanço da cidade sobre as áreas desocupadas e também impróprias para a ocupação.

1.3.1 As redes e sua importância no Sul da Bahia

Assim como a urbanização contemporânea nos ajuda na compreensão das relações complexas *das e nas* cidades, as redes e fluxos possibilitam entender as diferentes ligações entre as cidades, a atual mobilidade, global ou ainda regional, do capital e a divisão social do trabalho. Além de ser um tema bastante discutido no meio acadêmico, a rede urbana tem sua relevância associada ao planejamento econômico e social.

Para entender as redes de cidade hoje no Brasil, seria necessário um encadeamento cronológico do desenvolvimento político, econômico e social do país. Verificar como o território foi, aos poucos sendo interligado, e quais as ações que engendraram esse processo. Isso demandaria aprofundamento e não é esse o propósito do trabalho, mas apenas contextualizar a importância das redes fazendo inferências às cidades de Ilhéus e Itabuna, conhecida de forma indiscriminada por muitas pessoas como região cacaueteira ou microrregião cacaueteira. “Oficialmente, hoje, usam-se as palavras região Sul da Bahia (Mesorregião Sul Baiano) e região

cacaueira da Bahia (Microrregião Ilhéus-Itabuna)” (ROCHA, 2008, p.16). No entanto, para fins econômicos ela é conhecida como Região Administrativa Litoral Sul.

Os estudos sobre a rede urbana, na sua grande maioria, apesar das várias possibilidades e proposições, apresentam características de “natureza positivista e funcionalista” (CORRÊA, 1989; 2006). Este autor defende uma maior criticidade no estudo e significado das redes urbanas. “A cidade – e, por extensão, a rede urbana – é vista como se fosse uma coisa, destituída de vida social e, portanto, de interesses antagônicos e conflitos: é assim passível de um tratamento marcado por uma postura pretensamente neutra” (CORRÊA, 1989, p.47). Essa neutralidade acaba por mascarar o significado e a importância das redes no contexto urbano das cidades.

Falando não só de rede urbana, mas das diversas “redes técnicas” que se difundem pelo território, Santos (2009b) supõe que o estudo atual das redes e as relações que seus elementos mantêm com a vida social, de modo geral, servem “como suporte corpóreo do cotidiano” (SANTOS, 2009b, p.263). Sob essa perspectiva, é possível entender que a vida dos homens estará sempre permeada pelas redes.

Pensando numa economia capitalista globalizada e também nos detentores do capital, essas cidades polarizadoras precisam continuar sendo atrativas e competitivas. Nesse sentido, logística e empresa, que utilizam as redes, precisam estar atualizadas. Conforme afirma Santos (2009b, p.274), “A fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade”. Neste contexto, os “atores hegemônicos”, detentores do capital, planejam e induzem a criação de infraestrutura para a fluidez, condicionada, na maioria dos casos, pela ação do Estado. Isso de sobremodo repercute e altera a rede urbana das cidades.

A rede urbana é um reflexo, em realidade, dos efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais, sobretudo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas que, efetivamente, introduzem – tanto na cidade como no campo – atividades que geram diferenciações entre os centros urbanos (CORRÊA, 1989, p.50).

Esse pode ser um forte argumento para explicar a diferenciação entre as cidades e também por que alguns núcleos de prosperidade, em dado momento, perdem sua importância e função produtiva para o mercado. O estudo regional das redes ajuda a compreender essas mudanças funcionais.

Até a década de 2000, o Porto do Malhado em Ilhéus era rota constante para o escoamento da produção de soja e eucalipto, o tráfego pela BR 101 e 415 eram intensos.

Problemas técnicos e de ordem econômica, além de acordos mais vantajosos mudaram o panorama de uso dessas redes.

A distância de cerca de 200 quilômetros da área produtora de eucalipto e o porto de Ilhéus fez com que a empresa de celulose criasse alternativas de menor custo. “Em 2002 entrou em operação o terminal marítimo da Veracel (empresa de celulose), instalado no município de Belmonte” (JOLY, 2007, p.69), encurtando a distância na rede de transporte para 70 quilômetros. Com relação à soja, os inconvenientes foram de ordem técnica. “Em 2006 ocorreu o desvio das cargas de soja da Cargil, do Porto do Malhado para o Porto de Cotegipe, localizado na Baía de Todos os Santos” (OLIVEIRA, H. C., 2011, p. 12). Como se pode notar, as transformações de ordem econômica ocorridas no território brasileiro repercutem diretamente na função e na utilização das redes.

As cidades, assim como algumas redes, são formas fixas no território, e, portanto, não seria possível transplantar uma cidade de um lugar para outro. Sob essas condições, seria possível afirmar a nulidade dinâmica dessas estruturas? Muito pelo contrário, toda forma é passível de ser modificada e “refuncionalizada”. O homem não só modifica a natureza em estado natural, mas também aquela que já teve a sua condição original alterada. Esse dado, por si, confere dinâmica às formas. Em muitas situações, quando as cidades e suas estruturas urbanas envelhecem ou são abandonadas, o processo de revitalização se incube de lhe conferir nova dinâmica.

Numa tentativa de contribuição sobre o assunto, Corrêa (2006) afirma que as transformações na organização espacial não são iguais, mas se diferem em intensidade e natureza nos diferentes pontos do território. A trajetória *têmporo-espacial* das cidades também tem o seu papel nesse processo de transformação; portanto, o novo e o velho coexistem, dando possibilidade de entendimento dessa totalidade, “a cidade e a rede urbana reatualizam-se, possibilitando a existência de formas e funções novas e velhas” (CORRÊA, 2006, p.280).

Por conta disso, alguns estudos dão notoriedade à hierarquia urbana das cidades, lembrando a importância das redes no contexto urbano e a relação de poder exercida pelos centros de decisão como responsáveis diretos na formação e transformações das redes.

Nas cidades de Ilhéus e Itabuna, o *status* de “região cacauzeira” do Sul da Bahia permitiu que os municípios que se formaram na sua hinterlândia fossem interligados, a princípio, por caminhos precários, ocupados pelas tropas de mulas que escoavam a produção até a zona portuária de Ilhéus; posteriormente, pelas estradas e rodagens que passaram a ligar os diversos

entrepósitos de produção da região e também pela estrada de ferro, que, a princípio tencionava ligar a cidade de Ilhéus à Vitória da Conquista, mas que, no final limitou-se a áreas mais próximas (Ilhéus, Itabuna, Itajuípe e Ubaitaba), com um percurso total de pouco menos de 130 quilômetros.

Em *Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus*, Campos (2006) comenta sobre a manutenção da estrada que ligava o sertão à colônia de Ilhéus, relato esse de 1871, ou seja, já no final do século XIX o Governo Imperial demonstrava uma preocupação em manter a ligação entre os diferentes pontos da então colônia. Essa ligação, apesar de rudimentar, era fundamental para o transporte das boiadas e de outros produtos do sertão.

Quando se menciona o escoamento da produção é possível aqui afirmar a existência de uma “rede incipiente”. Milton Santos, em uma de suas primeiras obras, ainda publicadas na década de 1950, traça um esboço dos transportes na zona do cacau.

O fato observado no Brasil, de que o mar é a principal linha de comunicação constituindo mesmo, o tronco primordial no nosso sistema viatório é facilmente notável na zona sul da Bahia [...] A interiorização do cacau, porém, forçou a abertura de estradas pelo interior da zona, as quais se incubem do transporte da mercadoria (SANTOS, 1955, p.82).

Não somente a zona portuária e as estradas tiveram sua importância reconhecida. É preciso também lembrar-se de outros meios de transporte, como por exemplo, a ferrovia. “Compulsando as estatísticas sobre ela, podemos observar que mais de noventa por cento da mercadoria transportada nos trens descendentes é constituída exclusivamente, pelo cacau” (SANTOS, 1955, p.86). Vale lembrar ainda do transporte aéreo em Ilhéus, que teve seu dinamismo na região associado à riqueza do cacau. Segundo Andrade (2003),

A história do transporte aéreo de Ilhéus é tão antiga quanto o da própria aviação brasileira, hidroaviões das empresas Condor e Panair taxiavam na baía do Pontal [...] O atual aeroporto foi construído em 1943 [...] Em 1975, foi totalmente modernizado, para permitir o tráfego intenso de grandes aeronaves do porte *Boeing 737*, utilizados nas linhas domésticas brasileiras (ANDRADE, 2003, p.120).

Entretanto, o alargamento das condições de uso e melhoramentos das redes que passaram a ligar a região Sul da Bahia se deu efetivamente com a construção da BR-101, em 1973. O professor Trindade, em seu estudo sobre rede urbana da microrregião Ilhéus-Itabuna, comenta a importância dessa rodovia,

elemento indispensável para a configuração da rede urbana regional, associada diretamente ao escoamento da produção de cacau que, a partir das estradas vicinais, atingia a referida rodovia e através dela, o porto do Malhado, em Ilhéus, de onde o cacau era então exportado, principalmente para a América do norte (EUA e Canadá) e Europa (Suíça, França, Inglaterra, Rússia e Holanda, entre outros países) (TRINDADE, 2009, p.122).

Deve-se lembrar também de outras redes de fluxos e transportes, as chamadas redes elétricas, implementadas em Ilhéus com a inauguração da hidroelétrica do Funil no Rio de Contas em 1962 e com a inauguração da central automática da Companhia Telefônica Sul-baiana (TELESUL) em julho de 1963 (ADERINO, 2011). Essas obras fizeram e fazem parte da rede urbana regional e são também reconhecidas como “sistemas técnicos”.

Esses sistemas técnicos que são implantados no território atendem à necessidade precípua de, por um lado, fazer circular o que é produzido regionalmente, e por outro lado, atender à demanda regional por produtos industrializados de outras regiões do país e do mundo. É no âmbito dessas interrelações entre o interno e o externo, entre o regional e o mundial que a rede urbana coexiste em diversos níveis de análise, em escalas geográficas que se sobrepõem e se justapõem, por meio do intercâmbio contínuo que conecta pessoas, empresas e cidades (TRINDADE, 2010a, p.5)

As cidades de Ilhéus e Itabuna polarizam uma rede de 41 cidades em seu entorno, no sentido norte e sul a malha rodoviária da BR 101 é a responsável por interligar a maioria dos municípios, Figura 11. Saindo de Ilhéus com destino à Vitória da Conquista, sentido leste oeste a BR 415 cruza a BR 101, sendo a cidade de Itabuna o entreposto para o encontro dessas duas rodovias federais. Além de outras rodovias estaduais e estradas vicinais que servem como ligação entre os municípios existem também as redes técnicas de telecomunicação, eletricidade e outros serviços.

As várias atividades comerciais personalizadas por produtos e serviços conferem a Ilhéus e Itabuna posição de destaque na região. “As duas cidades na verdade se constituem não em um único pólo, mas um bi-pólo. Suas mútuas e diferenciadas determinações entrecruzam-se, somam-se, combinam-se produzindo uma complementaridade” (BORGES, 2009, p. 07). Confirmando ainda essa capacidade de atração, Trindade afirma que:

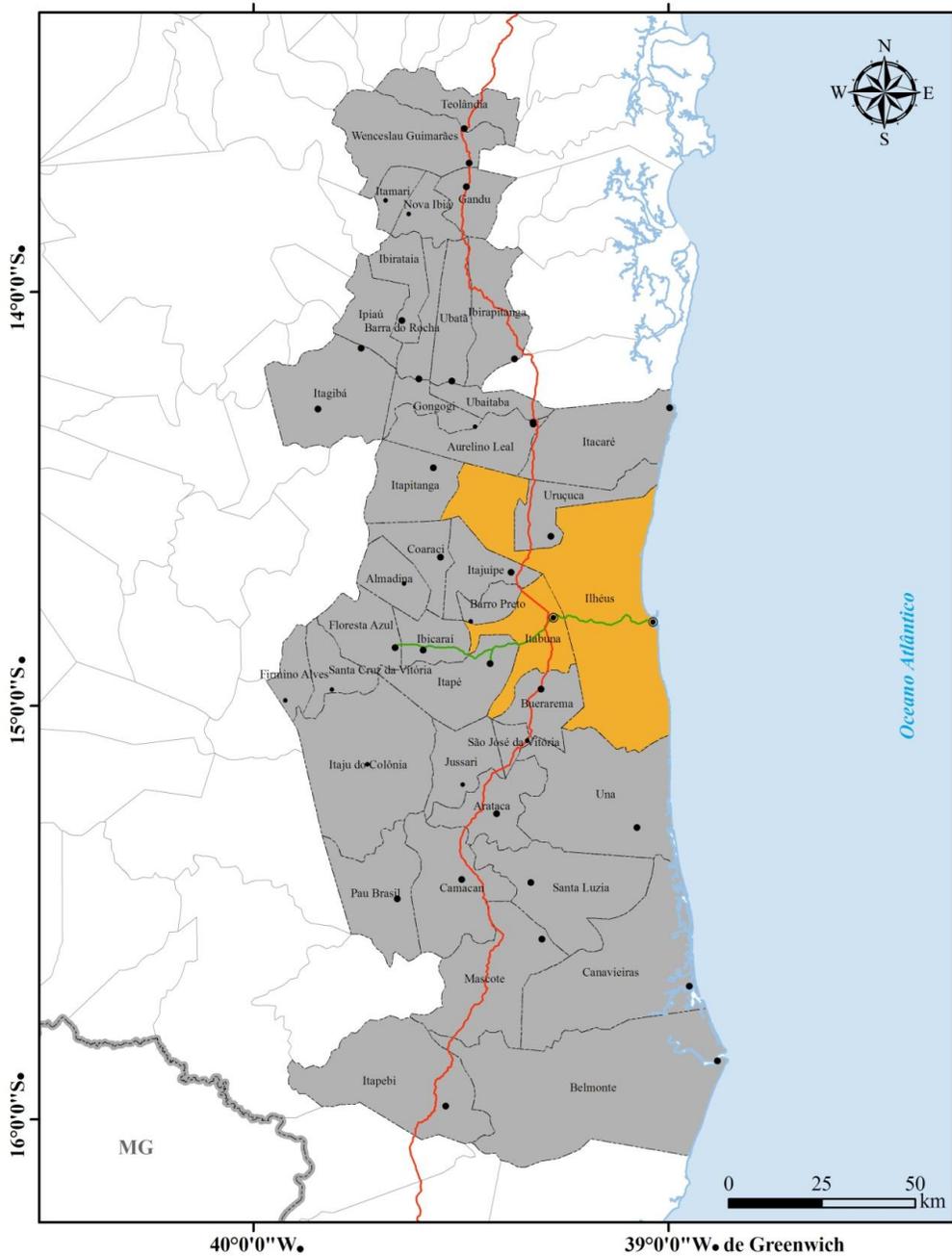
Itabuna e Ilhéus concentram os equipamentos e serviços que lhes possibilitam polarizar os municípios da região cacauífera, na medida em que drenam a renda regional proveniente da produção de cacau, e simultaneamente, constroem interações que permitem que esses municípios não fujam de sua dependência político-econômica (TRINDADE, 2010b, p. 23).

Pessoas que moram nas outras cidades da microrregião são atraídas para esses centros pela insuficiência de serviços relacionados ao trabalho, comércio, lazer, educação e assistência médica em suas cidades.

Essa condição de duas cidades formando um bi pólo no contexto baiano é um caso atípico, normalmente as cidades médias se estabelecem como pólo de atração para os municípios de sua hinterlândia e guardam uma distância considerável entre si, (Feira de Santana à Jequié, 141 km); (Jequié à Vitória da Conquista, 156 km); (Vitória da Conquista à Itabuna, 243 km); (Itabuna à Teixeira de Freitas, 312 km).

Entre Ilhéus e Itabuna a distância é de apenas 30 quilômetros. Enquanto Itabuna concentra boa infraestrutura de serviços médicos, educacionais, de comércio e indústria, Ilhéus além do comércio, serviços e indústria, tem infraestrutura de turismo, porto e aeroporto.

MICRORREGIÃO ILHÉUS - ITABUNA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL



Microrregião Ilhéus - Itabuna

- Municípios da Microrregião
- Destaque para Ilhéus e Itabuna

Cidades (População do Município)

- Abaixo de 10.000 Habitantes
- 10.000 a 100.000 Habitantes
- 100.001 a 500.000 Habitantes
- Oceano Atlântico

BR 101

- BA/BR 415
- Linha de Costa
- Limite Municipal
- Limite Estadual

Figura 11 - Rede de cidades polarizadas por Ilhéus e Itabuna, municípios em destaque.
Fonte: Elaborado a partir do banco de dados da SEI (2008), por GÓES, L. M. (2011).

A ligação entre as duas cidades é feita pela BR 415, rodovia situada à margem esquerda do Rio Cachoeira e já existe projeto aprovado para criação de outra rodovia pela margem direita do mesmo rio.

O fluxo crescente dessa rede viária somados às mudanças socioespaciais frequentes, confirmam o comentário de Castells (1999), quando aborda a urbanização do terceiro milênio e diz que os fluxos têm o poder de definir a forma e os processos espaciais nos lugares.

Nas últimas décadas é possível notar entre as cidades de Ilhéus e Itabuna “a mudança de conteúdo nas paisagens rurais em paisagens eminentemente urbanas” (TRINDADE, 2010b, p. 25), não somente as mudanças na paisagem, mas também transformações socioespaciais implementadas por um tipo particular de conurbação. Essa conurbação não é “uma conurbação do tipo físico-territorial, mas, [...] uma conurbação funcional com forte tendência à expansão” (SILVA; SILVA; LEÃO, 1987, p. 407). O fato de instituições de pesquisa e ensino, e os bairros Banco da Vitória e Salobrinho estarem localizados neste intervalo da rodovia, também justifica a rapidez com que novos equipamentos urbanos vêm sendo instalados no eixo Ilhéus/Itabuna.

Apesar da notável complementaridade de Ilhéus e Itabuna através dos fluxos e equipamentos técnicos que vão surgindo, ainda assim, a “guerra dos lugares” se mostra pela concorrência entre essas duas principais cidades da microrregião. Na tentativa de capturar sinergias comerciais para suas áreas de influência, tanto Ilhéus como Itabuna oferecem benefícios fiscais e locacionais às empresas que buscam melhores condições de lucratividade com a instalação estratégica de suas filiais.

Como exemplo é possível citar a inauguração no ano de 2010 dos atacados, *Carrefour* e *Makro*. A cidade de Ilhéus ganhou a concorrência na escolha do local para sua implantação. As empresas optaram por se estabelecer o mais próximo possível da cidade de Itabuna, abarcando as duas cidades. Essas decisões não são fruto das estratégias político administrativa das cidades, mas, determinações das grandes empresas quando escolhem os locais para acomodar suas infraestruturas, como mencionou Santos, “as infra-estruturas presentes em cada lugar encontram, em grande parte, explicações e justificativa fora do lugar” (SANTOS, 1997a, p.65). Esse é um dos efeitos da globalização mostrando o quanto as ações externas podem repercutir nas cidades.

Além dos fluxos, entender um pouco da dinâmica que envolve os dois municípios é fundamental para compreender a situação socioeconômica atual da cidade de Ilhéus. É quase impossível não estabelecer comparativos em função das relações estabelecidas entre as duas

idades. Itabuna com município de menores dimensões (432,24 km²) e densidade demográfica de 473,5 (hab/km²). Ilhéus com área demográfica de (1760 km²) e densidade demográfica de 104,68 (hab/km²), segundo dados do IBGE cidades (2011).

MUNICÍPIO DE ILHÉUS E ITABUNA COM SEUS RESPECTIVOS DISTRITOS

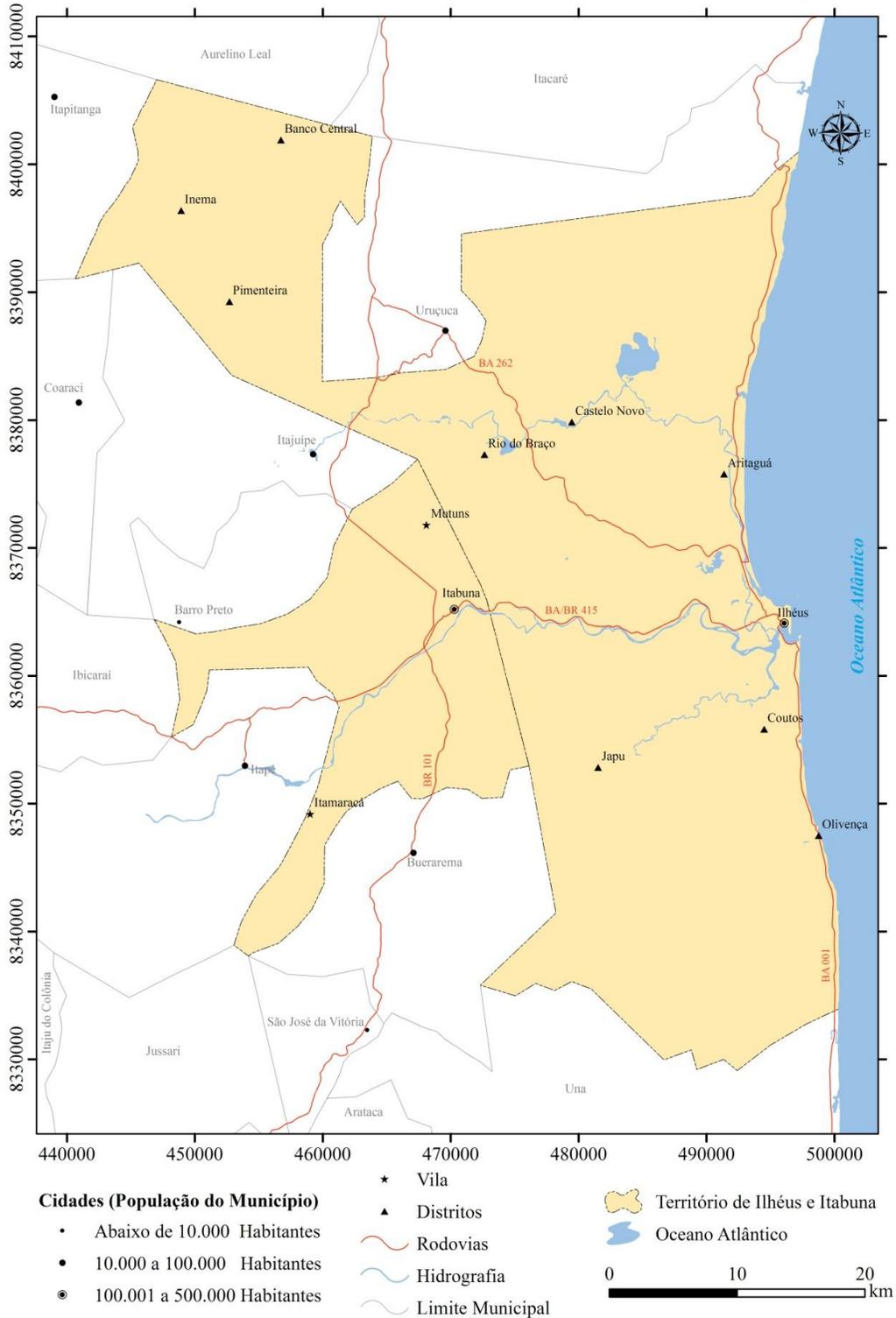


Figura 12 – Municípios de Ilhéus e Itabuna com distritos, vilas e principais rodovias.

Fonte: Elaborado a partir do banco de dados da SEI (2008), por GÓES, L. M. (2011).

A densidade demográfica de Itabuna é alta se comparada com Ilhéus. O território do município de Itabuna é hoje constituído pelo distrito sede, que é a cidade de Itabuna, e as vilas de Mutuns e Itamaracá. (ANDRADE; ROCHA, 2005, p. 33).

O município de Ilhéus tem uma área maior, além de vilas, conta com nove distritos (Aritaguá, Banco Central, Castelo Novo, Coutos, Inema, Japu, Olivença, Pimenteira, Rio do Braço), Figura 12. Apesar desses núcleos urbanos servirem para manter certo equilíbrio na distribuição da população, as sedes dos municípios são ainda onde se concentram a maior parte. A estreita ligação entre os dois municípios permite que movimentos pendulares ocorram com frequência, motivados por melhor oportunidade de emprego ou pelos demais serviços. O fato é que os comparativos têm demonstrado perdas de divisas para a cidade de Ilhéus.

Os problemas de ordem diversa ocasionados com a crise da lavoura cacaueteira proporcionaram, num primeiro momento, o aumento da população nas duas cidades. No entanto, após três décadas, tornou-se extremamente difícil para a cidade de Ilhéus manter o crescimento da população, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - População total de Ilhéus e Itabuna. 1980 – 2010.

Municípios	ANO/CENSO			
	1980	1991	2000	2010
Ilhéus	131.454	223.750	222.127	184.236
Itabuna	153.342	185.227	196.675	204.667

Fonte: Elaborado a partir do banco de dados do IBGE – Censo Demográfico (2011).

Elaboração: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2011).

Com relação à riqueza produzida, o somatório dos setores primário, secundário e terciário foi positivo nos três primeiros anos avaliados, no entanto, no último ano Ilhéus teve a sua produtividade diminuída em relação à cidade de Itabuna, situação indicada a partir dos dados do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios entre 2003 e 2008, Tabela 2.

Essa situação pode estar relacionada com a falta de grandes investimentos na cidade de Ilhéus, mas esse quadro pode se reverter nos próximos anos, é o que se comenta com a implantação do Complexo Intermodal (ferrovia, porto e aeroporto) em curso.

Tabela 2 - Produto interno bruto de Ilhéus e Itabuna, 2003 -2008.

Município	PIB	2003	2005	2007	2008
Ilhéus	Agropecuária	46.482,00	41.482,00	46.980,00	53.959,00
	Indústria	867.821,00	486.817,00	491.163,00	408.522,00
	Serviços	513.912,00	775.747,00	947.836,00	960.102,00
	Impostos	230.920,00	334.703,00	220.106,00	210.228,00
	Valor total	1.635.304,00	1.648.903,00	1.706.084,00	1.632.810,00
Itabuna	Agropecuária	21.022,00	8.253,00	11.527,00	12.492,00
	Indústria	368.057,00	249.551,00	262.018,00	289.702,00
	Serviços	565.747,00	1.075.927,00	1.309.531,00	1.397.930,00
	Impostos	112.423,00	209.803,00	215.863,00	245.290,00
	Valor total	1.013.426,00	1.543.534,00	1.798.940,00	1.945.414,00

Fonte: Elaborado a partir do banco de dados da SEI e IBGE cidades (2011).

Elaboração: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2011).

Nota-se que em Itabuna apesar da oscilação dos valores os dividendos relacionados à agropecuária e a indústria, os serviços e impostos tiveram um crescimento constante e considerável. Em Ilhéus, houve um crescimento significativo dos valores provenientes aos serviços, em contra partida, baixou para menos da metade os dividendos relacionados à indústria. A dinâmica da produtividade composta pelas redes e os fluxos são peças chave para entender o uso e o funcionamento dessas e de outras cidades da microrregião Ilhéus Itabuna.

1.3.2 A cidade e o centro urbano de Ilhéus no contexto atual

Muitas pessoas, no discurso do senso comum costumam atribuir à cidade e ao município o mesmo significado. O município abrange toda a área territorial, envolvendo os distritos e povoados, enquanto a cidade corresponde à sede do município, área principal, formada pelos diferentes recortes espaciais (bairros centrais e periféricos, centro da cidade, área industrial, espaços de lazer, espaços vazios pensados como reserva para especulação futura, etc.) que compõem o espaço urbano. Os vários recortes espaciais são como um mosaico, peças de um

quebra cabeça, de diferentes formatos e tamanhos, aonde as ações e o uso que é feito pela sociedade vão compondo o tecido urbano.

O fato de esses espaços serem diferenciados, mas manterem “relações espaciais” entre si levou Corrêa (2003) a afirmar que o espaço urbano é ao mesmo tempo “fragmentado e articulado”, e faz da cidade esse emaranhado complexo e contraditório.

Estas relações manifestam-se empiricamente através de fluxos de veículos e de pessoas associados às operações de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos cotidianos entre áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos menos frequentes para compras no centro da cidade ou nas lojas do bairro, às visitas aos parentes e amigos, e às idas ao cinema, culto religioso, praia e parques (CORRÊA, 2003, p.7).

A cidade de Ilhéus pode ser tomada como exemplo à verificação dessa realidade. Geograficamente localizada entre rios importantes que cortam a cidade e conferem um desenho particular ao tecido urbano, em Ilhéus a expansão urbana ocorreu no sentido norte, sul e atualmente com mais intensidade no sentido oeste. Pontes foram construídas para vencer as barreiras naturais e permitir o fluxo entre os diferentes pontos da cidade. O macrozoneamento urbano realizado pela prefeitura de Ilhéus no Plano Diretor Municipal Participativo (PDMP) mostra, em diferentes cores, as zonas estabelecidas conforme tipos de ocupação Figura 13.

As diversas atividades, que dinamizam a cidade e fazem dela esse espaço “fragmentado e articulado”, se realizam através das pessoas, das informações e das empresas que juntos formam as redes geográficas. Segundo as arguições de Trindade (2005), “Os diversos espaços urbanos (recortes) são ligados por vias que cortam toda cidade permitindo o movimento de pessoas e veículos de diversas naturezas, proporcionando o funcionamento das redes, o que resulta no fluxo urbano” (TRINDADE, 2005, p.81).

Os comentários que se seguem sobre as redes intraurbanas de Ilhéus é um recurso introdutório de apresentação da cidade, sem perder de vista o centro, onde estão instaladas as praças e outros equipamentos públicos urbanos.

A rede de transportes é responsável pelo fluxo intraurbano de Ilhéus, além dos veículos particulares que circulam pela cidade, o transporte público é feito por duas empresas de ônibus coletivos (Via metro e São Miguel). O Terminal Urbano de Ilhéus foi pensado para ser uma estação de transbordo da cidade, mas funciona como um terminal comum. Localizado próximo à Praça Cairú bem no centro de Ilhéus, recebe diariamente 120 ônibus que circulam o centro e os

bairros periféricos da cidade, alguns saem do terminal e se deslocam para sete dos nove distritos da cidade, em função da distância, os distritos de Inema e Pimenteiras são atendidos pelo transporte intermunicipal.

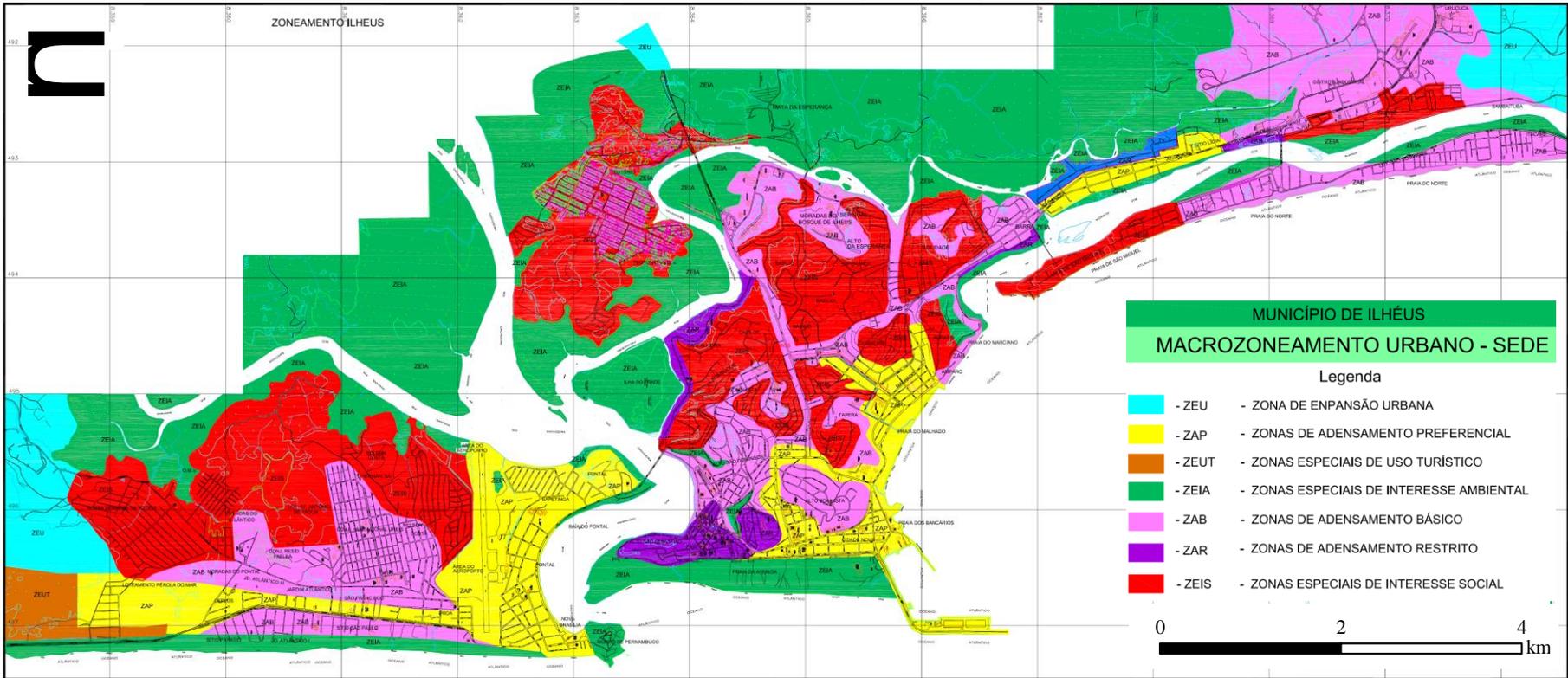


Figura 13 – Sítio urbano de Ilhéus, macrozoneamento da sede.

Fonte: Plano Diretor Municipal Participativo de Ilhéus, 2006. Adaptado por Goes, L. M. (2011).

O fluxo intraurbano do transporte público ocorre pelas principais avenidas e ruas (Canavieiras, Itabuna, Lomanto Junior, Esperança, Antonio Carlos Magalhães, Ubaitaba, Proclamação, Osvaldo Cruz, Visconde de Mauá, Tiradentes), e as rodovias Pontal/Olivença, Ilhéus/Itabuna e Ilhéus/Uruçuca. O duplo papel articulador das redes de transportes ligando os fluxos de outras cidades com Ilhéus e a ligação dos bairros com o centro evidencia a importância dessa rede para a cidade.

A rede bancária por sua vez articula as operações financeiras da cidade. Ilhéus é composta por dez agências bancárias (02 agências da Caixa Econômica Federal, 02 agências Banco do Brasil, 02 agências Bradesco, 01 agência Itaú - Unibanco, 01 agência HSBC Bank Brazil, 01 agência Santander – que incorporou o antigo Banco Real). O serviço das agências é complementado pelos terminais de caixas automáticos espalhados pela cidade.

Outras franquias relacionadas aos serviços bancários são as lotéricas, os postos de atendimento da Companhia de Eletricidade da Bahia (COELBA) e os bancos de empréstimo pessoal. Os bancos como mais uma instância produtiva da cidade, têm incorporado as regras do mundo globalizado onde as empresas precisam integralizar novos capitais para não perder a competitividade no mercado, exemplo disso foi a fusão do Itaú e Unibanco em 2008.

A presença de todas essas agências e as operações financeiras realizadas na cidade de Ilhéus mostra o quanto os objetos técnicos estão presentes na vida da cidade e confirma a sua ligação com o mundo e também o grau de artificialidade do lugar. Segundo a argumentação de Santos, “O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes” (SANTOS, 1997a, p.90).

A rede de comunicação de Ilhéus ganhou impulso com a chegada da TV Cabralia (Rede Record) em 1987, e a TV Santa cruz (Rede Globo) em 1988, Instaladas em Itabuna. Apesar de estarem fora dos domínios do município de Ilhéus, as retransmissoras cobrem as notícias de todo Sul e Extremo Sul da Bahia. Outros veículos de mesma importância para a cidade são as rádios AM e FM, os jornais impressos e as mídias eletrônicas (blogs, sites e revistas), com função de informar à comunidade local, as questões de ordem política, econômica e socioculturais que envolvem a vida cotidiana do lugar, mas também as relações socioespaciais que a cidade de Ilhéus mantém com a região e com o mundo.

A rede de ensino de Ilhéus é montada no tripé (Estado, Município e iniciativa privada). As escolas particulares têm alunos matriculados nos três níveis, entre o município e o Estado existe certa divisão de responsabilidade, a maioria dos alunos do Ensino Fundamental estuda pelo município. Já O Estado atua no Ensino Médio e tem poucos alunos matriculados no Ensino Fundamental. A Tabela 3 apresenta somatórios de alunos matriculados, quantidade de professores e unidades da rede pública e particular de ensino atualizada no ano de 2009.

Tabela 3- Soma da rede pública e particular de ensino em Ilhéus.

Ano 2009	Pré escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Alunos matriculados	4682	31068	8104
Professores	280	1451	468
Unidades de ensino	61	85	23

Fonte: IBGE (2011).

Elaboração: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2011).

O Município vem enfrentando problemas na gestão da educação no ano letivo de 2011. A falta de professores e as dificuldades de acordos quanto à reposição salarial fez com que as aulas em muitas unidades da rede municipal começassem com atraso ou sem alguns professores. Apesar do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) mostrar evolução no panorama geral da educação, o município de Ilhéus ainda carece de maior alocação de recursos, mais escolas, equipamentos e professores, principalmente nos distritos e zonas rurais.

Quadro 1 – Cursos oferecidos na Faculdade de Ilhéus.

GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	
Administração	Auditoria Fisco Contábil	Direito Municipal
Direito	Análises Clínicas e Diagnóstico Laboratorial	Gestão e Planejamento Estratégico da Comunicação
Enfermagem	Direito empresarial e Relação de Consumo	Gestão de Pessoas
Ciências Contábeis	Gestão Tributária	Gestão Empresarial
Nutrição	Gestão Pública	Nutrição Clínica
–	Fisiopatologia Clínica	Administração Financeira

Fonte: Faculdade de Ilhéus (2011).

Elaboração: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2011).

A rede de ensino superior em Ilhéus conta com algumas instituições, as mais representativas são: a Faculdade de Ilhéus, localizada na zona sul da cidade e a Universidade Estadual de Santa Cruz, que fica na BR 415, entre Ilhéus e Itabuna, o Quadro 1 mostra os cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela Faculdade de Ilhéus. A instituição atende cerca de 2900 alunos entre os cursos de graduação e pós-graduação e possui 58 salas. As mensalidades na graduação são em média de R\$ 560,00 e custo mensal de cada pós-graduação é de R\$ 250,00, metade dos alunos são oriundos do município e os outros 50% são das cidades de Itabuna, Itacaré, Una, Canavieiras e outras cidades circunvizinhas.

A Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Instituição pública de ensino, pesquisa e extensão que atende Ilhéus e também outras cidades, possui trinta e três cursos de graduação, vinte e cinco cursos de especialização, dez cursos de mestrado e três de Doutorado, e conta com mais de seis mil alunos matriculados nos diversos cursos. A estrutura do ensino superior em Ilhéus faz desse município uma referência nacional, pois muitos professores e alunos de outros Estados escolhem trabalhar e estudar nessa universidade.

A rede de saúde de Ilhéus conta com 210 unidades cadastradas, disponibilizando um total de 543 leitos somados a rede pública e particular nas diversas especialidades. Cinco hospitais são de atendimento geral, sendo o Hospital Geral Luis Viana Filho e o Hospital São José Maternidade Santa Helena, entidades filantrópicas, os outros três, Hospitais de Ilhéus, Hospital e Maternidade Bartolomeu Chaves e a Clínica Ortopédica e Cirúrgica de Ilhéus são de cunho privado. As demais unidades estão divididas em Centros de saúde, consultórios, núcleos, clínicas, farmácias populares, unidade de saúde da família, pronto atendimento, postos de saúde e outros (CNES, 2011). Apesar das muitas especialidades e unidades distribuídas pela cidade e distritos de Ilhéus, muitas pessoas preferem se deslocar para Itabuna, onde o número de equipamentos e a oferta de profissionais de saúde é maior.

A dinâmica das redes geográficas na qual a rede de ensino, transportes, comunicação e saúde fazem parte permite compreender como ocorre o movimento e a reprodução da cidade e também ajuda a pensar a dinâmica dos centros urbanos as ações para o uso racional dos equipamentos e as práticas sociais.

O movimento do centro urbano de Ilhéus está relacionado às atividades de comércio, turismo/serviços/lazer, às indústrias que se instalaram na zona Norte da cidade (início da rodovia

que liga a cidade de Ilhéus a Uruçuca) e ao Porto do Malhado, construído entre as décadas de 1960 e 1970.

Recentemente, foi atualizada a classificação regional econômica. Ilhéus está localizada na Região Administrativa Litoral Sul; tem população de 184.236 habitantes, sendo 155.281 de população urbana e 28.955 em área rural; taxa de urbanização de 81,36% segundo IBGE cidades (2011). Importa mencionar que a Figura 14 traz uma vista aérea parcial da cidade.



Figura 14 - Vista panorâmica da cidade de Ilhéus.

Fonte: Carlos Maia (2008).

As agências bancárias, o correio central e outras instituições de fomento estão localizados entre as ruas Marquês de Paranaguá, Eustáquio Bastos e Jorge Amado, somente o Banco do Brasil é que tem outra agência no Bairro Malhado. Os interesses e negócios realizados por essas instituições têm a capacidade de atrair e concentrar a maioria das atividades de compra e venda de mercadorias e a circulação de pessoas pelo centro. Em algumas ruas, o tráfego de veículos é limitado para que o transeunte possa se deslocar com maior facilidade.

Verifica-se, por conta disso, calçadas e praças, onde as lojas de comércio e o mercado informal se difundem, conforme mostra a Figura 15.

A crise que se instalou na região entre as décadas de 1980 e 1990 com a “vassoura de bruxa” e posterior declínio da produção do cacau fez com que a cidade e os munícipes buscassem alternativas econômicas. Nessas situações, diversificar e apostar na criatividade são tentativas de superação para a crise, o que, em muitos casos, acaba por dividir opiniões no que se refere às propostas para se diversificar. O fato é que a produção agrícola de outros gêneros não conseguiu suplantiar o cacau. A crise também interfere na dinâmica urbana e pode ser vista como parte do “acontecer solidário” ao qual Santos definiu como parte integrante de cada momento histórico do processo de construção e reconstrução da totalidade espacial. “A cada momento, é como se a totalidade se estivesse cindindo, para reconstruir-se no momento seguinte, onde uma nova cisão renova o movimento” (SANTOS, 2009b, p. 165).

O comércio informal, aquele que não gera arrecadação municipal direta, pode ser a solução para uma massa crescente de pessoas que buscam “a cidade como abrigo”. Mas a forma de ocupação dos espaços públicos para essa atividade cria uma situação que desafia o planejamento urbano e as políticas públicas.

Espaços de circulação e algumas praças públicas do centro de Ilhéus acabam sendo territorializadas e apropriadas pelos ambulantes e vendedores do comércio informal. Na visão de Souza (2007, p. 99), a territorialidade é determinada pelas “relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial”.

O poder público local, instituído para gerir a cidade, formado pela prefeitura e suas secretarias, também cria alternativas para dinamizar a economia. Pensando em “revitalizar” o centro da cidade, as ações municipais apostaram no turismo, tendo como argumento as belezas naturais e os acervos históricos e arquitetônicos. Tais argumentos foram, sem dúvida, fortalecidos a partir das obras do escritor Jorge Amado, que retratam pontos da cidade, como a casa do Cel. Misael Tavares, o Bataclan, a casa de Tunico Bastos, o Bar Vesúvio e outros, atiçando a curiosidade dos visitantes em conhecer locais que trazem a marca da história do coronelismo nos tempos áureos da cultura do cacau, hoje tornados ícones para o turismo de Ilhéus.

Não se tem dúvidas de que a riqueza produzida pelo cacau reflete ainda hoje na forma de vida dos habitantes da cidade e mostra o quanto a cultura pode ser representativa das

singularidades de uma comunidade. Isso também se reflete na conformação urbana da cidade. Mas o turismo mercadológico, evocando uma padronização, “higienização” das praças e das ruas do centro da cidade, também altera a relação das pessoas com o espaço urbano.

Segundo dados do BNB (2010, p.2) PRODETUR NE II, US\$ 350,000 foram consumidos em investimentos públicos concluídos e em Execução no Pólo Litoral Sul em Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, quantia essa aplicada no projeto da Secretaria de Turismo da cidade (Setur) “Quartirão Jorge Amado”, criando o circuito Cravo e Canela, que engloba várias ruas e praças do centro da cidade em todo um trabalho de “revitalização”, para dar visibilidade a pontos representativos da história da região cacaueira e dar uma incrementada no comércio, Figura 16.

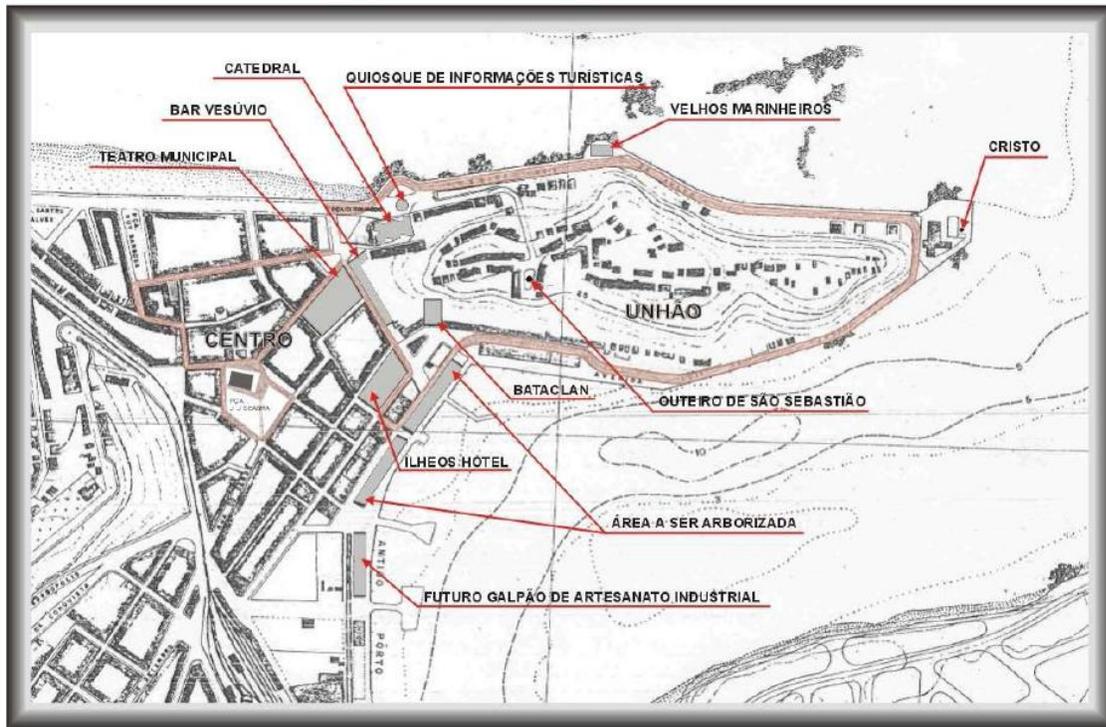


Figura 16 - Roteiro do Circuito Canela, Ilhéus - Ba.

Fonte: Centro de Referência Cultural da Bahia (2003).

Pelo que se conversou informalmente com comerciantes e moradores do centro, essas ações não se revelaram como melhoria para suas relações de trabalho e convivência cotidiana com o lugar. O serviço e o lazer relacionado ao turismo são dinamizados em sua maior parte pelas agências que negociam os pacotes. Aqueles turistas que se deslocam para a cidade por

conta própria em busca de lazer encontram nas praias do litoral sul e no conjunto arquitetônico do centro motivos que já valem a visita, mas a prestação dos serviços em alguns bares, cabanas de praia, hotéis e pousadas são alvos de críticas por parte dos visitantes que acreditam que esses serviços precisam ser melhorados.

A indústria deveria ser uma referência para a cidade de Ilhéus, e as trocas com o centro urbano poderiam implementar melhor os serviços de circulação de mercadorias e pessoas, configurando-se como mais um aporte para o desenvolvimento urbano. Entretanto, a cidade amargou por muito tempo a falta de infraestrutura satisfatória (abastecimento de água, energia e estradas). O quadro passou a ser modificado com a construção da BR 101 e a ligação da região com outros pontos do país.

De fato, a criação do parque industrial de Ilhéus não surge como alternativa para resgatar economicamente a região, mas é fruto de uma política de incentivo à criação de distritos industriais no interior do estado que ocorreu no início da década de 1970 com o apoio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Se assim fosse, as indústrias do cacau Joanes Industrial S/A, Chadler Industrial da Bahia S/A e Barreto de Araújo Produtos de Cacau S/A teriam vindo antes para Ilhéus. Observa-se que os incentivos fiscais foram os grandes motivadores.

Para dar andamento a esse processo (de desenvolvimento industrial) são criados os distritos Industriais de Ilhéus (1973) e Itabuna (1978), ações resultantes de uma política nacional implementada pela SUDENE, coma a participação dos estados e municípios, que ao aplicar a concessão de incentivos fiscais (arts. 34/18), confere a estes espaços a capacidade de atrair investimentos dessa natureza (OLIVEIRA, 2001, p.53).

Atualmente, os seguimentos em operação no distrito industrial de Ilhéus são os de atividades relacionadas a alimentos e bebidas, confecções, processamento de cacau, construção civil, madeira, informática, transportes. Muitos desses com atividades ligadas ao funcionamento do Porto do Malhado.

O Porto Internacional do Malhado, localizado no final da Avenida Soares Lopes, centro da cidade, é um dos poucos em mar aberto no Brasil e foi idealizado pensando em resolver definitivamente os problemas de embarque da produção em Ilhéus. Ainda na década de 1963 (quando começaram as obras do porto), a produção do cacau era expressiva, e o antigo porto na foz do Rio Cachoeira não permitia que grandes embarcações atracassem. A construção do porto

no Malhado foi uma obra de grande porte para a época, mas apenas mitigou alguns problemas relacionados ao embarque da produção, outros se criaram.

A conclusão das obras de instalação do “molhe” de proteção do porto (paredão que avança mar adentro) provocou um acréscimo acentuado da linha de costa ao sul do porto e o estreitamento na porção norte, gerando disputas pelo uso comercial da linha de costa ampliada na Avenida Soares Lopes e prejuízos nos bairros litorâneos de São Miguel e São Domingos, localizados ao norte. “Como regra, portos urbanos impõem limites e problemas ambientais. O porto de Ilhéus não faz exceção. Sua zona portuária, localizada no centro da cidade, delimita uma fronteira social, o trecho de transição entre uma área popular ao norte e uma área “nobre” ao sul” (SANTOS, 2001, p.127).

As áreas próximas ao porto passaram a ter um fluxo intenso de carretas transportando soja, eucalipto e outros produtos de exportação que ficavam estacionadas nas imediações aguardando embarque. O peso excessivo desses caminhões com até 80 toneladas gerou desgastes nas vias públicas, a população flutuante de carreteiros passou a utilizar as áreas próximas à zona portuária, gerando novas territorialidades.

O território de caminhoneiros, aos poucos se adensou, com bares, restaurantes e a frequência de mulheres, logo aparece na avenida Litorânea Norte, um comércio sexual de baixa renda. Inicialmente com informalidade, a presença das profissionais do sexo depois foi se organizando, chegando a se formar, em pouco mais de sete anos diversos pontos dessa atividade (IBIDEM, 2001, p.129).

Os relatos do autor citado mostram que, por insistência dos moradores, o poder público local realocou as carretas para o distrito industrial e um “porto seco” foi idealizado para solucionar o problema da espera pelo embarque no centro. O fato é que as atividades comerciais no centro provocaram um efeito cascata de mudanças dinâmicas na área urbana da cidade, de modo que o estudo sobre as praças do centro sintetizam essas mudanças mostrando como as pessoas fazem uso e tentam melhorar sua condição social, agravada pela crise do emprego, apropriando-se de alguns espaços públicos.

CAPÍTULO II

O espaço público deve ser visto como um conjunto indissociável das formas assumidas pelas práticas sociais (ALEX, 2008)

2 AS PRAÇAS PÚBLICAS DO CENTRO DE ILHÉUS – BA: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.

Atualmente, em virtude do acelerado processo de globalização, é inevitável não pensar as cidades em suas mais diversas formas de apropriação e utilização. Conhecer a dinâmica e funcionamento delas implica melhor ordená-las e estruturá-las para atender às demandas diversas do consumo.

Pautado nessa premissa, buscou-se estudar o contexto urbano da cidade de Ilhéus a partir das praças públicas do centro. Segundo salientado por Robba e Macedo (2002, p. 18), “Não é possível falar sobre praças sem analisar o contexto urbano no qual estão inseridas”, Segawa (1996, p. 31), vai ainda mais longe, considera que “A praça é um espaço ancestral que se confunde com a própria origem do conceito de urbano”. Fazendo uma analogia, em maior ou em menor grau, não é possível falar em cidade sem reconhecer suas redes de “fixos e fluxos” e sua conexão com o mundo.

A globalização nas economias capitalistas tem se mostrado como tendência hegemônica, por interferir e tentar integrar a economia e os mercados sem considerar as particularidades de cada região. Mas, muitos lugares ainda resistem a essa tendência e tentam manter suas identidades através da língua, da moeda, dos patrimônios arquitetônicos, ou ainda da preservação dos seus lugares de encontro.

A existência das praças e o uso social desses espaços públicos no centro das cidades trazem da idéia de “pausa” e contrasta com a verticalidade imposta aos centros urbanos, seja pela paisagem visível, seja pelas ações externas que determinam o funcionamento dos lugares.

Para historiadores, arquitetos, filósofos, sociólogos e geógrafos, o olhar sobre a praça não será o mesmo, mas trará semelhanças de conceitos. Marx, comentando sobre a origem das praças no Brasil fala que esse é um “logradouro público por excelência” (MARX, 1980, p.49). Robba e Macedo (2002) dizem que apesar da evolução das cidades e a alteração significativa do papel da praça, ela sempre manteve o caráter social. “A praça sempre foi celebrada como um espaço de convivência e lazer dos habitantes urbanos (ROBBA; MACEDO, 2002, p.15). Na concepção de Caldeira, “o termo ‘praça’ engloba questões socioculturais, uma vez que representa o lugar do encontro, onde se desenvolve a vida social” (CALDEIRA, 2007, p.15). Segundo Alex, “as praças, urbanas por definição, são lugares públicos de encontro e convívio de grupos sociais diferentes, isto é, de construção da cidadania e da democracia” (ALEX, 2008, p. 279). Já no entendimento de Queiroga, “As praças públicas, são lugares importantes à cidade, à cidadania, mesmo, e sobretudo, diante da globalização” (QUEIROGA, 2009, p. 4). O fato é que sendo um objeto de estudo analisado por diferentes perspectivas e pesquisadores, as praças têm um conceito que é convergente: é um espaço público e urbano de convivência social.

As praças na cidade contemporânea têm sua terminologia associada a outros espaços urbanos distintos, tornando a aceção da palavra, abrangente e confusa. O parque público é um deles, pela dimensão muitas vezes superior a quarteirões e também pelos interesses especulativos, é fácil de distinguir das praças. Outro é o jardim urbano, normalmente confundido com as praças.

Em função da área reduzida e pelo histórico de consolidação, as praças estão fora dos projetos de especulação imobiliária criados como intervenções urbanas que visam a valorização do entorno. No comentário de Serpa, “Praças, largos e pequenos jardins não interessam aos agentes imobiliários” (SERPA, 2007, p. 43). A confusão na maioria das vezes se faz por não distinguir praças de jardins urbanos. “Canteiros centrais de avenidas, rotatórias, talude e encostas ajardinadas são exemplos de jardins urbanos comumente chamados de praças” (ROBBA; MACEDO, 2002, p.16).

O jardim urbano tem o seu valor para a cidade por melhorar a qualidade do ar, ser objeto de contemplação e também contribuir com a drenagem dos solos. Mas o que diferencia a praça é o seu caráter cívico. As praças públicas são, ou pelo menos deveriam ser, acessíveis à população

e abertas às diferentes manifestações de uso e convívio social. Nota-se, com o passar dos tempos que houve mudanças significativas nos usos e funções desses espaços.

Cabe nesse texto introdutório diferenciar a função e o uso, pois muitas vezes essas palavras são confundidas como sinônimos. Segundo o verbete do Miniaurélio: “função é a ação própria ou natural dum órgão, aparelho ou máquina; cargo, serviço, ofício; prática ou exercício de função; utilidade, serventia; posição, papel, atribuição” (FERREIRA, 2001, p.363). Sugere, na investigação das praças, a finalidade prevista e concebida para aquela forma. Enquanto o verbete sobre uso, diz que ele é ato ou efeito de usar-se; aplicação, utilidade; prática, exercício; costume, hábito (IBIDEM, 2001, p.737). Dessa forma, o uso vai estar relacionado ao que é vivenciado e praticado no espaço da praça.

É importante lembrar que os usos e funções das praças nessa abordagem geográfica estão embasados na perspectiva do “território usado” que inclui a interdependência entre o lugar e a ação humana, entre o espaço físico e as relações sóciopolíticas estabelecidas nas praças. Conforme afirmam Santos e Silveira (2001), “é a partir do uso do território que torna-se possível articular a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade que inclui a natureza e o seu uso que inclui a ação política, isto é o trabalho e a política. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.247).

Ciente de que o processo de formação territorial das cidades é dinâmico e muda com a história das civilizações, a pesquisa tenta contribuir com o entendimento de que as formas de uso e funções do espaço urbano e das praças nas cidades não são imutáveis. Grandes obras de infraestrutura planejadas ou não pelo poder público podem alterar todo um contexto. “As mudanças morfológicas na paisagem não são inócuas e não podem ser analisadas independentemente das práticas sociais. A produção de um novo contexto material altera a forma/paisagem e introduz novas funções, valores e objetos” (LUCHIARI, 2001, p. 12). É possível perceber isso quando em locais que se circula habitualmente dentro da cidade sofrem alguma alteração. Para Corrêa (1995, p.29).

A noção de função implica uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhada pelo objeto criado, a forma. Habitar, vivenciar o cotidiano em suas múltiplas dimensões – trabalho, compras, lazer, etc. – são algumas das funções associadas à casa, ao bairro, à cidade e à rede urbana.

A construção de um *shopping center*, uma linha do metrô, a implantação de uma montadora de veículos, uma universidade, a ampliação de uma avenida, a ocupação de áreas públicas pelos ambulantes, todos esses acontecimentos podem determinar mudanças de função e utilização dos espaços.

Um estudo feito por Carlos (2001), sobre a ampliação da antiga Avenida Brigadeiro Faria Lima chamado de “Operação Urbana Faria Lima”, ocorrida em São Paulo, mostra que tal operação mudou a morfologia dos bairros Vila Olímpica, Itaim e Pinheiros. Foram derrubadas 380 casas, uma igreja, uma escola e parte de outra. Segundo a autora: “Ao transformar-se a morfologia, explodem as relações sociais tradicionais pela mudança nos modos de uso do espaço e nas funções do lugar dentro da metrópole” (CARLOS, 2001 p. 208). As praças públicas fazem parte dessa dinâmica urbana das cidades e podem ter suas funções e usos modificados no decorrer da história, condicionados pelas ações humanas.

2.1 Antecedentes das praças e o surgimento desses espaços públicos no Brasil

Algumas incursões no passado das praças é um esforço de método para entender as mudanças de usos e funções desses espaços públicos no contexto social contemporâneo. O estudo sobre as praças na cultura ocidental tem os seus antecedentes nas leituras sobre a formação da cidade-estado grega de Atenas e da *ágora* como importante centro da *pólis*.

A *ágora* grega foi a precursora do fórum imperial romano, das grandes “piazzas” e praças das capitais da Europa. Ao redor dessa praça, acontecia um grande número de atividades religiosas, sociais, comerciais, judiciais, legislativas e administrativas, que tornaram a *ágora* o coração de uma cidade antiga (CASTELLAN, 2011, p.02).

Segundo a reflexão da autora acima citada, eram múltiplos os usos da *ágora*, pois nessa sociedade as relações políticas, sociais e econômicas eram inseparáveis, e o que regia a sociedade era a posição social do indivíduo em relação aos meios de produção.

No entanto, a partir do século IV a.C, as *ágoras* começaram a se especializar. Aristóteles considerava importante que houvesse essa especialização, para ele, o melhor seria que houvesse uma *ágora* para as discussões, outra para os negócios e uma terceira para o lazer (CASTELLAN, 2011, p. 03).

As primeiras ágoras tinham o acesso livre, eram abertas à comunidade e se localizavam nas esquinas das ruas mais movimentadas. A especialização, separando as ágoras conforme funções diferentes vão mudar esses espaços. Posteriormente, estas transformações passam a ocorrer de forma mais intensa com a cultura romana. As praças na cultura romana eram conhecidas como Fórum, e consideradas o espaço urbano principal da cidade.

Espaço coletivo por excelência, a Ágora e o Fórum representaram o lugar da “vida cívica” e o lugar de encontro dos cidadãos. Na condição de nó, centro vital da cidade, esses espaços mantiveram-se presentes na estrutura das cidades ocidentais, constituindo-se como verdadeiros centros da vida social (CALDEIRA, 2007, p. 22).

Mencionando a construção e organização dos espaços públicos em Siena, Sun Alex (2008) fala de espaços largos, que ao invés de serem abertos, eram cercados por edificações de mesma altura, com fachadas semelhantes entre si e arcadas cercando o espaço aberto, conforme indicam a Figura 17a e Figura 17b. Na paisagem, as praças traziam certo ordenamento urbano para as tortuosas ruas das cidades medievais. O autor ainda confirma a tendência de especialização mencionada séculos atrás com as *ágoras*.

Entre 1288 e 1309, construiu-se o Palazzo Pubblico, voltado para *piazza*, e as atividades do mercado passaram a realizar-se atrás da nova edificação. Com isso, Siena contou desse momento em diante com três praças centrais próximas: a religiosa Piazza Del Duomo, de desenho regular e ortogonal; a cívica e central Piazza Del Campo, um polígono em forma de leque; e a Piazza Del Mercato, um espaço aberto trapezoidal (ALEX, 2008, p. 32).



Figura 17a - Vista da Piazza Del Campo e ao fundo o Palazzo Pubblico.
Figura 17b - Na parte posterior ao Palazzo Público a Piazza Del Mercato.
Fonte: <http://fotos.sapo.ao/antoniomagalves/tags/siena> jul 2011.

Analisando a *piazza* italiana, a *plaza mayor* espanhola, a *place royale* francesa e alguns *squares* londrinos entre os séculos XIII e XVI, Alex (2008) mostra que apesar do desenho e formas semelhantes, as praças tinham suas particularidades em função do contexto cultural em que cada uma estava inserida.

A necessidade de um cenário digno para festas e cerimônias controladas e ritualizadas – próprias para uma sociedade contra-reformista – levou a converter a *plaza mayor* medieval, centrífuga e aberta para um lugar centrípeta[...] em um ambiente provido de solenidade na qual se unifica a multiplicidade de vias circundantes e na qual, de acordo as horas e os dias, encontram as distintas funções como mercado, festas reais, proclamações, certames poéticos, canonizações, jogos de *Cañas*, corridas de touros, autos-de-fé, execuções de delitos políticos etc. (ALEX, 2008, pp. 43-44).

Outra tendência de mudança nas praças medievais começa com a expansão urbana e criação de novas áreas de ocupação em Londres após o incêndio de 1666 (SEGAWA, 1996). Os jardins públicos urbanos da época, aqui tratado como *square* pelo autor, começam a surgir como tendência britânica. “A *square* inglesa era um recinto ajardinado e cercado, embutido numa trama de ruas residenciais ostentando construções uniformes. Eram ambientes que não poderiam ser confundidos com a praça tradicional” (SEGAWA, 1996, p.44). A princípio esses espaços eram pensados para uso restrito dos moradores e nobres que viviam nas proximidades, criando certa segregação em relação à praça. Posteriormente os jardins públicos se difundem pela Europa como protagonista de transformações estruturais nas praças e no comportamento dos frequentadores.

Com a criação dos jardins públicos, grandes intervenções urbanas vão modificar consideravelmente a trama urbana medieval. Dessa maneira,

O emaranhado tecido de estreitas e abafadas vielas e ruas do passado vai gradativamente sendo substituído por largas, luminosas e arejadas vias de comunicação – o espaço urbano ganha novas referências com a perspectivas inéditas de avenidas retas; fontes, chafarizes, obeliscos, rampas, escadarias, em recintos ao ar livre arquitetonicamente homogeneizados, vão configurar uma cenografia à altura da afluência do absolutismo real, do poder eclesiástico e da nascente burguesia mercantil no panorama europeu e na esteira dos grandes desastres que conturbaram importantes aglomerações – álibi último para a reformulação do caráter de alguns espaços públicos (SEGAWA, 1996, p.48).

Percebe-se que o espaço urbano vai sendo transformado dentro de um padrão de organização das cidades, motivado pela classe dominante. A ascensão da classe burguesa e o

comércio nas cidades acabam por promover uma cisão entre o público e o privado, gerando mudanças no sentido da vida pública.

A partir da metade do séc. XVIII, o equilíbrio entre as esferas pública e privada começa a alterar-se. O desenvolvimento da burguesia mercantil e intelectual promove uma reestruturação no sentido da vida pública, a praça e a rua perdem força como símbolos de espaços públicos (CALDEIRA, 2007, p. 23).

Os espaços privados, os jardins, as galerias, os cafés e *boulevards* ganham o gosto do público fazendo com que a praça pública tradicional perdesse nesse contexto europeu a sua referência como espaço de uso e convivência social.

O histórico das praças no Brasil tem o seu início na cidade colonial e seus antecedentes em Portugal, e como a igreja era muito presente no reinado português, parte da colonização e formação das primeiras vilas se deve também aos religiosos que vieram junto com as caravanas. Segundo Marx (1980, p.50), “A praça como tal, para reunião de gente e para o exercício de um sem-número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas”. Ao longo do espaço vazio iam se edificando as casas de comércio, alguns prédios públicos e residências de pessoas importantes, conforme afirma Caldeira:

Na construção do Brasil urbano, a praça comparece segundo o conceito vitruviano de centro político-administrativo, local propício à implantação dos principais edifícios da cidade, ponto de encontro, local de trocas comerciais e de manifestações, porém concretizada a partir da cultura urbana portuguesa (CALDEIRA, 2007, p.57).

A Metrópole, portuguesa, a princípio, estabeleceu seus primeiros núcleos urbanos em território brasileiro na faixa costeira, pensados como estratégia para a defesa da colônia. A escolha de colinas e morros e entradas de baías ajudavam na defesa e nessa situação não havia preocupação com o arruamento nem ordenamento das casas, único ponto com certa simetria era o largo frente à igreja.

Segundo Robba e Macedo (2002), a formação da cidade colonial brasileira sempre esteve mais próxima à formação das cidades medievais européias porque elas se desenvolveram a partir de estruturas religiosas ou a partir de entrepostos comerciais, bem diferente da formação das cidades de colonização espanhola. Alguns pátios e largos que mantêm suas estruturas e se formaram no Brasil colônia confirmam essa similaridade morfológica: o Largo do Pelourinho em

Salvador, o pátio de São Pedro no Recife e o Pátio do colégio em São Paulo são alguns dos espaços que se aproximam das praças “secas” seculares da Europa, Figuras 18; 19; 20.

Era fato a similaridade na estrutura morfológica da cidade colonial brasileira e das cidades medievais. “Diferiam, porém, quanto à função, ao uso e à apropriação do espaço livre público” (ROBBA; MACEDO, 2002, p.21). Enquanto nas praças da Europa medieval os espaços públicos eram divididos segundo diferentes funções, a praça colonial brasileira era um espaço de múltiplos usos. Nesses espaços em frente às igrejas,

Congregavam os fieis, e os seus adros reuniam em torno de si as casas, as vendas e quando não o paço da câmara. Largos, pátios, rocios e terreiros, ostentando o nome do santo que consagrava a igreja, garantiam uma área mais generosa á sua frente e um espaço mais condizente com seu frontispício. Serviam ao acesso mais fácil dos membros da comunidade, à saída e ao retorno das procissões, à representação dos autos-da-fé. E, pelo seu destaque e proporção, atendiam também a atividades mundanas, como as de recreio, de mercado, de caráter político e militar (MARX, 1980, p.54).



Figura 18 - Largo do pelourinho, oficialmente Praça José de Alencar, visão lateral da Igreja Rosário dos Pretos.

Fonte: http://www.fotolog.com.br/titina_titina/58756559 jul 2011.



Figura 19 - Pátio de São Pedro no Recife e Igreja de São Pedro dos Clérigos.
Fonte: http://cydenis.com/cy0080/br_pe_recife_12.html jul 2011



Figura 20 - Pátio do Colégio, Marco histórico do nascimento da cidade de São Paulo.

Fonte: <http://www.bigviagem.com/patio-do-colegio-e-a-fundacao-de-sao-paulo-brasil-2/> jul. 2011.

Esse trecho do livro de Marx, *Cidade Brasileira*, mostra o quanto às praças foram importantes no contexto social urbano do Brasil colônia, e como a Igreja centralizava os acontecimentos em torno desse espaço público. “Era ali que a população da cidade colonial manifestava sua territorialidade, os fiéis demonstravam sua fé, os poderosos seu poder, e os pobres, sua pobreza” (ROBBA; MACEDO, 2002, p.22).

A construção de praças cívicas no Brasil também é muito forte e marca o processo de colonização. A primeira delas, a Praça Municipal em Salvador, sede do primeiro Governo Geral foi projetada contemplando as funções de defesa. “Voltada para o mar, a cavaleiro do porto, reunia a Casa de câmara e Cadeia, o paço do governador da colônia, a Relação, os negócios da fazenda e a alfândega” (MARX, 1980, p. 51).

Conforme relata Segawa (1996, p. 78), “em 1720 o Brasil é elevado à condição de vice-reino, por questões geopolíticas a sede do governo é transferida para o Rio de Janeiro”, e a chegada da Família Real vai contribuir decisivamente com a urbanização da cidade. É nesse

contexto que a Praça XV de Novembro no Rio de Janeiro incorpora as funções cívicas com a edificação do paço do governo, transformado em palácio real e a casa da moeda.

Segundo a interpretação de Caldeira (2007, p. 89-90), as praças centrais, de igreja ou cívicas no Brasil vão gradualmente confirmando uma tendência racionalista ao longo do século XVIII e XIX, motivo pelo qual se tornam marco referencial na edificação das cidades. A autora comenta que o traçado urbano passa a ter linhas mais homogêneas assemelhando-se aos tabuleiros de xadrez.

O surgimento dos jardins também muda circunstancialmente as feições das cidades. Segundo Marx (1980, p. 58), “Os primeiros jardins públicos aparecem no fim do século XVIII, voltados para o lazer, já para a pesquisa dos interessados, já para o devaneio dos cidadãos”. É com o governo republicano, entretanto, que as áreas ajardinadas se popularizam nos centros urbanos seguindo tendências consolidadas na Europa. “A criação de bulevares, o ajardinamento de avenidas e praças, a criação de recintos ajardinados foram iniciativas características das primeiras décadas da República” (SEGAWA, 1996, 74). Essa era uma forma de projetar o Brasil internacionalmente, mostrando que a riqueza ora produzida com os “ciclos de exportação” estavam modificando o aspecto socioeconômico e cultural das cidades.

A influência cultural exercida pela França e Inglaterra e a necessidade de o país conectar-se com a nova ordem social, econômica e produtiva global da virada do século XIX proporcionaram o surgimento de campanhas de modernização, salubridade e embelezamento das cidades (ROBBA; MACEDO, 2002, p.27).

A modernização das cidades e a presença dos jardins na estrutura física das praças contribuíram para que algumas funções fossem esquecidas e outras fossem adicionadas ao espaço público. Com a criação dos jardins, a natureza passa a ter um espaço de contemplação dentro das cidades brasileiras, motivando outros usos. As manobras militares e o mercado que antes utilizavam praças, largos e campos, praticamente deixam de existir com as praças ajardinadas.

O surgimento da praça ajardinada é um marco na história dos espaços livres urbanos brasileiros, pois altera a função da praça na cidade. O mercado foi transferido para edificações destinadas a atividades comerciais; as demonstrações militares de poder perdem força no Brasil republicano, não acontecem mais nos largos e campos, deslocando-se para as grandes avenidas (ROBBA; MACEDO, 2002, p.27).

As primeiras décadas do século XX consolidam os espaços ajardinados nas cidades, transformando-se em símbolo de qualidade para os espaços públicos, correspondendo também ao período de criação e reestruturação das praças no centro da Cidade de Ilhéus: BA. Nesse contexto, a prática comercial nas praças é praticamente nula. Somente em meados do século XX, com o advento da industrialização e o aumento significativo das populações nos centros urbanos brasileiros é que, mais uma vez, os espaços públicos passam por reformas contemplando novas exigências de uso.

A partir da década de 1940, sob forte influência de arquitetos paisagistas modernos, como Roberto Burle Marx, Thomas Church e Garret Eckbo, começam a aparecer os primeiros sinais de mudança na concepção dos espaços livres da cidade brasileira, com a alteração de seu programa de uso. Parques e praças passaram a englobar, em seus programas, o lazer ativo (ROBBA; MACEDO, 2002, p.35).

Surgiam as praças modernas adaptadas a um Brasil em forte processo de verticalização urbana. Os jardins, o lazer contemplativo e o uso voltado à convivência social continuam presentes, mas as funções voltadas ao “lazer ativo” foram incorporadas. É o que se consegue observar com a criação de quadras poli-esportivas e os *playgrounds* que passaram a fazer parte do espaço urbano nas cidades.

Nas praças pesquisadas em Ilhéus, é possível perceber que além do uso contemplativo da convivência social e do lazer, outras formas de uso tentam se sedimentar é o caso das atividades comerciais dos ambulantes, que buscam pontos estratégicos onde exista maior circulação de pessoas para expor e vender suas mercadorias, e que muitas vezes são repreendidos pela fiscalização pública.

Os diferentes usos estabelecidos nas praças e o processo histórico de formação urbana da cidade dão indicativos de quanto esses espaços se tornaram heterogêneos e complexos. Fica evidente, em alguns casos, que a falta de uma ação mais efetiva dos poderes públicos com respeito ao planejamento urbano, manutenção e adequação das praças, contribui para os seus usos indiscriminados e a desvalorização simbólica desses lugares.

Por outro lado, é preciso pensar as praças para além das suas funções técnicas (adequação de forma e conteúdo), e social (lazer, descanso, encontros, símbolo cultural e de poder), como se conhece atualmente, e adequar outras funções sociais, como é o caso da permanência dos

trabalhadores informais nas praças. Tomando os devidos cuidados para que isso ocorra sem destruir as praças nem prejudicar o convívio público.

Na cidade contemporânea de médio e grande porte, os desafios de adequação dos espaços públicos são enormes. A dinâmica urbana cria novas funções para as praças, mas é a comunidade e suas necessidades que irão legitimar os seus usos.

2.2 Caracterização, usos e funções das praças públicas no centro de Ilhéus – BA

Para uma análise das praças públicas de Ilhéus no presente, faz-se necessário voltar no tempo e entender o que elas representaram no passado. Uma fotografia da década de 1920 Figura 21 ilustra o quanto as praças eram bem cuidadas, se adequando ao padrão dos jardins públicos, propícios para o *footing* (caminhadas) e utilizadas pela comunidade como espaço privilegiado para o lazer e encontros.

A estrutura do centro urbano de Ilhéus é relativamente antiga, pois esse foi o ponto de florescimento da antiga capitania, mas a sua prosperidade e efervescência política data do início do século XX, nas palavras de Andrade (2003, p.41), “Em 1915, a cidade já tinha 22 ruas e 8 praças”. Não se sabe precisar exatamente as quais praças a autora se refere, mas, certamente, todas fazem parte do centro. Excluindo a Praça Barão do Rio Branco, que cedeu seu lugar para a construção do correio central e foi transplantada para o Bairro Cidade Nova, o centro é formado pelas praças, Coronel Pessoa, Cairú, José Joaquim Seabra, Castro Alves, Ruy Barbosa e Dom Eduardo, (Figuras 22; 23; 24; 25; 26; 27). Outras também foram edificadas no centro, é a Praça Dois de Julho, também conhecida José Marcelino (década de 1940) e a Praça Pedro Mattos (década de 1980) e que por questões de delimitação não fazem parte do estudo.



Figura 21 - Praça Dom Eduardo na década de 1920, Ilhéus - Ba.

Fonte: acervo Associação Comercial de Ilhéus (1920).

As pessoas usam as praças do centro, hoje, pelos motivos mais distintos: compra e venda de carro, pegar o transporte coletivo, beber uma cerveja, tomar um café ou fazer lanche, oferecer serviço de diarista (pedreiro, pintor, eletricista e encanador). Ao que tudo indica, a mudança no uso social desses espaços pode estar relacionada com o desemprego e o enfraquecimento da economia regional gerados pela crise do cacau.

Contrariando o que disse Choay (1997) sobre a construção das praças valorizarem os prédios e imóveis do seu entorno imediato, as praças do centro de Ilhéus, talvez em função do seu relativo tempo histórico de edificação, pouco alterou a condição dos imóveis. Provavelmente, o centro já era e continua a ser um indicativo de valorização imobiliária.

O que se observa como característica comum nas praças de Ilhéus é o paisagismo emoldurado pelo verde com árvores, gramas, plantas rasteiras e o concreto das calçadas, ruas e monumentos. Em alguns casos, o tempo de existência das árvores traz transtornos para os moradores, como foi o caso das árvores de mais de trinta anos da Praça Ruy Barbosa que tiveram de ser removidas. Em outras praças elas mantêm a harmonia e ameniza o clima da cidade. Mas os usos são, sem dúvida, a característica mais marcante das praças selecionadas pela pesquisa.

Segundo Costa (1993), as praças deveriam ser ambientes voltados à recreação, ao embelezamento, à circulação e à amenização “ambiental e paisagística”; estes seriam atributos

funcionais das praças ou a finalidade para qual elas foram concebidas. Em igualdade de situação, o uso estaria associado à vivência das pessoas desfrutando essas condições oferecidas.

Contrariando essa visão funcionalista e reducionista de amenização social citada pelo autor, os estudos e entendimentos atuais sobre as praças demonstram que a dinâmica social desses espaços é muito mais complexa, pois o uso é condicionado pelas ações humanas e esta não se dá em conformidade e homogeneidade das funções atribuídas, mas extrapola o oferecido por conta das necessidades serem distintas e diferenciadas a cada usuário do espaço público. É por isso que os usos criam diferenciações entre as funções das praças.

É a trama de relações que se estabelecem nos espaços das praças que fazem destes lugares singulares e potencializa o que Queiroga (2001) chamou de “razão comunicativa” encontradas na vida cotidiana desses lugares. “O contexto urbano e a cultura dos lugares são, no geral, fatores mais significativos para o estabelecimento da razão comunicativa que o sistema de objetos que caracteriza a forma das praças” (QUEIROGA, 2001p. 217).

Essa condição de singularidade das praças, entretanto, não garante privilégios aos frequentadores. Estar presente nesses espaços públicos não quer dizer, necessariamente, que as pessoas que ali circulam, trabalham, passam a noite e se divertem são cidadãos em pleno exercício de seus direitos; alguns deles não têm residência fixa e buscam a praça como “abrigo” e forma de sustento.

Do ponto de vista sociológico, estar legitimamente situado no mundo é ter direito reconhecido de desempenhar as atribuições próprias de determinada posição, num sistema de relações sociais que permite e impede – ou que, numa palavra, regula – o acesso a determinados recursos materiais e simbólicos (ARANTES NETO, 2000, p.133).

A situação dos ambulantes e de outros que fazem uso da praça pública não é reconhecida, mas sim tolerada pelo poder público local, mas nem por isso eles deixam de estarem presentes no espaço público. A dimensão de uso dos espaços públicos na sociedade capitalista contemporânea revela a face recrudescida do mundo da mercadoria e a mudança gradual do “valor de uso e do valor de troca” conferido aos lugares (LEVEBVRE, 2001), mostra também o conflito justaposto pelos interesses múltiplos da coletividade na ocupação das praças.

ÁREA DE ESTUDO



Figura 22: Praça Coronel Pessoa



Figura 23: Praça Cairú



Figura 24: Praça José Joaquim Seabra

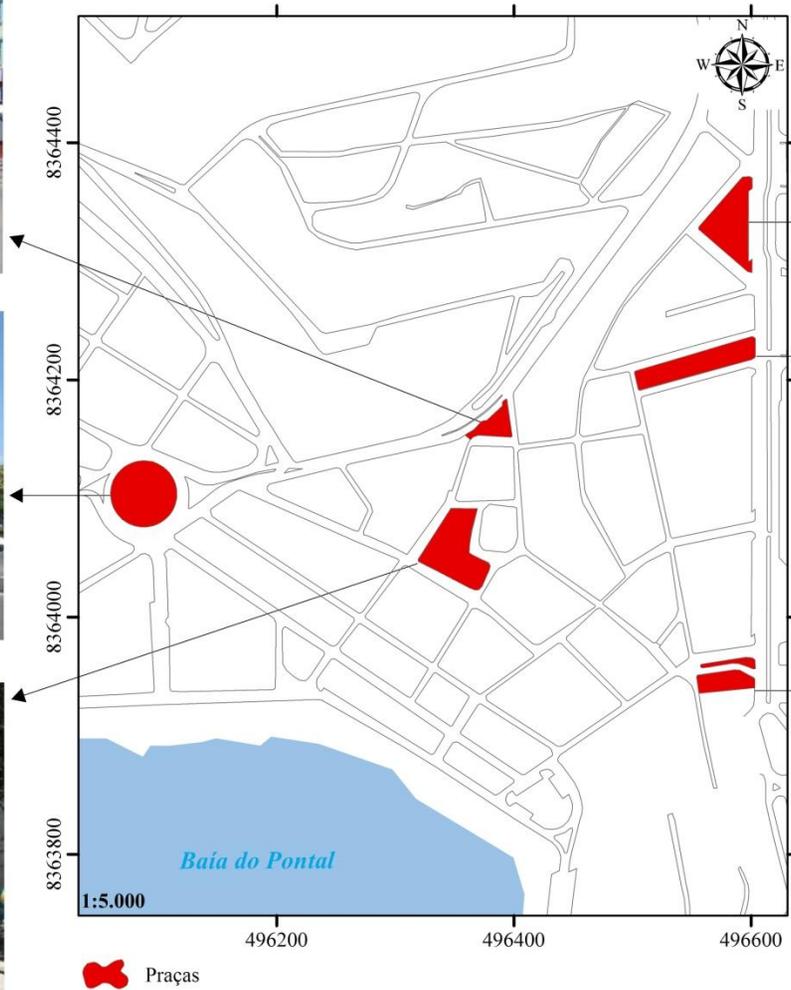


Figura 25: Praça Castro Alves



Figura 26: Praça Ruy Barbosa



Figura 27: Praça Dom Eduardo

Como afirma Raffestin (1993, p. 158), “a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade”. Em Ilhéus, a territorialidade em alguns pontos das praças do centro não é velada e os transeuntes e frequentadores se dividem entre concordar ou não com as diversas formas de uso não autorizados.

A forma das praças do centro de Ilhéus mostra que esses espaços foram concebidos como um espaço de “pausa” dentro da cidade, propiciando um ambiente contemplativo e de recreação. Mas, quando analisadas individualmente, acabam por revelar diferenciações no uso e na atenção que é dada pelo poder público local.

Em se tratando de um espaço público voltado para o lazer e amenidade, as praças deveriam atender a comunidade indistintamente em seus múltiplos usos, mas as práticas comerciais ambulantes mostram-se conflituosas e também revelam o grau de empobrecimento dessas comunidades. Outra situação questionável é o uso comercial estruturado e autorizado pelo poder público local, caso das parcerias público/privado na manutenção das praças e uso do *marketing* comercial da imagem/produto desse parceiro. Isso torna a manutenção desses espaços algo seletivo e excludente, porque não são todas as praças do centro que se beneficiam com essa parceria, somente as mais evidentes e de maior circulação de veículos e pedestres.

A Figura 28 mostra espacialmente a localização das praças do centro de Ilhéus e alguns pontos turísticos. Apesar da relativa proximidade entre estes ambientes, não foi identificada nenhuma relação de maior movimentação de pessoas e turistas nestes espaços em função dos pontos de visitação turística. Ao que tudo indica, há outra lógica de movimentação nas praças, motivada por interesses mais relacionados com os habitantes da cidade.

A Praça Cairú, criada no início do século XX, localizada bem próximo ao antigo porto se resumia a uma extremidade de um grande largo próximo a estação de retorno do trem, alguns anos depois algumas casas aonde funcionava o antigo terminal urbano foram demolidas e construiu-se a nova praça, tinha um formato retângulo quase quadrado e dimensões menores que as atuais apresentadas em formato circular, Figura 29. Era local de venda dos mascates e comércio feirante (venda de carne fresca e outros produtos).

Na década de 1960, com a construção da ponte Lomanto Júnior, o traçado da praça foi modificado, pois a principal rua de acesso à ponte passava justamente pela praça. Nesse ponto da cidade ficavam a cadeia e alguns prédios públicos, o sistema rotatório da praça permitiu

PRAÇAS E PONTOS TURÍSTICOS DO CENTRO DE ILHÉUS

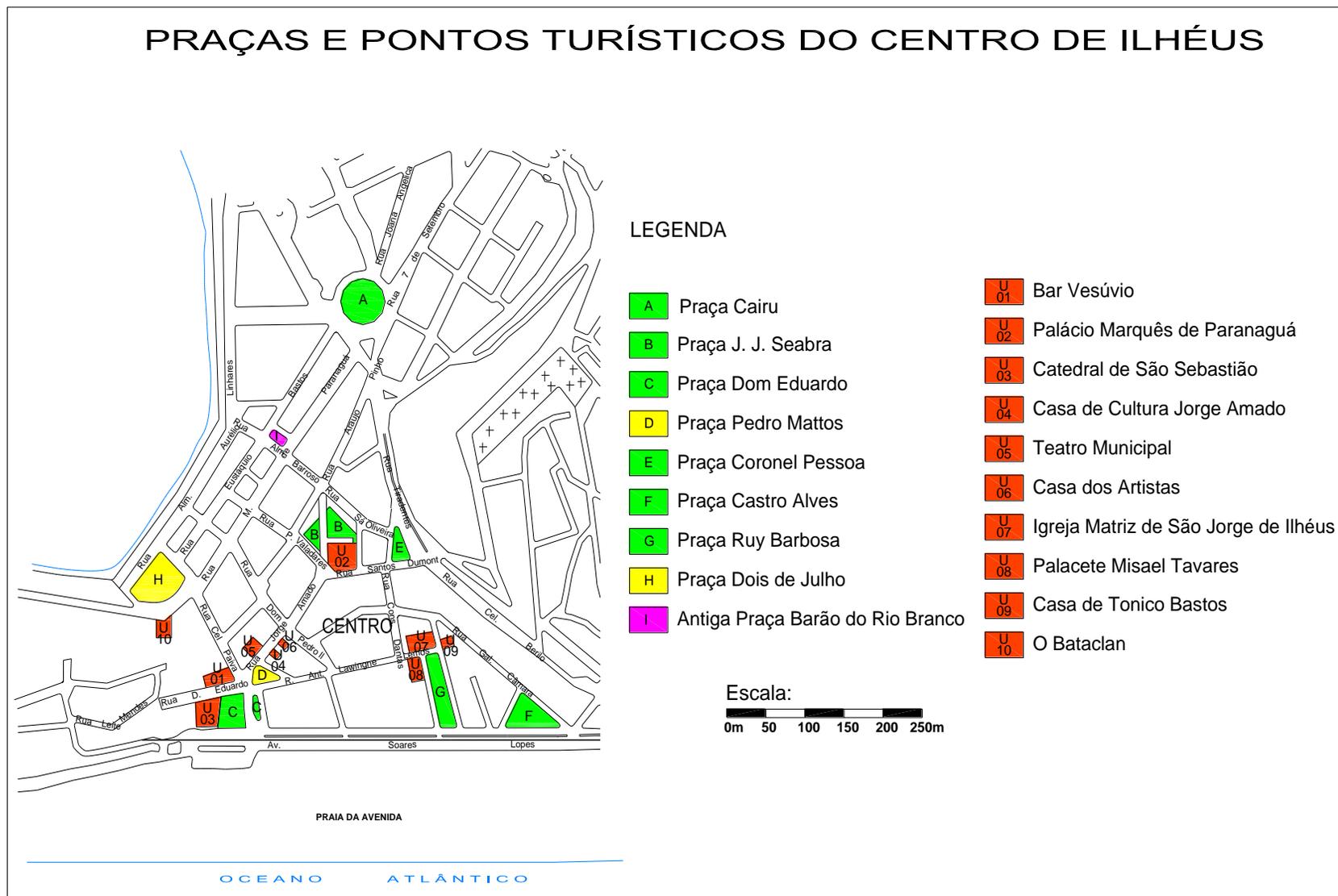


Figura 28 - Centro da cidade de Ilhéus com localização das praças e alguns pontos turísticos
Elaboração: CAD Itabuna, adaptação BORGES, E. N. (2010).

maior circulação de veículos, Figura 30a, por outro lado, as antigas funções da praça foram abandonadas ou transferidas para outras localidades.

Atualmente, a praça faz parte das “operações urbanas consorciadas”, uma rede de supermercados da cidade mantém um funcionário na praça que cuida da manutenção e fiscaliza o ambiente contra vandalismos, em contrapartida utiliza o espaço como imagem e marketing da rede, a praça é bem cuidada, mas praticamente não é utilizada pela população, Figura 30b.



Figura 29 - Praça Cairú meados do século XX com o antigo formato, Ilhéus - Ba.
Fonte: Livro “Minha Ilhéus”, José Nasal Soub (2010).

A Praça J.J. Seabra, também conhecida como Praça da Prefeitura, ou Praça do Palácio Marquês de Paranaguá se situa entre as ruas Araújo Pinho, Santos Dumont e Almirante Barroso, ela foi inaugurada em 1913 (BARROS, 2004, p.129), teve sua última reforma realizada em 2003 no governo de Jabes Ribeiro, onde a forma e as árvores foram mantidas, mas a praça de plano único inclinado passou a ter dois planos. No passado essa praça obedecia ao mesmo padrão de

uso das demais praças do centro com o diferencial de estar localizada ao lado do palácio, sede da prefeitura, Figura 31.



Figura30a - Praça Cairú vista do alto, condição atual, Ilhéus - Ba.

Fonte: www.osarrafo.com.br/v1/category/imagens/page/5/ jul 2011

Figura30b - Praça Cairú, uso do *marketing* comercial.

Fonte: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2009).



Figura 31 - Praça J. J. Seabra e Palácio Paranaguá, sede da prefeitura, Ilhéus - Ba.

Fonte: Pesquisa de Campo, BORGES, E. N. (2011).

O ex-prefeito Antônio Olímpio fez um comentário sobre a quem e a que serviam as praças no passado e qual a situação desses ambientes no presente. Com a evolução das tecnologias (televisão, cinema, teatro) as praças perderam seu *glamour* do passado, antes as pessoas costumavam fazer *footing* (caminhadas para paquerar), andavam bem vestidas, hoje as praças precisam de várias coisas. O planejamento não consegue acompanhar as mudanças na cidade, isso faz com que haja um descompasso entre o plano e o uso, de modo que nas praças é preciso melhorar, por exemplo, a segurança.¹

Uma das referências da Praça J. J. Seabra é o “lambe-lambe”, nome pelo qual é reconhecida a antiga profissão dos fotógrafos das “caixas com pano preto e tripé”. Ainda hoje, esses poucos profissionais sobrevivem dessa atividade, as fotografias não são mais tiradas nas antigas câmaras, pois o filme de 120 milímetros não se encontra mais no mercado. Atualmente o tripé e a caixa servem como identificação dos fotógrafos, as fotos são tiradas em câmaras digitais e a população pobre dos distritos vizinhos é quem mais utiliza o serviço, Figura 32a

O espaço da praça é também utilizado para o comércio de compra e venda de veículos e, à tarde, os aposentados fazem fila na disputa do jogo de dama e dominó, Figura 32b. Nas entrevistas, foram identificados também profissionais liberais que usam a praça como referência para oferecer serviços de pedreiro, pintor, eletricista e encanador. A Praça J.J. Seabra é considerada como espaço de funções semanais e diurnas, à noite e nos finais de semana torna-se um espaço pouco frequentado e inseguro.



Figura 32a - Praça J. J. Seabra, fotógrafos lambe-lambe, Ilhéus - Ba.

— **Fonte:** Pesquisa de Campo, BORGES, E. N.(2010).

¹ **Figura 32b** - Praça J. J. Seabra, jogos de dominó, Ilhéus - Ba.

Fonte: Pesquisa de Campo, BORGES, E. N. (2011).

A Praça Dom Eduardo, fundada no início do século XX, é a antiga Praça Luiz Viana e mudou de nome homenageando o segundo bispo de Ilhéus, falecido em julho de 1939. Ele foi um dos responsáveis pelo início da construção da Catedral de São Sebastião, símbolo e cartão postal da cidade onde o mesmo se encontra sepultado.

A praça, atualmente, é formada por um grande largo com poucas árvores e bancos, a rua que passava bem em frente à escadaria da catedral foi eliminada, melhorando a circulação de pessoas, Figura 33. Nesse espaço, também estão instalados o Bar Vesúvio, a sorveteria Ponto Chic e o Teatro Municipal de Ilhéus.



Figura 33 - Largo da Praça Dom Eduardo, ao fundo Bar Vesúvio, Ilhéus - Ba.
Fonte: Pesquisa de campo BORGES, E. N. (2010).

Quanto aos equipamentos, a Praça Dom Eduardo é bem diferente de outros tempos. “Foi abundante de inaugurações o mês de janeiro de 1927. Logo no dia de Ano Bom registrou-se a da Praça Luiz Viana, com seu lindo jardim e o parque de diversões para crianças” (CAMPOS, 2006, p.615). O público também é distinto, no passado era composta de moradores da cidade que usavam suas melhores roupas para ir às celebrações de missa e passear na praça.



34a



34b

Figura 34a - Turistas na praça, domingo pela manhã, Ilhéus - Ba..

Figura 34b - Ao fundo o Bar Vesúvio, O Ponto Chic e o Teatro Municipal, Ilhéus - Ba.

Fonte: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2011)

Atualmente, a visita à praça é feita por turista de várias partes do Brasil e do mundo que vem conhecer a Catedral de São Sebastião e o Bar Vesúvio, Figura 34a e Figura 34b. Utilizam também o espaço da praça, ambulantes, estudantes de escolas próximas e transeuntes que se deslocam para ir à praia ou para o centro da cidade.

A Praça Coronel Pessoa está localizada na esquina da Rua Santos Dumont com a Rua Tiradentes, antigamente os trilhos da ferrovia cortavam toda a extensão da Rua Tiradentes e a praça era bastante ajardinada, como mostra a Figura 35.



Figura 35 - Praça Coronel Pessoa, meados do século XX, Ilhéus - Ba.

Fonte: <http://picasaweb.google.com/r2cpress/ILHUSFOTOSANTIGAS#5386263226211662530>

No largo da pequena praça triangular existia um chafariz que foi instalado, provavelmente, na década de 1920. A praça era um ponto de encontro para o bate-papo no final do dia, frequentada por moradores das proximidades e também símbolo do poder político. A residência do coronel Pessoa ficava situada ao lado, onde reuniões e decisões importantes sobre a cidade foram tomadas na época, isso revelava mais um motivo para o cuidado especial com esse ambiente, conforme mostra a Figura 36.



Figura 36 - Praça Coronel Pessoa, ao fundo residência do Cel. Aureliano Brandão (1925), Ilhéus - Ba.

Fonte: Livro “Minha Ilhéus”, José Nasal Soub (2010).

Os usos praticados nesse local, hoje em dia, descaracterizaram a Praça Coronel Pessoa como espaço de lazer, o ponto de parada de ônibus coletivo, a praça de taxi e o comércio ambulante poluem o espaço reduzido da praça. Bancas de doces, jogo do bicho, banca de revista e sorveteria ocupam, quase que completamente o espaço da praça, além dos transeuntes que esperam os ônibus que fazem deslocamentos para os vários pontos da cidade, Figuras 37a e Figura 37b.

A Praça Castro Alves também conhecida como Praça do Acarajé da Irene, localizada na Avenida Soares Lopes e de frente para a Praia da Avenida, é um espaço onde se consolidou o lazer, mas também a atividade comercial de venda de alimentos. A história dessa praça está associada à construção do Colégio General Osório, inaugurado em 1915. Nesse colégio, a ala feminina era separada da ala masculina, atualmente estão instalados no antigo colégio a Biblioteca Pública e o Arquivo Público Municipal, segundo mostra a Figura 38.



Figura 37a - Ocupação do espaço na Praça Cel. Pessoa, Ilhéus - Ba..
Figura 37b - Banca de revista e movimento de pedestres, Ilhéus - Ba..
Fonte: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2010).



Figura 38 - Praça Castro Alves, década de 1930, Ilhéus - Ba..
Fonte: Livro “Minha Ilhéus”, José Nasal Soub (2010).

Os moradores antigos contam que a criação de quiosques no centro da praça começou com a venda do “Acarajé da Irene”. O tabuleiro da baiana ficava no passeio, junto à portaria do colégio, o movimento era tão intenso que começou a prejudicar a saída dos alunos nos finais de turno. Reclamada sobre o inconveniente, a baiana se transferiu para a Praça Castro Alves, em frente ao colégio, provavelmente na década de 1970. Depois disso, outro ambulante, Sr: Renato e

sua esposa Neuza passaram a vender doces e outros produtos em tabuleiros improvisados no mesmo local. Até então a praça era utilizada para recreação pelos alunos da escola e os moradores vizinhos.



39a



39b

Figura 39a - Praça Castro Alves, quiosque ao fundo, Ilhéus - Ba.

Figura 39b - Parquinho na Praça Castro Alves, Ilhéus - Ba.

Fonte: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2010).

Na década de 1980, o governo municipal remodelou a praça criando os quiosques e instalando o parquinho, Figura 39a e Figura 39b. As melhorias e mudanças acabaram atraindo outros usuários e também os ambulantes, diversificando a oferta de alimentos no local, a praça pública acabou se tornando “praça de alimentação”.

Festas, como o Carnaval e o desfile do Sete de Setembro, normalmente acontecem na avenida e nesses eventos é comum outros ambulantes usarem a praça e a avenida para as suas atividades, Figura 40a e Figura 40b.



40a



40b

Figura 40a - Dia de festa na Avenida Soares Lopes, Ilhéus - Ba..

Figura 40b - Ambulantes se organizando para a festa, Ilhéus - Ba..

Fonte: Pesquisa de Campo BORGES, E. N. (2010).

Outra Praça também localizada de frente para o mar na Avenida Soares Lopes é a Praça Ruy Barbosa. Fundada ainda no início do século vinte, “O atual traçado da praça foi realizado em 1912, pelo Prefeito Interino Arthur Lavigne” (SOUB, 2010, p. 121). No passado esse era um ambiente familiar onde as mães levavam as crianças para passear, era considerada uma praça reservada aos residentes do entorno.

Antes da reforma que substituiu as árvores na década de 1980, a praça era usada para a venda de livros e quermesses da igreja e para as crianças brincarem de bicicleta, segundo evidencia a Figura 41a. Há alguns anos atrás esse espaço servia às caminhadas e banho de sol dos idosos. Em 2009, ano do começo da pesquisa a praça vivia uma situação agonizante, estava com aparência de abandono até o começo do ano de 2010 e sem iluminação, segundo relatos dos moradores vizinhos, sendo utilizada para atos libidinosos de casais e usuários de droga, (Figura 41b).



Figura 41a - Praça Ruy Barbosa até década de 1980, Ilhéus - Ba..

Fonte: Livro “Minha Ilhéus”, José Nasal Soub (2010).

Figura 41b - Praça Ruy Barbosa sem manutenção, Ilhéus - Ba..

Fonte: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2009).

A condição acima citada é preocupante, pois esse espaço faz parte do circuito de pontos turísticos do centro da cidade de Ilhéus e ponto de passagem para a igreja matriz de São Jorge e a antiga casa de Tunico Bastos (personagem do livro de Jorge Amado).

Dando sequência a essa explanação, os itens a seguir discutem as praças enquanto patrimônio cultural da cidade e local de trabalho.

2.3 As praças públicas como Patrimônio Cultural

A cidade de Ilhéus foi uma das primeiras vilas a se formar no Brasil, ainda no período colonial das capitâneas hereditárias, segundo ato de doação feita por D. João III através da carta Régia em 25 de abril de 1534 (SEI, 2003). Segundo relata Andrade (2003), vários desdobramentos políticos e administrativos levou Ilhéus à atual condição de município e permitiu que algum desenvolvimento se estabelecesse nessa localidade.

Com a divisão da Província da Bahia em comarcas, em 1816, o território da ex-capitania hereditária também foi dividido em comarcas, sendo que a de Ilhéus abrigaria terras que iam de Camamu a Belmonte. Após a Proclamação da República, as comarcas que formavam o Estado da Bahia foram divididas em municípios. (ANDRADE, 2003, p.19).

Como foi citado anteriormente, a história de prosperidade nos tempos áureos da monocultura cacaueteira permitiu que em 1915 a cidade já tivesse uma efervescência política e cultural, belos casarões, vinte e duas ruas e oito praças (ANDRADE, 2003, p.41). No entanto, isso não foi e não é suficiente para que esses espaços quase centenários do centro de Ilhéus sejam vistos enquanto patrimônio cultural da cidade.

Tanto as capitais como as cidades do interior, via de regra, mostram uma forte atração pelo “novo”. As mudanças nas formas urbanas fazem com que a tradição ceda lugar para o que é moderno e novo. As praças do centro de Ilhéus, assim como de outros centros urbanos seguem essa tendência sempre que a gestão pública dispõe de recursos e intervém nesses espaços como forma de legitimar e dar visibilidade à suas gestões.

A renovação arquitetônica e urbanística se verifica em muitas cidades brasileiras. Belo Horizonte hoje teria seu bairro neoclássico, se tivesse preservado as construções de seus primeiros tempos e disciplinado o progresso em áreas livres destinadas à expansão urbana, Belém está perdendo a oportunidade de manter seu tríplice aspecto – colonial (o bairro da Cidade Velha), neoclássica e *art-nouveau* do ciclo da borracha, e a moderna, posterior a ligação rodoviária Belém-Brasília. No mesmo caminho, muitas cidades interioranas substituem suas construções em vez de planejar o desenvolvimento urbano em novas áreas e incentivar a expansão horizontal (PELLEGRINI FILHO, 1997, 139-140).

É fato que essa expansão horizontal implica em custo sócio-ambiental, cabe então uma discussão com a sociedade antes de decidir pela verticalização das formas e a eliminação dos patrimônios arquitetônicos e/ou culturais que retratam a história dos centros antigos. Isso demonstra o quanto é difícil a preservação dos espaços públicos e o seu reconhecimento identitário com a comunidade. Se a “forma” é modificada, a “função” também pode perder a sua essência, dificultando a preservação de hábitos e costumes pela “refuncionalização” da paisagem. Em outras palavras, sempre que a sociedade sofre mudanças, os objetos geográficos mudam sua função, e a totalidade desses processos cria uma nova organização espacial (SANTOS, 1997b, p.49-50).

Outros aspectos relevantes são os entraves e as dificuldades para a aceitação de um bem cultural, que vão desde o reconhecimento das paisagens naturais, conjuntos arquitetônicos, signos e símbolos dos espaços públicos (formas edificadas, praças monumentos, etc.), hábitos e manifestações culturais até a legalização pelos órgãos competentes. Também é relevante o

esclarecimento da população quanto à solicitação de tombamento de um bem representativo para a comunidade. Este pode ser solicitado por qualquer cidadão ou órgão, assim como os argumentos impetrados em forma de documento junto aos órgãos competentes e o envio de técnicos e responsáveis para averiguação e constatação da necessidade de preservação desse bem enquanto patrimônio da coletividade. Somente depois de observado esses critérios, o bem pode ser tombado, seja pelo Município, com sua legislação específica; pelo Estado, através do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), como é o caso da Bahia; ou pela Federação, através do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN). Uma vez tombado, o grau de importância desses bens demandará sua inclusão enquanto patrimônio local, estadual, federal, ou mesmo mundial, como é o caso do patrimônio da humanidade.

As praças, enquanto patrimônios culturais têm pouca visibilidade nos espaços públicos das cidades; as investigações parciais feitas na rede mundial de computadores, por exemplo, mostram um número reduzido de praças reconhecidas como patrimônio mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Foram tomados como exemplo ilustrativo dois desses espaços: a Praça do Duomo, em Pisa, na Itália, herança de um passado glorioso, composta pelo duomo (catedral), o batistério e a torre do campanário, que, em 1987, passou a compor a lista do patrimônio mundial (UNESCO, 2010), e mais recentemente a Praça de São Francisco, com expressivo conjunto arquitetônico remanescente de 1657 e com forte influência franciscana na cidade de São Cristovão, antiga capital de Sergipe no Nordeste do Brasil (UNESCO, 2010).

Inserir as Praças de Ilhéus como patrimônio da humanidade seria pretensão. No entanto, incluir as praças na lista de proteção dos bens patrimoniais do município já seria um bom começo. Os estudos feitos pelo Prodetur NE II sobre o Patrimônio Histórico Tombado no Pólo Litoral Sul afirmam que no município de Ilhéus apenas a Igreja de Nossa Senhora da Escada, em Olivença, e a Igreja Matriz de São Jorge dos Ilhéus é protegida por lei estadual e somente a Capela de Sant´Ana é protegida por lei federal (BNB, 2010). Os outros bens, de fato, demandam da legislação municipal e da Fundação Cultural de Ilhéus como responsável direta pelas ações relacionadas ao patrimônio e ao turismo.

A cidade de Ilhéus, por meio da lei municipal nº 2.312 de 01 de agosto de 1989, deu um importante passo em direção à preservação do seu patrimônio cultural, com a delimitação do “Centro Histórico da Cidade de Ilhéus”. A lei determina no artigo 4º, parágrafo 1º, que:

define-se como área de proteção rigorosa aquela em que os elementos da paisagem construída ou natural abrigam ambiências significativas da cidade, tanto pelo valor simbólico, associado à história, quanto por sua importância cultural, artística e paisagística (TOREZANI, 2007).

A mesma lei inventaria as ruas correspondentes às edificações antigas e que são importantes enquanto patrimônio para a cidade.

No anexo 01 da mesma lei estão inventariadas as ruas Antonio Lavigne de Lemos, 28 de Julho, General Câmara, Manoel Vitorino, Conselheiro Dantas, Sá Oliveira, Rodolfo Vieira, Araujo Pinho, Santos Dumont, 2 de Julho, D. Pedro II, Marques de Paranaguá, Prado Valadares, Eustáquio Bastos, Almirante Barroso, Praça Rui Barbosa e Rua Terminal Urbano. (TOREZANI, 2007, p.134)

Das praças contempladas como objeto de estudo da pesquisa, a maioria está dentro do centro histórico da cidade e próximas às ruas citadas no inventário. Na Figura 42, o mapa elaborado pelo Centro de Referência Cultural da Bahia, é possível identificar algumas dessas ruas.

A Praça Coronel Pessoa está localizada na Rua Santos Dumont e recebeu esse nome para homenagear um dos intendentess do município que morava bem próximo à praça e tinha grande apreço pelo lugar ao ponto de comprar, por conta própria, na Europa, um chafariz para instalar no local. A Praça José Joaquim Seabra, popularmente conhecida como J.J. Seabra, que também homenageia outra personalidade importante da cidade, foi criada seis anos após a inauguração da sede do Governo Municipal (1907) e tem acesso pelas ruas Eustáquio Bastos e Marquês de Paranaguá; a rua Ruy Barbosa dando acesso à praça de mesmo nome.

Outras obras importantes para a população, que datam do século passado, ainda não foram inventariadas, como é o caso da igreja matriz Catedral de São Sebastião e Bar Vesúvio (conhecido internacionalmente pelos livros do escritor Jorge Amado), que ficam na Praça Dom Eduardo, ou ainda a Biblioteca Pública e o arquivo Municipal, que ficam na Praça Castro Alves. Todas essas edificações são importantes e, junto com as praças, foram testemunhas da história pelos acontecimentos que se deram em seus espaços.

Ainda que pareça utópica, a preservação de ambientes urbanos dissociados dos interesses econômicos, financeiros ou políticos urge a necessidade de um maior envolvimento da comunidade na preservação e utilização dos seus espaços de convivência. Garantir que as praças sejam resguardadas enquanto patrimônio cultural juntamente com as edificações antigas é

permitir o diálogo de duas ou mais formas conterrâneas (os prédios enquanto monumentos e as praças como testemunhas), ainda assim abertas a novas formas de uso.

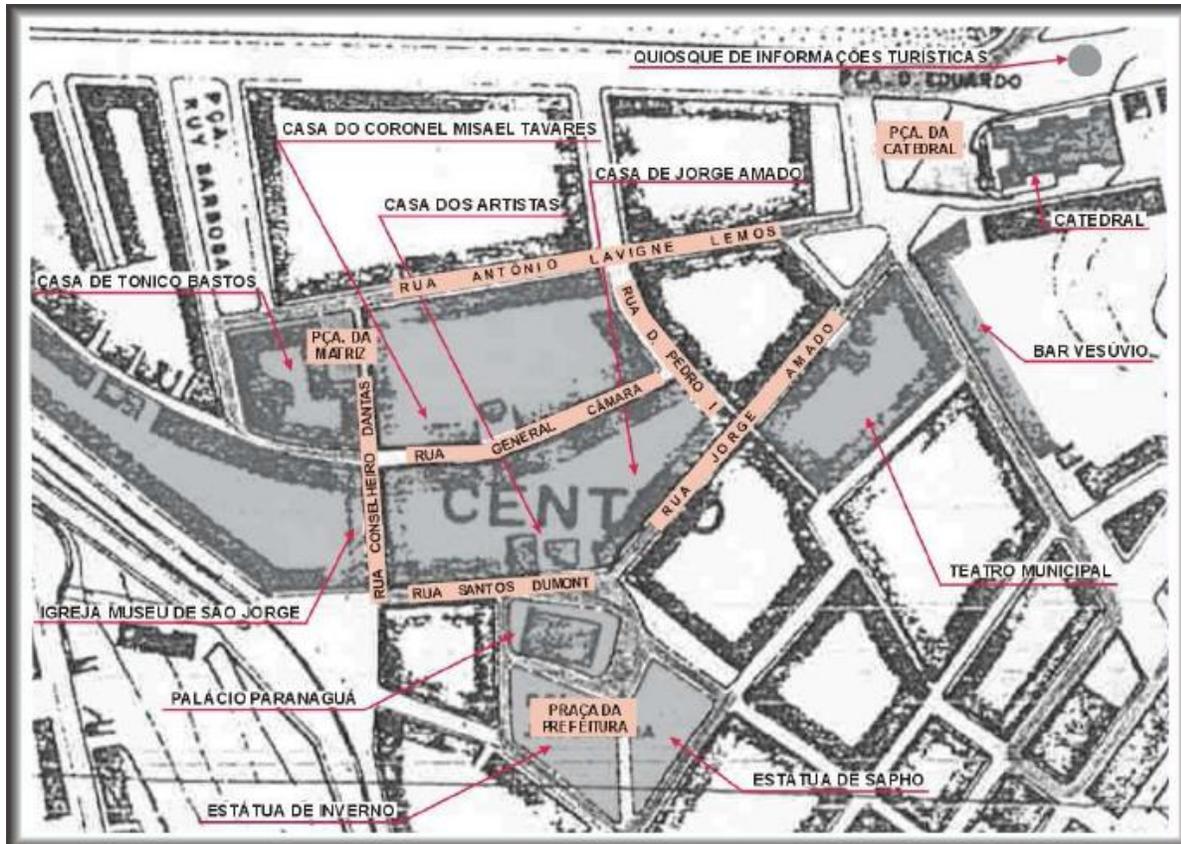


Figura 42 - Roteiro do Circuito Cravo, Ilhéus - Ba.
Fonte: Centro de Referência Cultural da Bahia (2003).

Existem possibilidades das praças enquanto patrimônio histórico cultural se transformarem em produto para o mercado do turismo, embaladas por programas de revitalização que em muitos casos descaracterizam os espaços públicos. Um contraponto a essa tendência são os hábitos e costumes cotidianos daqueles que usam a praça e criam identidade com elas, gerando uma forma de resistência e catalisando suas práticas como patrimônio imaterial, é o caso, por exemplo, dos fotógrafos “lambe-lambe” da Praça J.J. Seabra.

Portanto, o acolhimento ao ambulante, ao transeunte, ao contemplador, ao manifestante e outras formas de uso legitimadas pela comunidade garantem o caráter de espaço público de convivência social da praça e também o seu valor enquanto patrimônio histórico cultural.

2.4 As praças públicas como local de trabalho

A crítica econômica feita ao aumento do trabalho informal nas economias da América Latina, em particular no Brasil, estudadas por Machado da Silva (1993) e Dedecca e Baltar (1997), mostram que a perda do crescimento econômico após o país ter alcançado certo grau de modernização e a sedimentação do modo de vida urbano provocou uma estagnação do nível de emprego nos setores modernos, principalmente após a instabilidade econômica dos anos 1980 e 1990.

“A literatura latino-americana sempre tendeu a tratar o setor informal como produto de um crescimento econômico incapaz de gerar postos de trabalho no setor organizado em volume compatível com a disponibilidade de força de trabalho” (DEDECCA; BALTAR, 1997, p.76). Desta forma, o trabalho informal acabou sendo tratado com pouca importância na análise econômica até a década de 1970.

Segundo as interpretações de Machado da Silva (1993), a criação “trabalho informal” foi uma forma encontrada pelos economistas para “descrever a existência de relações de trabalho instáveis, com baixo nível de produtividade e remuneração irrisória” (MACHADO da SILVA, 1993, p. 31). Sob o ponto de vista da produção capitalista, o trabalho era “inútil e disfuncional”. Mas as revisões de conceito analítico colocaram o trabalho informal como complementaridade do trabalho formal, permitindo que este, dentro das formas de uso social do trabalho, se tornasse bastante discutido por revelar a precariedade das condições socioeconômicas nos países subdesenvolvidos.

Pela perspectiva do bem estar social dificilmente o setor informal terá as condições de amparo conseguidas pelo trabalho formal, principalmente considerando a subordinação apresentada por esse setor na atual situação econômica. Isso fica claro nos argumentos de Dedecca e Baltar (1997), quando eles dizem que: “Os programas de racionalização adotados pelas empresas” são baseados na “flexibilidade produtiva”, sendo que eles conseguem reduzir suas responsabilidades e custos da produção contratando serviços terceirizados, isto é, parte de suas obrigações legais são transferidas para o setor informal. “A própria transformação produtiva, ao aprofundar a heterogeneidade do mercado e das relações de trabalho, reforça o processo de informalização” (DEDECCA; BALTAR, 1997, p.76).

Os estudos realizados por Vilas Boas (1995) sobre o conflito entre o comércio ambulante e o Governo Municipal de Luíza Erundina em São Paulo mostra que as taxas de desemprego da População Economicamente Ativa (PEA) eram altas em 1992 e o poder aquisitivo dos salários tinha caído pela metade em relação a 1985. Nessas condições, as famílias que tinha apenas no salário do chefe de família seu meio de sustento tiveram que “recorrer a mecanismos alternativos para garantir um padrão digno de vida familiar” (VILAS BOAS,1995, p.16). O trabalho informal era uma das alternativas para complementar a renda e, em muitos casos, passou a ser a fonte de renda principal com o desemprego em alta.

O trabalho, independente da formalidade ou informalidade, deve ser um meio de reprodução da vida, uma condição que torna possível aos homens atender todas as suas necessidades básicas e, portanto, fundamentais. Arendt (2003, p.15) usou a expressão *vita activa* para falar de “três atividades humanas fundamentais: labor, trabalho e ação”, e explicar que, por meio dessas atividades, a vida dos homens foi condicionada.

Em Ilhéus, as atividades exercidas pelas pessoas que vivem na informalidade da cidade e desempenham suas funções no espaço público das praças são um recorte do universo do trabalho, mas que permite uma aproximação do raciocínio de como o Brasil viveu e vive a crise do desemprego e com isso, o quanto as pessoas ainda estão distantes da plena cidadania. Muitas das questões levantadas por Santos em sua obra “O Espaço do Cidadão” servem para ilustrar a condição de acesso ou não de cada cidadão e demonstra o quanto podem valer as pessoas que ganham a vida trabalhando no espaço público das praças. “Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território” (SANTOS, 1998, p.81). Essa condição pode mudar para melhor ou pior em função das diferenças de acessibilidade.

A condição do trabalho ambulante como parte importante do setor informal da economia infelizmente sempre esteve associado aos setores sociais marginalizados dos direitos de cidadania, “na maioria das vezes o ambulante é associado a prejuízos estéticos e higiênicos ao espaço urbano, que comprometem a imagem da cidade” (VILAS BOAS, 1995, p.11). O conflito que se estabelece é, portanto, o de reconhecimento social dessa atividade e seu espaço de atuação. O poder público deve atuar como mediador através de um modelo de gestão que consiga contemplar as diferentes situações de conflito encontradas em cada parte da cidade.

Em Ilhéus, quando os espaços públicos são escolhidos para essas atividades, a polêmica e o conflito sempre estão presentes, se não entre os próprios ambulantes, entre estes e a fiscalização municipal. Essas situações, se por um lado são conflitivas, por outro são positivas por indicar possibilidades de mudanças no uso das praças. Como bem citou Miranda (2005, p. 35), “é necessário o reconhecimento de conflito no território, exatamente por representar essa possibilidade de ruptura e de transformação.”

Para reivindicar direitos, os trabalhadores das praças públicas precisam estar politicamente informados e organizados. Neste sentido, a participação social precisa ser afirmada, pois a desarticulação dos trabalhadores informais e o individualismo não são os únicos obstáculos a serem enfrentados. Transformar consiste em superar a resistência das elites ao processo de participação democrática. “Construir um espaço de participação social, que dê voz aos que nunca a tiveram, que faça emergir os diferentes interesses sociais [...] é uma tarefa difícil em um país de tradição autoritária como o Brasil, mas altamente transformadora” (MARICATO, 2001, p.72). Aos poucos, as atividades nas praças do centro de Ilhéus vêm se tornando uma realidade na vida dos trabalhadores informais, alguns como complemento de renda, pois já estão aposentados, outros como único meio de sobrevivência. A condição e a permanência nesses espaços se mostram pelas diversas atividades profissionais desenvolvidas nas praças: com gêneros alimentícios (sanduíche, acarajé, sorvete, água de coco, água mineral, churrasquinho, caldo de cana, mini pizza, tortas e tapioca recheada, quibes, pasteis, café expresso, pipocas); com os ambulantes vendedores de “produtos do Paraguai” (CDs, DVDs, celulares, calculadoras, relógios, guarda-chuvas e outros produtos importados); as bancas de revistas; os profissionais liberais (fotógrafos, pedreiros, pintores, corretores, encanadores e eletricitas), todos se misturam nas praças, às vezes em horários distintos, de acordo com as demandas, mas sempre com o mesmo propósito, fazer desse espaço um meio de trabalho e sobrevivência.

CAPÍTULO III

Área comum é um direito dos cidadãos, um convite aos mais ricos intercâmbios que a vida urbana propicia (Murilo Marx, 1980).

3. OS CONFLITOS SOCIAIS REVELADOS NO USO DAS PRAÇAS PÚBLICAS DE ILHÉUS

Segundo o vocabulário técnico do filósofo francês Lalande, conflito é uma “Relação entre dois poderes ou dois princípios cujas aplicações exigem num mesmo objeto determinações contraditórias” (LALANDE, 1996, p.190). O autor apresenta ainda outras explicações, mas essa é suficiente para introduzir a discussão que se segue.

Muitas das questões discutidas sobre os centros urbanos envolvem o aspecto da “revitalização e reutilização dos centros tradicionais, iniciadas entre as décadas de 1980 e 1990” (ROLNIK, 2011, p.02), como estratégia de atração de investimentos para os centros degradados nas grandes cidades em função das mudanças de contexto no papel das economias urbanas globalizadas.

Em Ilhéus, essas estratégias coincidem com Lei Municipal 2.312, de agosto de 1989, período no qual é delimitado o centro histórico e os investimentos realizados pelo (BNB) no programa PRODETUR II, implementado em 1991, por meio do qual foram realizadas obras de revitalização na cidade criando “O Quarteirão Jorge Amado e os Circuitos Cravo e Canela”.

Apesar das ações coincidirem em datas e nas estratégias motivadas pelos acontecimentos das economias urbanas globalizadas, é possível afirmar que no caso particular da cidade de Ilhéus não se tratou de um centro degradado nem tão pouco do esvaziamento do centro tradicional da cidade. Trata-se de um centro que tem os seus problemas e, mais uma vez, faltou à participação da comunidade junto ao governo municipal para identificar, ajudar a decidir e aplicar dos investimentos. Segundo o comentário de Vilas Boas, “O Estado não está organizado e sensibilizado para a participação cidadã. Uma das heranças do passado autoritário é o centralismo

e o segredo burocrático, mecanismos que ocultam da população os processos decisórios” (VILAS BOAS, 1995, p. 04).

Muitas situações reveladas na pesquisa demonstram que existe um descompasso entre a real necessidade no uso do espaço público e as políticas instituídas. A Constituição Federal assegura por lei, o direito de ir e vir dos cidadãos. A política municipal, na maioria das cidades por meio do plano diretor, qualifica como princípio a inclusão social, serviços públicos, trabalho, renda, cultura e lazer, entre outros. O conflito ocorre quando o trabalho, renda e a inclusão social se realizam por meio de ações que não são favoráveis às regras de uso do espaço público estabelecido pelo poder local.

Nesses casos, a tendência inevitável é o conflito de interesses. Segundo Lefebvre (2001, p.16), “A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na cidade”. O confronto entre o poder público local e os que lutam pela sobrevivência com o trabalho, se dá por meio do diálogo, da flexibilização e da permissividade quando algumas regras são negociadas, ou ainda, pela violência quando não há acordo. “A fiscalização está sempre ameaçando tomar a mercadoria, mas se isso for acontecer, não vai dar coisa que preste”², declara a vendedora ambulante da praça.

Outros ambulantes declaram que no começo foi difícil se estabelecer na praça e por vezes, quem questiona e julga improcedente a adaptação daquela atividade ali na praça é outro que como o primeiro faz uso do espaço da praça sem a autorização do poder público local, e se um pode, por que o outro não pode? Essa situação revela a complexidade das relações que se estabelece no espaço público e também o papel do poder público local na mediação do conflito com políticas de uso da cidade.

Aqueles que estão devidamente instalados em quiosques e a *priori* deveriam pagar alvará e taxa de permanência duas vezes por ano, mas raramente o fazem, quando questionados sobre a condição de uso, preservação e manutenção das praças, fazem fortes críticas ao poder público local. A prefeitura por sua vez, diz não ter um orçamento específico para esse fim e as reformas e fiscalização são adiadas ou ocorrem de forma precária.

Na opinião de Fischer (1993), o poder público local ou “poder local” é uma temática que suscita investigações por revelar situações concretas do cotidiano das cidades.

² Moradora do Bairro Teotônio Vilela que trabalha na Praça Coronel Pessoa.

O local como um dos níveis de poder [...] se afirma como objeto de estudo pela sua especificidade; uma história própria, um conjunto de relações delimitados (**sic**), um espaço de memória, de formação de identidades e de práticas políticas específicas (FISCHER, 1993, p.13).

Os usuários (aqueles que têm o direito de usar algo coletivo, geralmente ligado ao serviço público ou privado) das praças questionam a falta de segurança, mas raramente denunciam situações de irregularidades naquilo que presenciam. Enfim, esse é um espaço de opiniões conflituosas.

Outras cidades como São Paulo, Ribeirão Preto e Porto Alegre já enfrentaram, e enfrentam, essa situação de conflito com os ambulantes pelo uso do espaço público da cidade, as soluções que se propõem normalmente é a de retirada dos ambulantes e realocação para lugares menos visíveis ou transitáveis pela população. Em Porto Alegre, construiu-se um grande espaço para camelôs em cima do terminal urbano, em Ribeirão Preto a solução encontrada exigia pagamento de taxas e alocações confinadas em “camelódromos”, distante das praças e pontos antes ocupados pelos ambulantes. Em São Paulo, no Governo de Luíza Erundina tentou-se “mediar o conflito criando espaços de negociação entre os interesses públicos e os direitos sociais” (VILAS BOAS, 1995, P. 03), cadastrando os camelôs e restringindo o uso de alguns logradouros. O fato é que em todos os casos supracitados e sobre as alegações mais diversas, boa parte dos profissionais ambulantes acabou retornando às ruas.

Não são os programas de gestão, muitas vezes elaborados por agentes externos à cidade, que vão mediar conflitos dessa natureza, mas sim políticas de inclusão que trate as questões de ocupação do espaço público a partir de suas especificidades. Dando continuidade a esse raciocínio, o próximo item discute as políticas de uso do espaço público urbano em Ilhéus.

3.1 As Políticas de uso do espaço urbano em Ilhéus

As leituras mostram que a elaboração de planos diretores no município de Ilhéus não é algo recente, eles são elaborados desde a década de 1930. A intenção nessa abordagem é comentar os planos antecessores e fazer uma análise do Plano Diretor Municipal Participativo de

Ilhéus (PDMP) atual, elaborado em 2006, dando visibilidade aos artigos que versam sobre o uso do espaço público.

Os propósitos do primeiro “Plano Diretor para Remodelação e Expansão da Cidade de Ilhéus” eram normativos e de ordenação, aprovado pelo decreto nº 8.243, de 23 de maio de 1933, teve como princípios: marcar, localizar e traçar vias; dispor praças, jardins públicos, parques, espaços livres, cais; destacar e valorizar edifícios públicos e monumentos e, por fim, indicar os usos e funções dos bairros (DA RIN, 1933).

O “Novo Plano Regulador da Cidade de Ilhéus foi elaborado por Paulo Peltier de Queiroz, também chamado de “Plano Queiroz”, aprovado pelo Decreto nº 10.633, de 25 de fevereiro de 1938, cinco anos após o seu antecessor (QUEIROZ, 1938). Segundo Oliveira (2008), “apresentava três inovações: uma nova legislação urbana e sanitária, a expansão por toda a ilha até o canal de Itaípe e a criação de uma comissão técnica constituída de todas as camadas sociais no acompanhamento de sua execução” (OLIVEIRA, 2008, p.99).

Um terceiro plano diretor só foi realizado em 1969, trinta e um anos depois. O “Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de Ilhéus” (PLAMI) foi financiado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau) e o Banco Nacional de Habitação (BNH), BAHIA, (1969). “Metodologicamente, divide-se em um diagnóstico das condições naturais do sítio urbano, seguindo-se uma análise dos aspectos sócio-econômicos, físicos, sanitários, educacionais e institucionais ali presentes” (ALMEIDA, 1997, p.20).

O quarto plano, conhecido como “Plano de Paisagismo e Urbanização do eixo Ilhéus – Itabuna, também conhecido como “Plano Prochnik” foi desenvolvido com vistas à ocupação da faixa que liga as cidades de Ilhéus e Itabuna pela BR-415, com a intenção de ocupação dessa região. “O plano, concluído em 1977, preocupava-se com questões paisagísticas e ambientais da região, propondo a reurbanização das Vilas de Salobrinho e Banco da Vitória” (OLIVEIRA, 2008, p. 106).

O “Plano Urbanístico Básico de Ilhéus” (PUB) foi concluído em 1979. por intermédio de uma parceria da Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano (Cedurb) e o Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Desenbanco), BAHIA, (1979). O plano fez diagnósticos e prognósticos com caracterização “sócio-econômica e físico-territorial, analisando as áreas habitacionais, comerciais, institucionais, industriais, de recreação e lazer, além das áreas livres urbanizáveis” (ALMEIDA, 1997, p.22).

Depois de dez anos o PUB perdeu sua validade, e em 06 de agosto de 1991 foi criada a lei de usos do solo nº 2.400. Essa lei objetivava, entre outras coisas, assegurar os espaços necessários, em localizações convenientes, destinada ao desenvolvimento das diferentes atividades urbanas. Em 2001, o Plano Diretor Urbano foi revisado para adequar-se ao Estatuto da Cidade, mas essa versão só foi publicada em 2006.

O atual “Plano Diretor Municipal Participativo de Ilhéus” (PDMP), elaborado através do Projeto de Lei n.º3265, de 29 de novembro de 2006, é o instrumento legal de política de desenvolvimento urbano e ambiental municipal. O documento contempla, entre outras coisas, as diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 10.257, de 10 de junho de 2001 – Estatuto da Cidade, versando sobre itens que são imprescindíveis à nossa análise. O plano diretor foi elaborado obedecendo a princípios, diretrizes, objetivos e ações gerais, que norteiam as diversas seções e subseções.

Um dos primeiros princípios que fundamentam o PDMP no capítulo I, artigo 06, é a inclusão social, moradia digna, serviços públicos, trabalho, renda, cultura e lazer para a população (PDMP, 2006, p.10). Pode-se dizer que esses são objetivos mais gerais e que estarão presentes na continuidade da análise.

O capítulo II, do referido documento, sobre a política urbana faz um detalhamento de como as políticas públicas deverão conduzir ao pleno desenvolvimento as funções sociais da cidade (gestão democrática, participativa e descentralizada; reduzir as desigualdades e a exclusão social; integração das ações públicas; promoção social, econômica e cultural) (PDMP, 2006, p.12). Os caminhos que devem ser percorridos estão explícitos, mas as ações práticas raramente efetivam os propósitos, isso por motivos diversos (falta apoio e participação popular, falta de recursos, falta de detalhamento das ações).

Ainda falando sobre a função social da propriedade urbana, o artigo 10 do capítulo III menciona treze requisitos, aqui comentados apenas os pertinentes à análise,

compatibilidade do uso da propriedade com infra-estrutura, equipamentos e serviços públicos disponíveis; o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social, e o acesso universal aos direitos sociais e ao desenvolvimento econômico; a compatibilidade do uso da propriedade com a segurança, bem estar e a saúde de seus usuários e vizinhos; a adequação das condições de ocupação do solo às características do meio físico, para impedir a deterioração e degradação de áreas do município; a promoção de sistema de circulação e rede de transporte que assegure acessibilidade satisfatória a todas as regiões do município (PDMP, 2006, p.17-18).

A observação empírica de alguns espaços públicos e situações na cidade mostram que alguns equipamentos, nas praças, por exemplo, não estão adequados ao uso. Essa falta de infraestrutura pode ser física, mas também humana, pela ausência de um aporte policial que traga a sensação de segurança aos ambientes públicos.

Quando se fala em diretrizes da Política Municipal de Turismo, quase não se comenta sobre o uso dos espaços públicos, apenas generaliza a adequação do município e da cidade para esse fim, o que dificulta comentar especificamente a utilização prática dessas diretrizes.

No tocante à Política Municipal de Comércio e Indústria, chama a atenção o item VI do artigo 20, “elaborar estudos sobre a atividade econômica informal, com vistas a orientar políticas e legislação específica ao setor” (PDMP, 2006, p.25). Dá-se a entender que o poder público local tem conhecimento da informalidade, mas em momento nenhum comenta sobre melhorar as condições de atuação desse setor nem sua distribuição espacial pela cidade, apenas orientar no sentido de legalizar.

A leitura feita sobre a Política Municipal de Abastecimento que tem como princípio a segurança alimentar da população, fala sobre “garantir o controle sanitário de estabelecimentos que comercializam ou manipulam alimentos” (PDMP, 2006, p.33). Durante as visitas realizadas nas praças, não foi identificado nenhum tipo de fiscalização no sentido de garantir a qualidade dos alimentos que são manipulados e vendidos nos espaços públicos, não se pensa aqui como forma punitiva, mas de orientação aos profissionais da informalidade que manipulam alimentos.

Um dos objetivos da Política de desenvolvimento humano é “superar as dificuldades que se antepõe ao uso pleno do município pelos que nele vivem” (PDMP, 2006, p.35). Isso só é possível quando há uma organização e representação social capaz de dialogar com o poder público local e expor quais são as dificuldades, mostrando que além de organizados, eles são eleitores com poder para pressionar o executivo público em seu favor.

Dentre as ações estratégicas da Política Municipal de Trabalho, Emprego e Renda foram destacadas as seguintes: “implementação de políticas de apoio às iniciativas de ocupação autônoma, associativa e cooperativa e o desenvolvimento de programas de combate a todo e qualquer tipo de discriminação” (PDMP, 2006, p.37). Pautado no discurso de alguns ambulantes da Associação dos Vendedores Ambulantes de Ilhéus (AVAI), pode-se afirmar que essas ações não passam do discurso, assunto esse a ser abordado em outra parte desse capítulo.

Na subseção IV da Política Municipal de Assistência Social, o artigo 49 traz alguns objetivos que podem ser interpretados, na teoria, pela defesa dos “moradores de rua” ou pessoas que vivem em condição de mendicância. “Promover a proteção e a defesa dos direitos da população em situação de risco e vulnerabilidade social; prover recursos e atenção, garantindo a proteção social e a inclusão da população no circuito dos direitos da cidadania” (PDMP, 2006 p.46). Os mendigos que circulam pelas praças do centro alegaram que não recebem nenhum tipo de ajuda financeira e assistência por parte da municipalidade.

Algumas das diretrizes apresentadas no artigo 50 expõem situações sobre:

promoção da inclusão da pessoa portadora de necessidades especiais na família e na comunidade; promoção no âmbito da Assistência Social, do enfrentamento à violência, à exploração e abuso sexual, e do atendimento à população em situação de rua, tanto a vitimizada quanto àquela em conflito com a lei (PDMP, 2006 p.27).

Essas diretrizes revelam que os locais públicos precisam ser adequados e também reconhece que no âmbito social e no uso do espaço público persistem os problemas e a fragilidade das comunidades que vivem na rua.

O uso dos espaços públicos da cidade tem o desafio da convivência cotidiana gerando nesses espaços o conflito criando uma difícil adequação às manifestações artísticas e culturais, torna questionável as diretrizes gerais sobre a “Política Municipal da Cultura” no artigo 54.

II ampliação e consolidação das possibilidades de convivência cotidiana do cidadão com atividades artísticas e culturais, considerando novas formas de expressão e a inserção da arte no âmbito comunitário;
III promoção e utilização dos equipamentos municipais e espaços públicos como mecanismos de descentralização e universalização da atividade cultural;
VIII criação, manutenção e abertura de espaços públicos, devidamente equipados e capazes de garantir a divulgação e a apresentação das manifestações culturais e artísticas (PDMP, 2006 p.53)

Quanto às políticas do Esporte e Lazer, o artigo 59 divulga como ação estratégica:

I – garantia do pleno funcionamento de todos os equipamentos esportivos e de lazer do Município, garantindo manutenção de suas instalações;
XII – implantação do Programa “Rua de Lazer, possibilitando a prática de atividades esportivas nos finais de semana e feriados em vias que não fazem parte do sistema viário básico; (PDMP, 2006 p.57-58)

As praças do centro de Ilhéus contemplam poucos equipamentos de lazer e a manutenção nos últimos cinco anos tem sido superficial (pintura de meio fio, poda de árvores e retirada de mato). O fechamento de ruas para prática esportiva ocorre no centro apenas nos eventos pontuais (Corrida Temática Costa do Cacau, Circuito Ilheense de Corrida de Rua e recentemente com o retorno do *Triathlon*), e são ações que, na prática, não contribuem com mudanças mais efetivas no uso dos espaços públicos.

Uma das diretrizes da Política Municipal de Segurança Pública é o “estímulo à parceria e a co-responsabilidade da sociedade com o poder público local nas ações de segurança pública, defesa comunitária e proteção do cidadão” (PDMP, 2006 p.53). As ações contempladas no plano diretor no que se refere à segurança estão aquém do esperado: “garantia da presença da Guarda Municipal na área central e centro de bairro, em parceria com a Polícia Militar, visando a segurança da população”, o que visivelmente não ocorre e, “colaboração para a segurança dos usuários dos espaços públicos municipais” (PDMP, 2006, p.60), outra ação que só aparece nos documentos.

As disposições preliminares sobre a Política Municipal de Desenvolvimento Urbano do Município de Ilhéus, no 1º *input* do artigo 64 dispõe sobre a funcionalidade,

A função social do município de Ilhéus corresponde ao direito à cidade para todos, compreendendo os direitos à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura e serviços públicos, à mobilidade urbana, ao trabalho, à cultura e ao lazer (PDMP, 2006 p.61).

Logo em seguida expõe como requisito a compatibilidade do uso da propriedade com infraestrutura, equipamentos e serviços públicos disponíveis. Nesse quesito cabe questionar, quais são os aspectos ou quem são os atores sociais que determinam essa compatibilidade?

Ainda sobre a Política Municipal de Desenvolvimento Urbano, o artigo 65 mostra alguns objetivos gerais que são importantes para o uso social da cidade,

III – promover a inclusão social, compreendida pela oportunidade de acesso a bens, serviços e políticas sociais, trabalho e renda a todos os munícipes;
VI – fortalecer o setor público, recuperando e valorizando as funções de planejamento, articulação e controle;
VIII garantir a regulação pública sobre o solo urbano mediante a utilização de instrumentos redistributivos da renda urbana e da terra e controle sobre o uso do solo e ocupação do espaço da cidade;
X – reconhecer a importância dos espaços públicos, como áreas insubstituíveis para a expansão da vida coletiva (PDMP, 2006 p.63).

O artigo 66 fala das diretrizes da mesma política e traz indicativos sobre o controle e ordenação do uso do solo, nesse item a função social da cidade e da propriedade urbana se demonstra pela restrição: “a proximidade ou conflito entre usos incompatíveis e inconvenientes; a deterioração das áreas urbanizadas e os conflitos entre usos e a função das vias que lhe dão acesso; o uso inadequado dos espaços públicos” (PDMP, 2006, p.66), observa-se que a lei, apesar de não especificar quais são os usos “incompatíveis e inconvenientes” reconhece que um conflito se estabelece entre a função instituída e o uso que se pretende fazer do espaço público.

A seção que fala sobre a Política Municipal de Mobilidade Urbana e Acessibilidade, tem como objetivo no artigo 78 “a equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros” (PDMP, 2006, p.71). A equidade no uso é desrespeitada sempre que um novo elemento tenta fazer parte daquele espaço (o ambulante, o mendigo, o engraxate) e é reprimido pelos demais. Outro aspecto importante que faz parte das diretrizes da acessibilidade é a “garantia da mobilidade urbana como condição essencial para o acesso de pessoas às funções urbanas [...] e as necessidades de locomoção de todos os cidadãos, em especial as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida” (PDMP, 2006, p.71).

Quando se comenta sobre o trânsito, este também é parte integrante no uso do espaço público, pois as ruas, avenidas, logradouros fazem parte do sistema viário da cidade, é por esse motivo que o artigo 82 tem como princípio:

A mobilidade e a acessibilidade a todos os cidadãos, propiciando as condições necessárias para sua locomoção no espaço público, de forma a assegurar plenamente o direito de ir e vir, e possibilitando deslocamentos ágeis, seguros, confortáveis, confiáveis e econômicos (PDMP, 2006, p.74).

Não se pode dizer que uma espera de 40 minutos em um ponto de ônibus coletivo da Praça Coronel Pessoa com destino ao Bairro Teotônio Vilela seja curta, que a viagem seja segura, nem tão pouco confiável, pois as “franjas da lei” aonde a polícia não vai, é justamente nos bairros periféricos de baixa renda e difícil acesso, já a falta de conforto é notada pela condição de alguns ônibus.

O artigo 87 da Política Municipal de Trânsito fala sobre regularização e qualificação de calçadas em logradouros e áreas públicas e traz como ações gerais:

Promoção de acessibilidade universal; padronização das calçadas e dos passeios públicos, quanto a declividade máxima, os materiais e os revestimentos adequados; regras para o acesso a veículos; definição de locais e tipos de arborização; implantação de faixas de serviços e de percurso seguro e livre de obstáculos; adequação de meio-fio com rebaixamento adequado a travessia de pessoas com mobilidade reduzida (PDMP, 2006, p.78).

Algumas praças e ruas do centro de Ilhéus são revestidas com “pedras portuguesas”, aquelas pretas e brancas, normalmente utilizadas para compor passeios com desenhos diversos. Em Ilhéus esse tipo de calçamento tem sido condenado pelos usuários das praças, as pedras se soltam com facilidade e não tem um nivelamento adequado para uso dos cadeirantes e de pessoas com dificuldade de mobilidade, ao que tudo indica pode ser problemas de ordem técnica no assentamento.

As diretrizes da Política municipal de Qualificação dos Serviços Públicos para à qualificação da iluminação pública prevê no artigo 95, “manutenção ágil e contínua nas áreas já contempladas pela iluminação pública, efetuando o acompanhamento e fiscalização dos equipamentos e serviços executados durante o processo” (PDMP, 2006, p.87). Infelizmente algumas praças do centro, as que são menos freqüentadas à noite passam por dificuldades de manutenção desse serviço.

Quanto às ações da Política Municipal de Meio Ambiente, no artigo 102 cita a “implementação de projeto de arborização de vias públicas” (PDMP, 2006, p.90). Mas a prática recorrente dos últimos meses com a derrubada de várias árvores no centro de Ilhéus pela Secretaria de Parques e Jardins mostra justamente o contrário (citando como exemplo os casos das árvores retiradas no início da Avenida Osvaldo Cruz e da Praça Cel. Pessoa). “A Política Municipal de Áreas Verdes tem como princípio a garantia dos espaços verdes no município objetivando o lazer e a contemplação, assegurando a melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes” (PDMP, 2006, p.90). Nessa perspectiva praças e jardins, ruas, avenidas e todas as vias públicas são consideradas áreas verdes.

O artigo 106 expõe em uma das diretrizes o “disciplinamento do uso, nas praças e nos parques municipais, das atividades culturais e esportivas, bem como dos usos de interesse turístico, compatibilizando o caráter essencial desses espaços” (PDMP, 2006, p.92). Vale mencionar que o disciplinamento pode estar associado ao impedimento de algumas práticas de uso desses espaços e que vai de encontro aos interesses de algumas classes ou do próprio poder público local. Andar de bicicleta, *skate*, fazer manifestações religiosas ou ainda bater bola nos

espaços abertos das praças geram descontentamentos por parte de alguns frequentadores e também da fiscalização.

O macrozoneamento do município de Ilhéus está presente no (PDMP) e traz no artigo 138 a disposição preliminar de “orientar a atividade de planejamento do poder público local e de fiscalização da sociedade civil para otimizar a gestão do espaço municipal, ampliando também os canais de participação social na mesma” (PDMP, 2006, p.109). Questiona-se a validade desse planejamento, otimização e participação social na gestão, pois os interesses do poder público local e das camadas sociais menos favorecidas normalmente são divergentes.

A participação popular na elaboração do plano diretor, assim como a consecução dos objetivos traçados requer maior engajamento das comunidades. Na maioria dos casos o conhecimento dessas ações não chega até as associações. O senhor Antônio, atual presidente da Associação dos Ambulantes de Ilhéus (AVAI) comentou, quando entrevistado, que não sabia que era possível participar das discussões na elaboração do PDMP de Ilhéus. Em outros casos as discussões ocorrem na Câmara de Vereadores em sessões realizadas nos horários de trabalho dessas comunidades menos favorecidas e esses não podem abrir mão do seu “ganha-pão” para participar. No que se refere ao macrozoneamento urbano é possível identificar duas zonas que podem ser discutidas com pertinência na análise sobre as políticas de uso do espaço urbano conforme mostra a Figura 43.

CENTRO DE ILHÉUS - RECORTE DO ZONEAMENTO URBANO

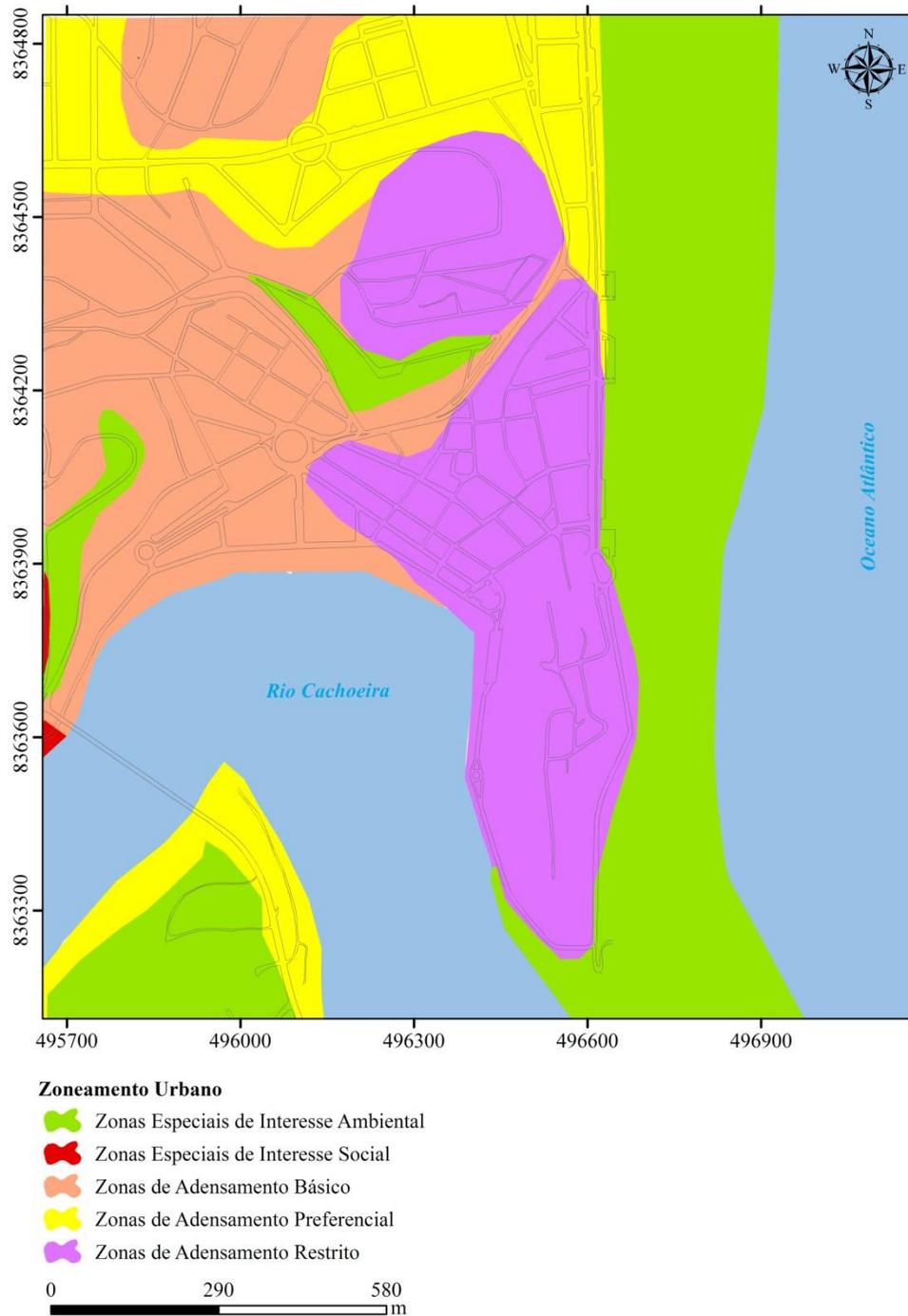


Figura 43 - Recorte do zoneamento urbano de Ilhéus - Ba.

Fonte: Elaborado a partir do banco de dados da Prefeitura Municipal de Ilhéus (2006), por GÓES, L. M. (2011).

A Zona de Adensamento Restrito (ZAR), compreende parte do centro onde estão as praças. Nessa localidade, “o processo de adensamento deve ser controlado ou restringido, tendo em vista as suas condições morfológicas e/ou de ocupação atual” (PDMP, 2006, p.114), considerando outros aspectos como a cultura, disponibilidade de infraestrutura e a localização. E a Zona de Adensamento Preferencial (ZAP) que corresponde a uma pequena parte do centro e recomenda um maior adensamento em função do “potencial construtivo, dado pela disponibilidade da infraestrutura básica, equipamentos urbanos e boa acessibilidade” (PDMP, 2006, p. 112).

O artigo 147 das Zonas de Adensamento Preferencial menciona algumas diretrizes relacionadas ao uso: “incentivo à criação de espaços livres no miolo das quadras, inclusive para circulação de pedestres; incentivo às operações urbanas consorciadas” (PDMP, 2006, p.113). Isso se refere à melhoria ou mudanças nos espaços públicos já existentes, por outro lado, as experiências na cidade mostram que as operações consorciadas preferem os locais de maior visibilidade para dar evidência da imagem/produto que eles querem passar. As zonas de adensamento preferencial, apesar da tendência comercial, ainda não atende a essa demanda.

As duas zonas supracitadas referem-se ao uso permanente das infraestruturas, mas não qualificam o uso sazonal que as pessoas tendem a fazer do espaço público, isso dá margem a uma dupla interpretação, e conseqüentemente provoca nos trabalhadores informais que querem ocupar o espaço público um sentimento de que estão infringindo a lei.

Os Instrumentos de gestão urbana e ambiental do município estão juridicamente respaldados pela Lei Federal nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade) e versa, entre outras coisas, no artigo 173 sobre “as Operações Urbanas Consorciadas”, e estabelece que a gestão dos espaços públicos pode ocorrer em parceria com a iniciativa privada. Esse artigo menciona “a recuperação e revitalização de equipamentos e espaços degradados física ou socialmente, ou que se encontrem subutilizados em relação aos investimentos públicos e privados já realizados; e também a “criação ou ampliação de espaços abertos de uso e gozo público” (PDMP, 2006, p. 124). A parceria contempla a adoção para cuidar e fazer uso, através de *marketing*, do espaço público.

Uma das praças mencionadas na pesquisa (Praça Cairú) faz parte desse sistema de adoção e apesar do apoio a esse tipo de parceria identificado na pesquisa, o uso do *marketing* na praça vem sendo duramente combatido pelos blogs jornalísticos da cidade.

Outro ponto importante e que precisa ser debatido pela sociedade ilheense é o artigo 201 do plano diretor, pois refere-se a criação do Conselho Municipal da cidade. Esse órgão, quando operativo, pode contribuir com a política de desenvolvimento e uso do espaço urbano, em função do gerenciamento de recursos e proposições, e também por acompanhar e avaliar a implementação da política de desenvolvimento urbano.

O (PDMP) prevê ainda, a participação da sociedade civil, através dos diversos conselhos criados, no processo de desenvolvimento e planejamento do município, para tanto, um dos objetivos do Sistema Participativo de Gestão Urbana e Ambiental no artigo 205 é: “possibilitar o exercício da cidadania plena pela convocação dos moradores de Ilhéus para atuarem como parceiros na gestão do município” (PDMP, 2006, p. 135). Infelizmente, as comunidades ainda não se atentaram para o efeito positivo desse engajamento.

Atribui-se, ao plano diretor, a função normativa para gestão do município, sendo que grande parte das suas proposições não são expostas de forma explícita para a sociedade, nem tão pouco colocadas em prática, seja pela falta de recursos, vontade política ou reconhecimento da sua real importância. Há também omissão da sociedade, que deveria se envolver e cobrar seu direito de cidadão representativo na “gestão participativa” tão apregoada pelo documento. A ação do poder público local através das secretarias deveria ajudar o entendimento da população sobre a função social e uso dos espaços públicos.

O fato é que as diretrizes, os objetivos, os princípios e as ações que permeiam o PDMP, não são seguidos como regra, mas utilizadas convenientemente quando os recursos trazidos para o município precisam ser justificados, dando uma feição de legalidade para os gastos públicos.

Um dos objetivos da pesquisa foi identificar como se dão algumas das ações do poder público local quanto à função e à preservação dos espaços públicos, em particular, o espaço das praças. As entrevistas concedidas por Antonio Olímpio, ex-prefeito e atual diretor da Fundação Maramata e Alan Dick, engenheiro da Secretaria de Planejamento do município, além da conversa informal com a funcionária pública da Secretaria de Serviços Urbanos serviram de base para os comentários que se seguem a esse respeito.

Segundo consta no plano diretor, deveria acontecer uma conferência bianual com membros eleitos de várias secretarias e com a sociedade por meio das associações para promoção de ações na melhoria do uso e gestão do espaço público. Segundo o engenheiro Alan Dick, não

tem ocorrido essa conferência há pelo menos seis anos, a população raramente se envolve e a própria prefeitura não tem organizado essas conferências.

É consenso entre os entrevistados que não existe legislação específica sobre a ocupação de logradouros públicos para comércio informal e também para os eventos de cunho social. Faz-se necessário, portanto, uma ação conjunta dos diversos setores da prefeitura para que esses espaços possam atender democraticamente a população. Por outro lado, não há uma fiscalização para que haja um ordenamento, o que torna essa discussão conflituosa sobre a legalidade na ocupação e permanência dos ambulantes nos espaços públicos.

Comentando sobre o assunto, Alan Dick disse que não há nem uma padronização nem normatização para quem quer ocupar comercialmente o espaço das praças, essa falha na gestão leva a conflitos que se revelam quando algum ambulante aos poucos vai ficando, coloca uma banca ou tabuleiro para trabalhar e no final do dia vai embora. Depois começa a colocar um sombreiro. Uma vez formada a clientela, as barracas não são recolhidas de um dia para o outro. Quando a prefeitura vem e diz “tem que remover porque tá descaracterizando a praça” surge um impasse com a população³. O engenheiro acha que se deveria abrir um processo licitatório pra quem quisesse concorrer à aquisição de um quiosque ou espaço permanente pra trabalhar na praça, pagando uma taxa de permanência ou alvará de licença.

A prefeitura não destina um orçamento específico para a manutenção das praças, “o orçamento é fictício a prefeitura vai realizando os serviços de acordo à demanda e disponibilidade de recursos”, afirma Antônio Olímpio. Segundo comentário informal de uma das funcionárias da secretaria de parques e jardins da prefeitura, “Sempre que surge um cantinho que está lá servindo de depósito de lixo ou entulho, nós damos uma arrumada, plantamos árvores ou plantas rasteiras, assim vamos dando a manutenção”. Esse comentário mostra que não ocorre um planejamento efetivo para intervir nesses espaços públicos da cidade.

“As praças deveriam ser sempre fruto de um planejamento” afirma Alan Dick, “o plano diretor de Ilhéus determina uma reserva de até 10% de áreas verdes para os loteamentos privados. Esse espaço independente, das suas dimensões, deve ser centralizado para atender aos futuros moradores de forma igualitária. “No caso das invasões a própria comunidade consensualmente reserva um lugar para um campinho de futebol e depois solicitam infraestrutura para o poder público, é assim que surgem algumas praças”, concluiu Alan Dick.

³ Informação verbal do engenheiro da Secretaria de Planejamento da prefeitura.

3.2. A análise das praças públicas no cotidiano da comunidade local: moradores, transeuntes, frequentadores e trabalhadores informais

Fazendo uma avaliação individual das praças do centro de Ilhéus e da relação das pessoas com esse espaço público é que foi possível identificar algumas transformações ao longo do século XX através de fotografias e relatos dos frequentadores, trabalhadores das praças e comerciantes próximos a elas. A Praça Cairú, por exemplo, foi totalmente modificada, as fotos de meados do século XX, quando os trilhos da ferrovia dividiam ao meio a área da atual praça e a estação final ficava bem próximo, conforme podemos verificar na Figura 44.

A proximidade da praça com o antigo porto, a linha férrea e o terminal das primeiras marinetes (ônibus antigos) que circulavam em Ilhéus promoveu também a efervescência da prostituição em outros tempos. Esse é o relato de um dos comerciantes que trabalha no local há mais de 50 anos. “Esse lugar era conhecido como praça da alegria, porque funcionavam cabarés nas proximidades e circulavam muitas prostitutas, a vida noturna era bastante movimentada”⁴.



Figura 44 - Estação de Trem meados do século XX, Ilhéus - Ba.

Fonte: Imageshack, (2010).

⁴ Entrevista (2010) concedida por Abel, proprietário do Bar Ilhéus.

A maioria das pessoas mais velhas que conhecem bem o centro lembra com saudosismo do que era a Praça Cairú. Atualmente, apesar do coreto instalado, do paisagismo na praça, esse local é pouco frequentado. Essa é uma das poucas praças no centro não territorializada por grupos. Acredita-se que é pela falta de apropriação social e o uso não habitual das comunidades nesse local (Figura 45a e Figura 45b).

Existem dois motivos preponderantes para essa condição, um deles é por fazer parte do projeto “Adote uma praça”, criado em 2006, no governo de Valderico Reis, e ser constantemente vigiada, evitando assim, que o comércio ambulante se instale; o outro motivo se dá pelo que Queiroga (2001) chamou de “determinação negativa” (um sistema contrário ao encontro público), pois essa praça se encontra dentro de uma rotatória de alto fluxo de veículos, o que dificulta o acesso e se não há transeunte, não há público consumidor que estimule outros usos desse espaço público.



Figura 45a - Praça Cairú dentro da rotatória de veículos, Ilhéus - Ba.

Figura 45b - Praça Cairú por outro ângulo, Ilhéus - Ba.

Fonte: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2010).

A Praça Cairú pode ser assim identificada como um “cartão postal” da cidade, sempre arrumada, mas pouco utilizada. Na opinião dos entrevistados, esse espaço carece de melhor acesso, segurança e ser mais utilizado na promoção de eventos sociais.

Conforme descrito no capítulo II, a Praça Coronel Pessoa é outro espaço público bastante modificado, não na forma, mas na função desempenhada nos diferentes contextos históricos de

Ilhéus. A relação da comunidade com esse ambiente atualmente é bem diferente, mudou o contexto histórico e também a relação das pessoas com a praça.

A Praça Coronel Pessoa virou ponto de parada de ônibus, saída e chegada de pessoas dos lugares mais distintos da cidade, estudantes do Colégio Status (próximo à praça), pessoas com assuntos para resolver nos prédios da prefeitura que ficam logo na rua de trás, ambulantes que vêm nessa circulação intensa a possibilidade de vender produtos variados, conforme mostra a Figura 46.

A poluição visual do ambiente é nítida, pessoas amontoadas no ponto de ônibus que toma quase toda a extensão da praça e os vários comércios ambulantes (barraca de acarajé, pipoqueiro, espetinho de churrasco, coco verde, sorveteria, doces, água mineral).



Figura 46 - Praça Cel. Pessoa, ponto de ônibus, Ilhéus - Ba.
Fonte: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2009).

Alguns ambulantes que são proibidos de comercializar seus produtos ali, estrategicamente montaram seus tabuleiros sobre carros de mão ou bicicletas, é o caso dos vendedores de mandioca (aipim), umbu, limão e cocos, Figura 47a e Figura 47b

Esses ambulantes usam esse artifício para burlar as proibições da fiscalização que dizem que esses produtos têm que ser comercializados nas proximidades da Praça Cairú, onde funciona uma feira livre. Mesmo diante das ameaças de apreensão das mercadorias, esses ambulantes resistem, acabam circulando pelas proximidades, mas voltam para essa praça para conseguir vender seus produtos até o final do dia.

Recentemente, foi derrubada uma das três árvores que compunha o pequeno espaço da Praça Cel. Pessoa para construção de outro quiosque, a obra estava sendo executada pela prefeitura para alocar uma pequena sorveteria e ponto de doces que estão instalados em quiosques improvisados, mas foi demolida antes de ser concluída. “Aqui é assim eles começam a fazer as coisas e param, esse calçadão que estão fazendo ai em frente por onde os táxis passavam, já tem mais de um ano. Tem oito anos que trabalho nessa praça e nunca fizeram uma reforma”⁵.



Figura 47a - Praça Cel. Pessoa, ponto de ônibus, Ilhéus - Ba.

Fonte: Pesquisa de Campo, BORGES, E. N. (2009).

Figura 47b - Comércio ambulante, esquina do mercado com a praça.

Fonte: Pesquisa de Campo, BORGES, E. N. (2011).

Existem queixas generalizadas por parte dos ambulantes que trabalham no local, quanto ao descaso do poder público com serviços de manutenção da praça, há mais de dez anos não é realizada uma reforma na praça.

⁵ Comerciante que vende doces e sorvetes na Praça Cel. Pessoa

Um dos pontos mais frequentados da cidade é a Praça J.J Seabra, figura 48, além da sede do governo municipal, encontra-se a Associação Comercial, o prédio anexo da prefeitura, onde funciona várias secretarias e o acesso aos calçadões do centro. É possível chegar de carro nessa localidade, mas as ruas são estreitas e com poucos pontos para estacionar. De certa forma, isso condiciona um maior fluxo de pedestres, o que contribui com a prática comercial ambulante e também com uma maior circulação de pessoas na praça.

Além dos transeuntes, os vendedores de água de coco, acarajé, sanduíche, espetinho de carne, revistas, doces e os quiosques, Figura 49a. Outros serviços oferecidos na praça é o de pintor, pedreiro, encanador, corretor, mas o caso de profissional liberal mais evidente desse espaço é o fotógrafo lambe-lambe. Seu equipamento de trabalho tornou-se um tipo de referência para a praça, um dos mais antigos fotógrafos já trabalha nessa atividade há 40 anos.



Figura 48 - Praça J. J. Seabra e Palácio Paranaguá, sede do governo municipal, Ilhéus - Ba.
Fonte: Pesquisa de Campo, BORGES, E. N. (2011).



Figura 49a - Quiosque de lanches, Ilhéus - Ba.

Fonte: Pesquisa de campo, BORGES, E. (2010).

Figura 49b - Fotógrafo lambe-lambe

Fonte: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2011).

Na entrevista concedida por Nil (15 anos trabalhando como lambe-lambe), ele reclamou da falta de apoio da prefeitura, pois essa atividade atrai turistas que querem fotografá-los, Figura 49b. A prefeitura tem um fundo cultural, concedendo descontos em tributos para empresas que queiram apoiar atividades relacionadas à cultura, mas deixa por conta de cada profissional para que encaminhe seus projetos e consiga as parcerias. “A cada dia que passa está mais difícil viver com essa atividade, pessoas que saíram da praça hoje vivem melhor, ainda estou aqui porque faço outros bicos”⁶.

Um frequentador aposentado que mora próximo da praça há 57 anos, vai aos domingos pela manhã e durante a semana no final da tarde ver o movimento, ler o jornal e comentou que esse ambiente fez e faz parte da sua vida. “Aqui ocorrem eventos do tipo campanha de vacinação, paradas gay, Coleta para o banco de sangue, feiras beneficentes e campanha de conscientização sobre o meio ambiente”. Perguntado sobre a presença dos ambulantes na praça ele disse que não concorda porque danifica e polui a praça, mas citando os eventos e campanhas na Praça J.J.Seabra ele falou que “são importantes para a sociabilidade das pessoas”⁷.

⁶ Entrevista (2011) Nil, fotógrafo lambe-lambe da Praça J.J. Seabra.

⁷ Entrevista (2010) concedida pelo Sr: Raimundo Alves, 69 anos, comerciante aposentado.



Figura 50a - Praça Castro Alves pela manhã, Ilhéus - Ba.

Figura 50b - Ambulantes montando barracas para a tarde, Ilhéus - Ba.

Fonte: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2010).

A Praça Castro Alves é uma das poucas praças onde o lazer ainda está presente, pela circulação de pessoas idosas e as crianças que são trazidas para brincar no balanço, no escorregador e na rede de corda (únicos em todas as praças pesquisadas). Durante a manhã, a praça parece deserta; apenas os flanelinhas disputam vagas e clientes com carro para lavar ou apenas olhar e algumas pessoas sentadas desfrutando a sombra das árvores, Figura 50a. À tarde e à noite parece outro lugar, além dos quiosques, outros vendedores ambulantes se instalam na praça vendendo os mais diversos tipos de comida, é um típico caso de “Praça de Alimentação”.

São cerca de dez comércios ambulantes funcionando no espaço da praça além dos guardadores de carro (flanelinhas), engraxates e pedintes. Isso em dias normais, durante as festas de largo⁸, esse número pode ser multiplicado, Figura 50b. Também é possível encontrar no final da tarde alguns intelectuais da cidade que costumam se reunir na praça para conversar sobre política e outros assuntos. É possível dizer que esse é um espaço democrático de múltiplas funções por atender todas as classes, mas os conflitos se mostram através das necessidades e usos diferenciados.

Um dos ambulantes que trabalham no local, quando questionado se a praça acolhe a todos indistintamente, ele respondeu da seguinte forma: “Sim atende a todos, mas os mendigos e os pedintes atrapalham os clientes, então combinamos de colocá-los pra correr”⁹. Outra situação de

⁸ Festas populares que ocorrem em ambientes públicos com livre acesso à população.

⁹ Entrevista (2010), ambulante há 30 anos na Praça Castro Alves.

conflito é a falta de coesão e entendimento dos ambulantes que trabalham na praça. Uma das comerciantes da Praça Castro Alves tentou formar uma associação, convocou os ambulantes mais antigos da praça e depois fizeram outra reunião geral para definir estatuto e taxa a ser arrecadada mensalmente, para que eles pudessem fazer reivindicações junto à prefeitura solicitando melhores condições de trabalho. O resultado é que quando se chegou ao momento das contribuições mensais muitos não honraram e a associação não vingou.

Outros, por conta própria, se cadastraram no programa “empreendedor individual” do governo federal, alegando que a arrecadação de algumas taxas e apresentação de alvará provisório garante a permanência quando importunados pela fiscalização. É o que afirma o Sr. Lúcio, ambulante com comércio de espetinho de carne na Praça Castro Alves.

As entrevistas com os moradores da Praça Ruy Barbosa realizadas em março de 2010, antes da retirada das árvores, mostram que essa ação municipal foi realizada sem um planejamento porque a reforma se arrasta até hoje.

As árvores do tipo *ficus benjamina*, plantadas na década de 1980 em substituição aos antigos pinheiros que estavam apodrecendo e com risco de cair sobre as casas, foram utilizadas pela administração pública da época sem um estudo mais detalhado sobre o comportamento da planta endêmica da Ásia, suas raízes não medem esforços em busca de água. Depois de 30 anos a sombra da copa das árvores passou a comprometer a iluminação da praça nos finais de tarde e os moradores passaram a reclamar da falta de segurança e também pela escuridão que ficava no local, Figura 51a. Recentemente, antes da retiradas das árvores, era um ambiente de casais de namorados, assaltantes, usuários de drogas, uso comum no final do dia. “A praça se tornou um antro de perdição onde as pessoas decentes não andam mais”¹⁰.

As árvores da Praça Ruy Barbosa foram removidas em junho do ano de 2010, Figura 51b, segundo a prefeitura, a pedido dos moradores através de abaixo assinado e sob a alegação de que as raízes estavam entrando pelas tubulações sanitárias e estragando os pisos das residências. Pensava-se que o projeto de recuperação da praça estivesse concretizado até dezembro de 2010, como noticiou o Jornal Diário de Ilhéus, em 06 novembro de 2010.

¹⁰ Entrevista (2010), concedida Pelo Sr: Lino, morador vizinho da praça há 34 anos.



51a



51b

Figura 51a - Praça Ruy Barbosa, ainda com árvores, Ilhéus - Ba.

Fonte: Pesquisa de campo, BORGES, E. (2009).

Figura 51b - Retirada das árvores em junho de 2010, Ilhéus - Ba.

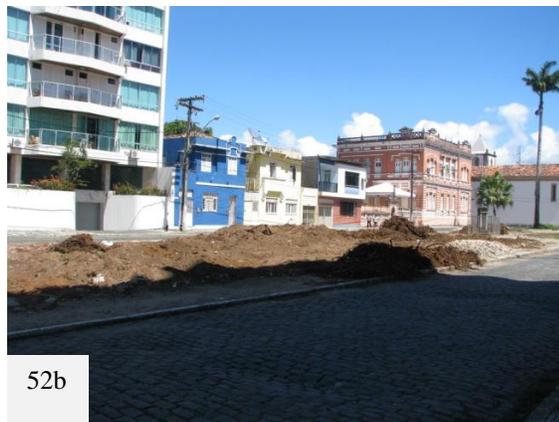
Fonte: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2010).

Infelizmente a reforma da Praça Ruy Barbosa ainda não se concluiu. A sequência das Figuras 52a; 52b; 53a; 53b; 54a; 54b; mostram que problemas de ordem administrativa (planejamento e execução) não foram bem “amarrados” e o espaço não se encontra disponibilizado para o uso da comunidade.

Espera-se que a reforma em curso da Praça Ruy Barbosa possa resolver os problemas de segurança e frequência social, saindo da condição de abandono que se encontrava antes da intervenção pública. Os moradores quando perguntados sobre a prática ambulante ser ou não viável nessa praça, sugeriram que ela possa continuar como praça pública sem atender a esses fins. Vêem a praça como ambiente de amenidade e lazer que deve proporcionar o convívio



52a



52b

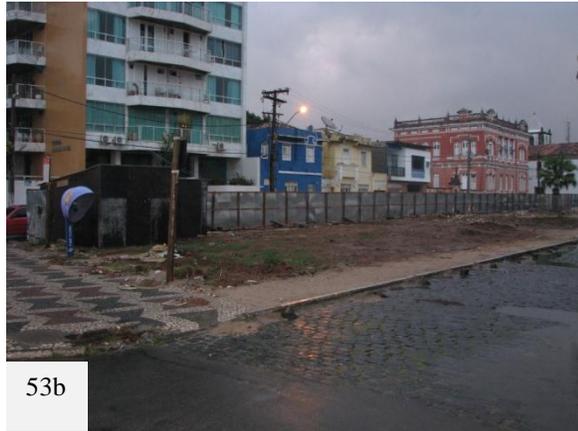
Figura 52a - Remoção das raízes final de junho 2010, Ilhéus - Ba.

Figura 52b - Situação em 22 julho de 2010, Ilhéus - Ba.

Fonte: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2010).



53a



53b

Figura 53a - Apelo da comunidade, setembro de 2010, Ilhéus - Ba.

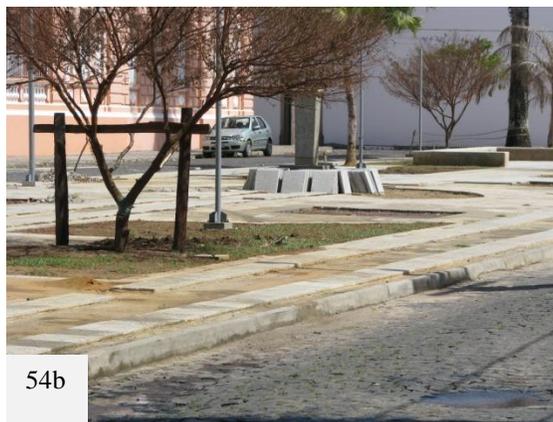
Fonte: www.ilheusamado.com.br/?q=node/1140

Figura 53b - Começo da reforma, outubro de 2010, Ilhéus - Ba.

Fonte: Pesquisa de Campo BORGES, E. N. (2010).



54a



54b

Figura 54a - Andamento da reforma, fevereiro de 2011, Ilhéus - Ba.

Figura 54b - Condições da praça em julho de 2011, Ilhéus - Ba.

Fonte: Pesquisa de Campo, BORGES, E. N. (2011).

social e o empobrecimento da cidade, mas reprovam a função comercial nesse espaço público.

A Praça Dom Eduardo, também conhecida como Praça Luiz Viana e Praça da Catedral de São Sebastião fica localizada ao lado da Avenida Soares Lopes a beira-mar, é um espaço muito utilizado para shows e comícios, é uma das poucas praças com característica de largo/terreiro com espaço privilegiado para eventos públicos, Figura 55.



Figura 55 - Praça Dom Eduardo ornamentada para os festejos juninos, Ilhéus - Ba.
Fonte: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2010).

Ao lado da praça fica o Bar Vesúvio, um dos cenários das histórias do escritor Jorge Amado que residia bem próximo. As fotografias mostram a praça, o Bar Vesúvio com estátua em homenagem ao escritor, muito visitado por turistas e a apresentação do quadro “Desaparecido”, uma ação social, promovido pela Rede Bahia de Televisão são algumas das formas de uso da praça, Figura 56a e Figura 56b.

Outra forma de ocupação desse espaço ocorre normalmente nos dias de missa, quando os fiéis estão aguardando o início da celebração ou as reuniões de finais de missas na porta da igreja. Como possui pouca arborização e bancos, raramente as pessoas ficam nessa praça.

Segundo uma moradora, as festas de largo são freqüentes nessa praça, o que ajuda na sociabilidade dos moradores, mas ela também se queixa do barulho até altas horas. Já um comerciante ambulante do local reclama justamente da falta de eventos e também de limpeza, o que prejudica seu comércio. Essas situações mostram o quanto pode ser contraditória as opiniões sobre o assunto, o que dificulta o entendimento do usuário para o que seria um meio termo no uso consensual das praças.



56a



56b

Figura 56a - Bar Vesúvio com estátua do escritor, Ilhéus - Ba.

Fonte: Pesquisa de campo BORGES, E. N. (2011).

Figura 56b - Uso social da praça, quadro desaparecidos da Rede Bahia, Ilhéus - Ba.

Fonte: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2010).

A pesquisa identificou o ponto de concordância entre as pessoas que têm interesses comuns nas praças. Esses espaços são carentes de infraestrutura, sendo que a maior queixa dos usuários é a falta de sanitários públicos o que prejudica a permanência, principalmente nas praças com quiosques e ambulantes que vendem bebidas.

A investigação em cada praça permitiu a elaboração do Quadro 2, relacionando as condições físico/estrutural e uso desses espaços verificando o tamanho, visibilidade, turnos de maior fluxo, as ruas que dão acesso e a acessibilidade, as manifestações socioculturais, os objetos presentes em cada uma delas e qual o tratamento estético realizado.

A Praça J. J. Seabra, dentre as praças pesquisadas é a de maior fluxo, manutenção e permanência social. Atribui-se essa condição aos prédios públicos do entorno e a proximidade com o centro financeiro e comercial da cidade. Das seis praças pesquisadas é uma das três em que ainda se vê alguns turistas, outras são as Praça Castro Alves e Dom Eduardo.

A visitação e o fluxo na Praça Castro Alves tem característica um pouco diferente, a localização próxima ao mar faz deste um ambiente de contemplação, a permanência nessa praça não se relaciona aos negócios e sim ao lazer e a alimentação.

Quadro 2 - Estrutura, visibilidade, acesso e fluxo das praças no centro de Ilhéus.

Nome da praça	Tamanho e visibilidade	Maior fluxo de pessoas	Sinalização, e mobiliário urbano	Acessibilidade	Manifestações e festas	Estado geral de conservação
J.J. Seabra	++++ visível, frete ao Palácio Paranaguá. Área total 2.200m ²	Manhã e tarde	Estátuas de Mamoré Sapho, banca de revista, foto lambe-lambe, placas informativas, Bons bancos	Ruas Araújo Pinho e Santos Dumont a rua divide a praça em duas partes	Campanhas de vacinação/ doação de sangue e manifestações religiosas	Regular
Castro Alves	++++ visível, frente para o mar, área total 1.550m ²	Tarde e noite	Quiosques para lanche, acarajé da Irene, parque infantil e estacionamento, Bons bancos, arborizada, boa iluminação	Av: Soares Lopes e rua Gen. Câmara, piso em pedra portuguesa	Carnaval, shows “projeto musica na praça”	Regular
Ruy Barbosa	++visível, frente para o mar, área total 870m ²	Sem acesso por conta da reforma	A população espera que o poder público aplique o projeto apresentado Nov. 2010	Av: Soares Lopes e Rua Cons. Dantas Interditada para reforma junho de 2010	Quermesses, feira de artesanato, e feira do livro	Em reforma
Dom Eduardo	+++++ hipervisível, frente a Catedral de São Sebastião, área total 1450m ²	Manhã, tarde e nas festas a noite	Placas de sinalização, ponto de taxi amplo largo desprovido de árvores, poucos bancos, boa iluminação	Av: Soares Lopes e Eusínio Lavigne, difícil acesso para cadeirantes, largo em pedra portuguesa	Shows, comícios, quadro “desaparecidos” da rede Bahia, feiras de artesanato	Regular
Cairú	+++++ hipervisível, dentro da rotatória no centro da cidade, área total 1.800m ²	Baixo fluxo sempre	Placas de sinalização, monumento “dez mandamentos”, Coreto, bons bancos, bem iluminada,	Ruas Sete de Setembro, M ^a Quitéria, M. de Paranaguá, Tiradentes, difícil acesso a pedestre e cadeirantes	Carreatas promovidas pelo clube de dirigentes lojistas	Bom
Cel. Pessoa	+++ visível, tomada pelo ponto de ônibus, área total 550m ²	Manha/ tarde e noite	Mal sinalizada, calçadas em péssimo estado, sem bancos, pouca iluminação.	Pelas ruas Tiradentes e Santos Dumont, difícil acesso para cadeirantes, ponto de ônibus.	Não registrado pelos usuários	Péssimo

Fonte: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2011).

É por conta dessa segunda característica que duas grandes franquias *Bob's* e *Subway* se instalaram bem em frente à praça, Figura 57.



Figura 57 - Busto de Castro Alves e as franquias *Bob's* e *Subway*, Ilhéus – Ba.
Fonte: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2011).

Quanto ao fluxo de transeuntes, a Praça Cel. Pessoa é sem dúvida a de maior fluxo. O ponto de ônibus da praça é um nó de ligação do transporte público na cidade, tirando as pessoas que trabalham no espaço da praça (taxistas, vendedores dos quiosques e ambulantes), para os demais à praça é um ponto de passagem ou permanência enquanto se espera o ônibus.

3.3. Os conflitos sociais envolvendo o(s) uso(s) da(s) praças identificados na pesquisa

O estudo sobre o uso e apropriação das praças públicas de Ilhéus revela contradições quando confrontados com a leitura do plano gestor e das políticas públicas da cidade. No entanto, compreender as particularidades e os conflitos que ocorrem na apropriação desses espaços exige um esforço não só empírico, mas também metodológico, de conhecimento dessa dinâmica que

envolve o poder público local, o trabalhador informal, os moradores vizinhos, comerciantes do entorno das praças e os transeuntes em geral.

A pesquisa identificou que o uso do espaço público das praças no centro de Ilhéus é feito de diversas formas, sendo algumas mais evidentes que outras conforme mostra a Figura 58. Os usos do espaço público também estão subentendidos em quase todo Plano Diretor Municipal Participativo de Ilhéus (PDMP, 2006), no entanto aqui, foram pontuados apenas alguns, relevantes e que podem ser comentados através do uso das praças.

USO DO ESPAÇO PÚBLICO PRAÇA

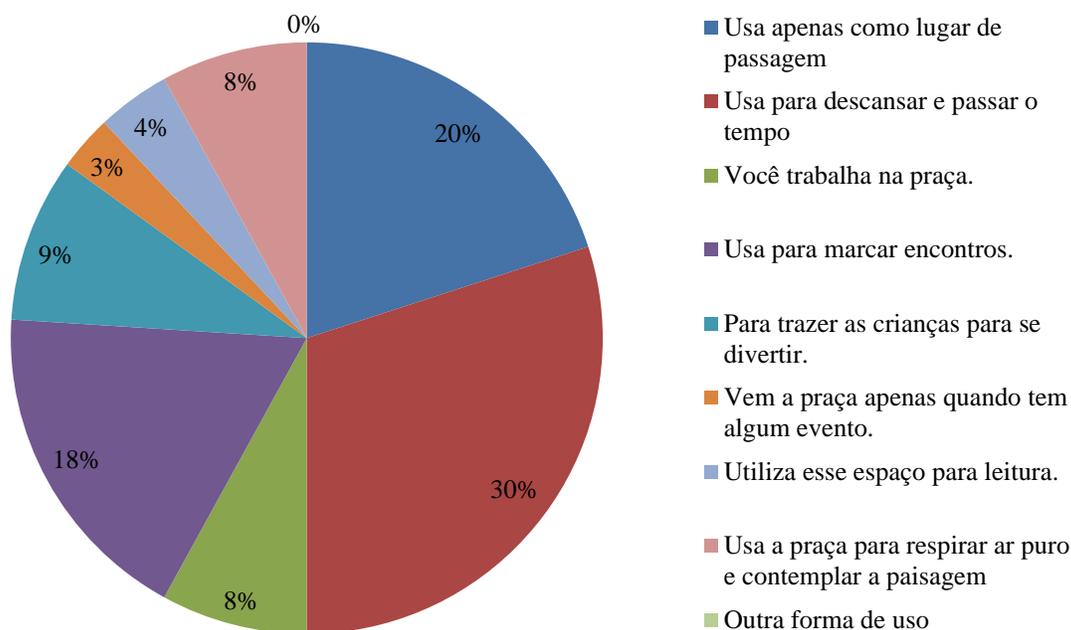


Figura 58 - Forma de uso das praças no centro de Ilhéus - Ba.

Fonte: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2010).

Um dos temas descritos no plano diretor se refere à Política Urbana. O artigo nº8 fala da importância dos espaços públicos, com áreas insubstituíveis para a expansão da vida coletiva. Das praças avaliadas, três estão cumprindo parcialmente sua função nesse quesito, através de festas populares, comícios, campanhas de vacinação, shows, feiras e apresentações de teatros

realizadas em seus espaços. No entanto, alguns moradores reclamam do barulho nos dias de evento e os usuários, da falta de segurança e uma melhor iluminação nas praças.

O artigo nº9, também referente à Política Urbana, versa sobre a elevação da qualidade de vida do cidadão, promovendo a inclusão social e reduzindo as desigualdades. Deve se comentar que o centro da cidade, composta de residências de classe média/alta e casas comerciais, não tem espaço para a população de baixa renda. No entanto, as praças como espaços públicos que *a priori* não distingue classes sociais, permitem que outros façam uso do espaço público, mas os ambulantes (a baiana do acarajé, o flanelinha, o vendedor de caldo de cana, o mendigo e outros), precisam disputar e lutar por esse espaço. Como foi comentado anteriormente, os mendigos e os pedintes não são bem vindos na Praça Castro Alves, isso se configura em um conflito não entre poderes, mas entre dois atores sociais com demandas que se contrapõem o vendedor querendo manter seu espaço e preservar sua clientela do inconveniente pedinte e este, por sua vez, pedindo para manter sua condição de sobrevivência.

Os questionários aplicados com frequentadores das praças e moradores da vizinhança trouxe informações relevante quanto à ocupação das praças do centro pelo comércio ambulante, a maioria apoia o uso comercial da praça desde quanto não atrapalhe a circulação dos pedestres e que esse uso possa ser regulamentado pelo poder público local. Em menor número, outros pesquisados argumentam que deveria se vender na praça apenas os artigos mais úteis à população. Alguns poucos, são radicalmente contra, dizendo que o comércio polui visualmente a paisagem das praças, é o que mostra a Figura 59.

OPINIÃO SOBRE O USO COMERCIAL DA PRAÇA

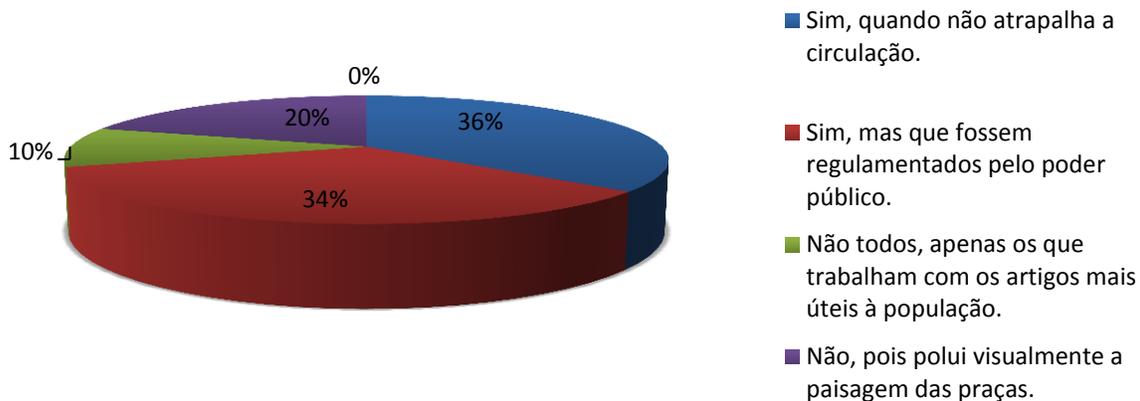


Figura 59 - Ocupação das praças do centro pelo comércio ambulante.

Fonte: pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2010).

O público frequentador diverge em grau e número sobre a forma de uso das praças, mas isso é, sem dúvida o reflexo de uma sociedade heterogênea que perdeu na praça algumas funções na época das campanhas de higienização e ajardinamento e após a industrialização e o crescente número da população urbana, passa a adaptar novos usos e tenta recuperar a praças das funções comerciais. As contradições na forma de entender e utilizar os espaços da cidade identificadas no discurso dos frequentadores das praças do centro de Ilhéus são prova de que o uso continuará sendo marcado por forças que se contrapõem, mas fazem parte do mesmo contexto social.

Outra proposição do PDMP fala sobre o Desenvolvimento Humano. Em seu artigo nº34, diz que a distribuição de equipamentos e serviços sociais deve respeitar e privilegiar as áreas de urbanização precária. Isto é, contemplar os bairros pobres da cidade. Repetindo o argumento de Alan Dick, um dos articuladores do setor de planejamento que trabalhou na elaboração do PDMP do município, todos os loteamentos aprovados pela prefeitura deve reservar 10% para criação de áreas verdes. Mas a maioria dos bairros pobres que se formam não são fruto de loteamentos aprovados e sim áreas de invasão que não deveriam ser ocupadas pela população. Daí é quase impossível pensar em áreas verdes ou praças, muito menos estruturá-las, o que seria de responsabilidade da prefeitura. As exceções nesse caso ocorrem quando a própria comunidade, pelo uso cotidiano, cria esse espaço de recreação.

Na seção que versa sobre a Política Municipal de Assistência Social, o artigo nº49, fala da promoção de recursos e atenção, garantindo proteção e inclusão social da população no circuito dos direitos da cidadania. Nesse quesito, as informações colhidas junto aos ambulantes, pessoas que moram vizinho as praças e taxistas, indicam que apenas a praça J.J. Seabra, Dom Eduardo e a Castro Alves tem recentemente sido utilizadas para campanhas e eventos culturais.

O plano diretor do município, quando comenta sobre a Política Municipal de Cultura, em seu artigo nº55, enfatiza que deve haver a promoção da ocupação cultural dos espaços públicos da cidade. Ainda fazendo o contra ponto com as praças, Três das seis praças pesquisadas não atendem, por motivos distintos, as necessidades da população. A Praça Ruy Barbosa (em reforma, mas que anteriormente já era um espaço ocioso no centro da cidade), A Praça Cairu (por se localizar em uma rotatória de alto fluxo de veículos que dificulta o acesso e elaboração de eventos) e a Praça Cel Pessoa (menor de todas com apenas 550m² e utilizada como ponto de ônibus, praça de táxi e comércios ambulantes).

No capítulo III, seção III da Política Municipal de Mobilidade Urbana e Acessibilidade pode-se observar que o versículo I do artigo nº 78 cita a contribuição para o acesso universal á cidade, por meio do planejamento e gestão do sistema de mobilidade urbana.

ACESSIBILIDADE DAS PRAÇAS

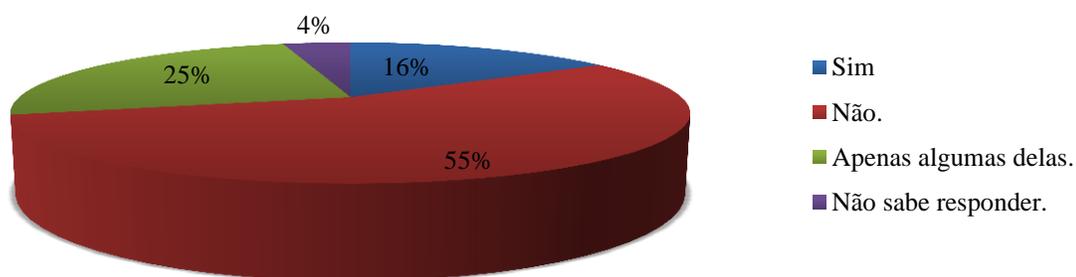


Figura 60 - Acessibilidade das praças no centro de Ilhéus - Ba.
Fonte: pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2010).

A criação de infraestrutura que contribua com acessibilidade aos espaços públicos como as praças e calçadas até estão presentes em algumas praças e pontos da cidade, o problema é que o modelo de calçada e rampa concebido impõe dificuldades para mobilidade dos cadeirantes, não fizeram testes para comprovar a eficiência dessas estruturas, os cadeirantes sem um sistema elétrico de impulsão dificilmente conseguem romper os obstáculos. A pesquisa investigou a opinião dos usuários sobre a acessibilidade e identificou um alto grau de insatisfação, Figura 60.

Na seção que fala das Operações Urbanas Consorciadas, o artigo nº173, cita a criação ou ampliação de espaços abertos de uso e gozo público. Atualmente no centro apenas a Praça Cairú tem sido alvo dessa “adoção” ou operação consorciada através da parceria da prefeitura com uma rede de supermercado da cidade. Essa parceria público/privado no trato e controle de alguns espaços como praças e outros logradouros de uso coletivo, ainda são modelos embrionários de gestão do espaço público no município de Ilhéus, mas a pesquisa revela que a maioria da população é favorável a esse tipo de parceria, Figura 61.

Ainda este artigo nº173, comenta sobre a recuperação e revitalização de equipamentos e espaços degradados física ou socialmente e que se encontram subutilizados. Das praças pesquisadas, a Praça Ruy Barbosa se encontra degradada socialmente pois os moradores e transeuntes do centro ainda não podem fazer uso desse espaço público. Espera-se que após a reforma a situação possa mudar; a Praça Cel. Pessoa encontra-se fisicamente degradada e a Praça Cairú está em bom estado físico de conservação, mas subutilizada pela dificuldade de acesso.

PARCERIA PÚBLICO/PRIVADO

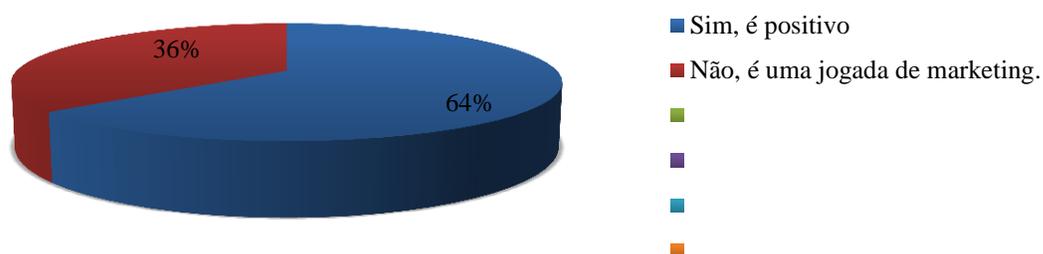


Figura 61 - Parceria na adoção de praças no centro de Ilhéus - Ba.

Fonte: pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2010).

3.3.1 O uso das praças na perspectiva dos vendedores ambulantes

Contrariando o pensamento hegemônico que tem como regra favorecer os interesses corporativos do mercado e pensar a produção por uma lógica onde não há espaço para os pequenos, abrimos esse espaço na pesquisa para ouvir e entender melhor a lógica de funcionamento do comércio informal com os ambulantes no centro de Ilhéus.

Se comparado a realidade de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, poder-se-ia dizer que eles correspondem a um microcosmo dessa atividade, mas considerada as proporções é possível afirmar que os problemas identificados aqui fazem parte da realidade de outros centros brasileiros onde atua o comércio informal.

A classe de ambulantes que existe em Ilhéus se constitui basicamente de aposentados que buscam a atividade como complemento da renda, migrantes que vieram do campo e até de outros estados, ex-empregados que não conseguiram novas colocações no mercado de trabalho formal, e por isso vivem do que consegue fazer todos os dias. Outro caso são os pequenos empreendedores que começaram sozinhos como ambulantes, mas progrediram e depois de algum tempo passaram a empregar outras pessoas na informalidade, outros ainda buscam a atividade sazonalmente.

O que torna uma classe representativa é sua organização, em alguns casos valendo-se dos sindicatos da categoria, em outros, formando associações que possam representá-los em suas reivindicações. No caso particular dos ambulantes que trabalham no centro de Ilhéus, a Associação dos Vendedores Ambulantes de Ilhéus (AVAI) é a única constituída legalmente. Foi fundada em 1998, sendo que a primeira gestão teve como presidente o senhor Antônio José de Alencar, conhecido como Ceará, o qual vem exercendo novamente a presidência da associação uma vez mais.

A maioria das pessoas que participam dessa atividade possui baixa renda e pouca instrução formal, dado esse que contribui para as dificuldades de fortalecimento da categoria. São pelo menos cem associados, mas as reuniões contam com uma participação pouco expressiva. Na reunião em que foi realizada a entrevista, contava-se com pouco menos de quinze pessoas.

Os ambulantes não se deram conta ainda do seu poder de mobilização, a queixa geral entre os ambulantes ouvidos informalmente é de que essa é uma classe desunida e que por isso falta representatividade.

A pesquisa mostra que o número de ambulantes que trabalham no centro de Ilhéus é muito maior do que os aproximados (cem associados), apenas em um dia circulando pelo centro e identificando as atividades exercidas em local público foi possível registrar 139 pontos de trabalho com venda de produtos e serviços dos mais distintos, conforme mostra a Tabela 4. Nesse caso identificado por atividade e não por quantidade de pessoas trabalhando, o que demonstra que essa atividade, se organizada teria uma representação muito maior.

O presidente da associação Sr: Antônio afirma que no passado era muito mais fácil negociar com o poder público local, o governo atual recebe as reivindicações e promete soluções, mas na hora da ação não consegue cumprir e a classe fica desassistida. “Queríamos padronizar, roupas, bonés e crachás para a classe, como era a uns quatro anos atrás, afinal muitos dos turistas que passam pelo centro consomem nossos produtos”¹¹. A idéia dos associados da AVAI é causar uma boa impressão para quem circula pelo centro da cidade.

A associação tem algumas regras pra quem pretende se associar: ser morador da cidade, apresentar comprovante de residência, identidade, informar qual atividade pretende desenvolver e pagar taxa mensal de R\$3,00. Os associados não podem se instalar em qualquer ponto do centro, é a fiscalização da prefeitura que sempre direciona os ambulantes para os locais, mas nem sempre isso é obedecido por que, na maioria das vezes, são pontos da cidade onde não há fluxo de pessoas e os ambulantes acabam por burlar as regras se fixando em outros pontos.

¹¹ Comentário do presidente da associação que também é um ambulante

Tabelas 4 - Ambulantes nas praças e ruas do centro de Ilhéus

Atividade de venda e serviço ambulante	Praça Castro Alves	Praça Cel. Pessoa	Praça J.J. Seabra	Praça Dom Eduardo	Ruas do centro
					Prado Valadares; Almirante Barroso; Araújo Pinho; Tiradentes; Santos Dumont; Marques de Paranaguá; Jorge Amado; Dom Pedro II e Bento Berilo
Carro de pipoca		1		1	6
Carro de doces e balas		2			5
Ponto de sorvete	1	1			4
CD, DVD e MP3	1				12
Bebidas			1	1	1
Artesanato				2	1
Lanches rápidos		3			7
Barraca de acarajé	1	1		1	3
Tapioca recheada	1				1
Coco verde		1	1	2	10
Biscoitos e bolos					3
Lanchonete	2		3	1	
Fotógrafos			5		1
Celulares					2
Guarda chuvas					2
Frutas		1			1
Relógios e equip. eletrônicos.					2
Óculos					5
Tabuleiro aipim/ mandioca		3			2
Churrasquinho	1	1			
Banca de revista	1	1	2	1	1
Banca jogo do bicho UBI.			1		9
Milho e pamonha		1			2
Um em cada atividade	Caldo de cana; pizza; quibe	Churros	-	-	Requeijão; pinturas; chaveiro; sandálias; bonés; Floricultura; castanha torrada; instrum. Hospitalar; apostilas; assistência téc. celular

Fonte: Pesquisa de campo, BORGES, E. N. (2011).

A conversa informal com ambulantes presentes à reunião demonstrou que eles têm divergências mesmo dentro da associação. Os associados se dividem em três categorias: os que têm ponto fixo e trabalham todos os dias; os que têm outras atividades e trabalham com isso no verão; e aqueles ditos oportunistas, que só trabalham nessa atividade em época de festas e eventos e procuram a associação para ter um respaldo.

Quadro 3 - Dificuldades encontradas pelos ambulantes para se instalar nas praças.

Logradouro público	Atividade ambulante	Tempo de atividade	Local de residência	Dificuldades encontradas	Deslocamento (residência/local de trabalho)
J.J. Seabra	Carrinho coco verde	07 anos	Alto da conquista	Problemas com fiscalização, antes de fazer parte da associação	(1,75Km)
	Fotógrafo lambe-lambe	15 anos	Nelson Costa	Falta de reconhecimento cultural da atividade	(5,8Km)
Castro Alves	Caldo de cana (trailer)	20 anos	Oliveira	Fiscalização retirou ele várias vezes	(17,3Km)
	Carrinho de churrasco	02 anos	Santa Isabel	Queixas de outros ambulantes	(1,75Km)
	Banca de revista	30 anos	Hernani Sá	Falta de infraestrutura na praça	(6,1Km)
	Quiosque acarajé	30 anos	Pacheco	Falta de infraestrutura na praça	(2Km)
	Tortas e tapioca (trailer)	05 anos	Jardim Savóia	Disputa de espaço com outros	(4,6Km)
Coronel Pessoa	Sorveteria (ponto fixo)	17 anos	Alto da Conquista	Falta de infraestrutura na praça	(1,75Km)
	Carrinho de churrasco	03 anos	Avenida Itabuna	Resistência de outros ambulantes	(2,5Km)
	Carrinho aipim/banana	05 anos	Teotônio Vilela	Fiscalização ameaça tomar mercadoria	(5Km)

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Elaboração: BORGES, E. N.; MACHADO, L. O,

Muitos dos que trabalham diariamente têm os seus comércios localizados nas praças por considerarem este espaço público privilegiado. Esse privilégio é conseguido a custa de muitos embates e dificuldades porque não há espaço suficiente e nem todos são associados. Alguns dos comerciantes que trabalham nas Praças J.J. Seabra, Cel. Pessoa e Castro Alves comentaram sobre suas dificuldades de instalação nas praças e os deslocamentos realizados diariamente, como mostra o Quadro 3.

As dificuldades dos ambulantes se evidenciam também em período de festas em que os locais e pontos estratégicos acabam sendo negociados e vendidos a outros que não fazem parte da associação, chegaram a citar um funcionário da prefeitura que estaria vendendo para outros de fora da associação os melhores lugares e alocando os associados em becos e ruas pouco movimentadas durante as festas.

Normalmente quando necessário, o presidente da AVAI solicita reunião com o prefeito, mas as situações são tratadas sempre com a Secretaria de Indústria e Comércio e de Cultura e Turismo que cuida de eventos. Infelizmente os conflitos por conta dos benefícios subtraídos não se resolvem com facilidade, o presidente da associação acha que o poder público não tem dado a assistência necessária à categoria, faltando segurança e fiscalização. Muitos dos que não são associados acabam fazendo uso do espaço público sem um critério, mancham a imagem dos ambulantes e dificultando as reivindicações desses profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação aponta para o fato de que as reflexões aqui elencadas trazem, de forma geral, importantes informações relacionadas ao processo de criação de cidades no Brasil, e de modo particular apresenta Ilhéus com a sua evolução, crise econômica e problemas urbanos gerados com a modernidade, mostrando que as ações sobre a cidade precisam ser ajustadas por meio de uma gestão mais adequada que possa atender melhor as necessidades e demandas sociais.

Chamar a atenção para as situações geradoras de conflito como o desemprego, as difíceis condições de habitação e o trabalho informal no centro de Ilhéus é mostrar que a crise econômica na produção cacaueteira da região contribuiu para o surgimento de uma massa de desprovidos que buscam a cidade como “abrigo” e precisam ser assistidos em suas condições elementares.

A partir dos múltiplos usos foi possível identificar que a praça é o lugar onde se recrudescem as relações sociais, justamente pelas necessidades distintas, mas como foi abordado por Miranda (2005), o reconhecimento do conflito no território representa a possibilidade de ruptura e transformação.

O desafio da sociedade contemporânea com relação aos espaços públicos é o de entender que validade esse espaço tem para as comunidades que fazem uso cotidiano. Os grupos sociais (ambulantes, contempladores, profissionais liberais e associações) têm a responsabilidade de mostrar com clareza seus anseios e propósitos de permanência nos espaços de lazer e trabalho, só assim eles poderão auxiliar o poder público local na efetivação de políticas públicas que atendam suas reivindicações.

O que se nota, atualmente, é que as proposições das políticas públicas mostram uma normatização da cidade que efetivamente não acontece para todos e que muitos cidadãos ilheenses nem se quer tem o conhecimento da existência de tais políticas, porque os princípios, diretrizes e ações gerais que norteiam o documento raramente são postos em prática. Essa é também a crítica feita por Maricato (2009), quando diz que o planejamento e a regulação urbanística no Brasil não têm comprometimento com a realidade concreta. “Para a cidade ilegal não há planos nem ordem. Aliás, ela não é conhecida em suas dimensões e características” (MARICATO, 2009, p.122).

No caso das praças de Ilhéus, o problema que se coloca não necessariamente é o da falta de planos, existem diretrizes, objetivos e ações que tratam do espaço público, mas são genéricas e não corroboram para a efetivação de práticas, falta uma legislação específica que regule o uso do espaço público das praças. É preciso conhecer melhor a realidade e as políticas para participar na elaboração junto com o governo municipal criando novas possibilidades de construção de um plano gestor que funcione, pois o poder público local faz uso desse instrumento somente quando há conveniências.

Constata-se que, de fato, há um descompasso entre as políticas de uso no plano gestor e os usos praticados pelos atores sociais das praças. O conflito se estabelece ora entre o poder público local e os ambulantes, ora entre os próprios ambulantes, e se não existe coesão entre eles para juntos buscarem melhores condições de trabalho e permanência, dificilmente conseguirão aglutinar forças de mobilização. Uns aprovam e outros rejeitam algumas formas de uso sempre pensando em suas vantagens, e enquanto predominar o interesse individual dificilmente virá benefícios para a coletividade.

A associação dos ambulantes acaba sendo pouco representativa por que seus próprios membros não comparecem às sessões, apesar de concordarem que existem carências estruturais e de melhorias no espaço público do centro. Além disso, falta mobilização social, e talvez plena consciência cidadã para contribuir com a melhoria no uso da cidade.

As praças públicas de Ilhéus passaram por transformações, hoje testemunham situações que podem se reproduzir em outras cidades brasileiras. Com a proximidade dos eventos esportivos voltados para a Copa do Mundo e Olimpíadas no Brasil, nos próximos anos, as possíveis ações de melhoria dos espaços urbanos e praças públicas como atrativos turísticos nas cidades brasileiras não deveriam ser apenas pontuais. Isto é, que também buscassem adequar-se às políticas públicas em prol da melhoria daqueles que usam o espaço público como local de trabalho.

A cidade de Ilhéus tem um enorme potencial, belas praias, infraestrutura, pontos históricos e estórias que justificam o título de “Princesa do Sul” recebido nos tempos áureos do cacau. As praças que têm servido como alternativas de sobrevivência de algumas comunidades precisam receber um tratamento que seja digno, para acolher adequadamente os turistas, trabalhadores e visitantes. Acredita-se que o caminho é pensar soluções a partir das necessidades

identificadas em cada praça pública, ouvindo a comunidade e cobrando também dela uma participação efetiva na gestão e construção de um espaço público urbano de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADERINO, J. **A história de Ilhéus completa**. Disponível em: <
http://www.ilheusamado.com.br/?page_id=1213 > Acesso em 20 julho de 2011.
- ALMEIDA, G. A. **Notas sobre a Evolução Urbana de Ilhéus**. Ilhéus, O Ateneu. 1997.
- ALVES, J. E. D. **As políticas populacionais e o planejamento familiar na América Latina e no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2006. 52 p. Disponível em:<
http://www.ence.ibge.gov.br/publicacoes/textos_para_discussao/textos/texto_21.pdf.> Acesso em: 11 dez. 2010.
- ALEX, S. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: Senac, 2008. 291p.
- ANDRADE, M. P. **Ilhéus: passado e presente**. 2. ed. Ilhéus: Editus, 2003. 144 p.
- ANDRADE, M. P.; ROCHA, L. B. **De tabocas a Itabuna: um estudo histórico-geográfico**. Ilhéus: Editus, 2005. 183p.
- ARANTES NETO, A. A. **Paisagens paulistanas: transformações do espaço público**. São Paulo: Unicamp, 2000. 190p.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. 341 p.
- BAHIA (Estado) **Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de Ilhéus**. Salvador, SEPLANTEC, 1969.
- _____. **Plano urbanístico básico de Ilhéus**. Salvador, SEPLANTEC, 1979.
- BARBOSA, C. R. A. **Notícias Históricas de Ilhéus**. 4. ed. Ilhéus: Gráfica e editora Mesquita Ltda, 2003. 226 p.
- BARROS, F. B. **Memórias sobre o município de Ilhéus**. 3.ed. Ilhéus: Editus, 2004. 163 p.
- BNB - Banco do Nordeste do Brasil. Prodetur /NE II **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável – PDITS**. Disponível em: <
http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/ls_3_4_patrimonio_historico_e_cultural_090708.pdf > p. 192-207. Acesso em: 15 maio 2010.
- BORGES, E. N. As transformações no espaço intra-urbano de Itabuna (Ba) a partir da implantação do Jequitibá Plaza Shopping. In: Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia/ “Produção e usos do espaço em médias e pequenas cidades da Bahia: teorias, metodologias e experiências”. 2009, Salvador: UFBA. **Anais**. Salvador, 2009. 1 CD-ROM.

BORTOLOZZI, A. Patrimônio cultural em território urbanizado e a reconstrução das cidades contemporâneas: caminhos e possibilidades da educação patrimonial. In: **X Colóquio Internacional de Geocrítica**. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/157.htm>> Acesso em: 04 jul. 2010.

BRANDÃO, A; ROSÁRIO, M. **Estórias da História de Ilhéus**. Ilhéus: Edições SBS, 1970. 352p.

BRASILCHANNEL Disponível em:

<http://www.brasilchannel.com.br/municipios/mostrar_municipio.asp?nome=Ilh%E9us&uf=BA&tipo=turismo> Acesso em 28 Jun. de 2011.

CALDEIRA, J. M. **A praça brasileira trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade**. 2007. 434f. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP: Campinas, 2007. (Tese).

CAMARGO, A. R; LAMPARELLI, C. M; SILVA GEORGE. Nota introdutória sobre a construção de um objeto de estudo: “O Urbano”. In: **etc..., espaço, tempo e crítica**. Nº1(1), vol. 1, 1º de maio de 2007, ISSN 1981-3732. p. 01-39.

CAMPOS, J. S. **Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus**. 3. ed. Ilhéus: Editus, 2006. 819 p.

CANO, W. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des) ordem internacional**. Campinas, SP: UNICAMP, 1993. 184 p.

CARLOS, A. F. **Espaço e Tempo na Metrópole**. A fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELLAN, G. R. **A Ágora de Atenas: aspectos políticos, sociais e econômicos**. Disponível em:< <http://www.klepsidra.net/klepsidra26/agora.htm>> Acesso em: 15 abr. 2011.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 3º ed. São Paulo : Paz e Terra, 1999, 617 p.

CNES, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Disponível em:

<http://cnes.datasus.gov.br/Lista_Es_Municipio.asp?VEstado=29&VCodMunicipio=291360&NomeEstado=BAHIA>Acesso em: 03 jul. 2011.

CHOAY, F. **O urbanismo: Utopias e realidades uma antologia**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. 350 p.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989, 92p.

_____. Espaço, Um Conceito-Chave da Geografia. In: CORRÊA, R. L; et al. (org.) **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.15-47.

_____. **O espaço urbano**. 4 ed. São Paulo: Ática, 2003. 94p.

_____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006, 330 p.

COSTA, M. L. Urbanismo e paisagismo na concepção de praças. In: **4º ENEMA**, Cuiabá, 1993, **Anais do 4º ENEMA**. ICHS/UFMT, 1993. p. 241-249.

DA RIN, M.; GONÇALVES, A. **Plano Diretor para Remodelação e Expansão da Cidade de Ilhéus**. Salvador, 1993.

DEDECÇA, C.S.; BALTAR, P.E. A. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**, 1997, vol.. 27, nºEspecial, p. 65-84.

DEFFONTAINES, P. Como se constitui no Brasil a Rêde das cidades. In: **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro. v2, nº14, maio de 1944, p. 141-148.

EGLER, C. A. G. **Subsídios à caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Petrópolis, março de 2001. Disponível em: < <http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf/Redeur.pdf>> Acesso em 02 dez. 2010.

ELIAS, D. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (orgs.) São Paulo: Expressão Popular, 2006. 376p

FERREIRA, A. B. H. **Miniaurélio século XXI: o minidicionário da língua portuguesa**. 5 ed. Rio de Janeiro: nova Fronteira, 2001, 873p.

FISCHER, T. (org) **Poder local: governo e cidadania**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1993. 308p.

GALLI, T. B. **Uso do território e fronteiras internas: o caso da proposta de redesenho fronteiro do município de Holambra**. 2009. 205 f. Instituto de Geociências. UNICAMP: Campinas, 2009 (Tese).

HEINE, M. L.(org) **Múltiplos Olhares**. Ilhéus: Beta, 2009. 204p.

IBGE – Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. **Ministério do planejamento, orçamento e gestão**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 20 jun. 2011

_____. **Ministério do planejamento, orçamento e gestão**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 21 jul. 2011.

_____. **Censo Demográfico**. Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CD&z=t&o=25>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

ILHÉUS, P. M. **Lei, 2.400/91 de uso e ocupação do solo de Ilhéus**. 1991. Disponível em:
<www.ilheense.com.br>. Acesso em: 09 Jul. 2010.

JOLY, C. **Especialização Produtiva do território e o circuito espacial produtivo de celulose em Eunápolis – Ba**. 2007. 97 f. Instituto de Biologia. USP: São Paulo, 2007 (Dissertação).

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. 2º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 1336p.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.144p.

LENCIONI, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. In: **GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo: Nº 24, 2008. p. 109-123.

LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**; tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 227 p.

MACHADO da SILVA, L. Trabalho informal: teoria, realidade e atualidade. **Tempo e presença**, Cedi, Rio de Janeiro, 1993, ano 15, nº 269, maio/junho, p. 31-34.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 204 p.

_____. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **a cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 121-192.

MARTINS, G. A. **Estatística geral e aplicada**. São Paulo: Atlas, 2001. 417 p.

MARX, M. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1980. 151p.

MIRANDA, A. L. **O uso do território pelos homens lentos: a experiência dos camelôs no centro de Ribeirão Preto**. 2005. 141 f. Instituto de Geociências. UNICAMP: Campinas, 2005 (Dissertação).

MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, 741p.

OLIVEIRA, C. G. S. **Novas indústrias em Itabuna e Ilhéus (1980-2000)**. Salvador: 2001, 168p. Instituto de Geociências. UFBA: Salvador, 2001 (Dissertação).

_____. Crise da cacauicultura e transformações no território Cidade de Camacan e sua região de inserção. In: OLIVEIRA, C. G. S.; TRINDADE, G. A.; GRAMACHO, M. H. **Trajatória**,

permanências e transformações têmporo-espaciais da cidade de Camacan/BA: interfaces com a crise da cacauicultura. Ilhéus: Editus, 2009. p. 21-105.

OLIVEIRA, O. M. G. **A expansão urbana da cidade de Ilhéus – Bahia e a ocupação dos Manguezais:** o caso do bairro São Domingos. 2008. 205 f. Escola Politécnica. UFBA: Salvador, 2008 (Dissertação).

OLIVEIRA, H. C. **A relação da Infra-estrutura de Transportes da Região Litoral Sul com o Comércio Internacional e o Desenvolvimento Econômico Regional.** Universidade de Salvador – UNIFACS, 2009. Disponível em: < <http://www.ifbae.com.br/congresso5/pdf/B0081.pdf> > Acesso em: 07 jul. de 2011.

PELLEGRINI FILHO, A. **Ecologia, Cultura e Turismo.** 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1997. 171 p.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL PARTICIPATIVO DE ILHÉUS (PDMP). Secretária de Planejamento, Ilhéus: 2006. 151p.

QUEIROGA, E. F. **A Megalópole e a praça:** O espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa. 2001. 351f. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, SP, 2001. (Tese).

_____. **Praças e pracialidades em design: da visibilidade da paisagem à visibilidade dos lugares.** Disponível em:< http://www.fec.unicamp.br/~possite/procel_1s2009/areas/arquivos/metodologia/met3-pais1-pracas.pdf > Acesso em: 20 de set. 2009.

QUEIROZ, P. P. **Novo Plano Regulador da Cidade de Ilhéus.** Salvador, 1938.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

ROBBA, F; MACEDO, S. S. **Praças Brasileiras.** São Paulo: Edusp, 2002. 312p.

ROCHA, L. B. **O Centro da Cidade de Itabuna:** Trajetória, Signos e Significados. Ilhéus, Editus. 2003. 190 p.

_____. **A região cacauieira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa:** saga, percepção, representação. Ilhéus: Editus, 2008. 255 p.

ROLNIK, R. **Por uma política de reabilitação dos centros urbanos.** Disponível em: < http://www.usp.br/srhousing/rr/docs/por_uma_politica_de_reabilitacao_de centros_urbanos.pdf >. Acesso em 23 maio de 2011.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **o Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471 p.

SANTOS, M. **Zona do Cacau: introdução ao estudo geográfico**. Salvador: Artes Gráficas, 1955. 112 p.

_____. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994a. 155 p.

_____. O retorno ao território. In: **Território, Globalização e Fragmentação**. SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.; SOUZA, M. A. A. (orgs.) São Paulo: Hucitec, 1994b.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997a. 190 p.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 4. ed. 1997b. 88 p.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5º ed. São Paulo: Hucitec, 1997c. 124p.

_____. **O Espaço do Cidadão**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998. 142 p.

_____. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004a 431 p.

_____. **Metrópole Corporativa Fragmentada: O caso de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009a, 129 p.

_____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2009b, 384 p.

SANTOS, P. R. **Ilhéus, o porto e a crise regional**. Salvador: 2001. 199f. Instituto de Geociências. UFBA: Salvador, 2001. (Dissertação).

SEGAWA, H. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 1996. 255p.

SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA.
Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico. Salvador: SEI, 2003.

_____. **Mapas digitalizados do Estado da Bahia: base de dados**. Salvador: SEI, 2008. CD-ROM.

_____. **Informações municipais**. Disponível em: < <http://www.sei.ba.gov.br> >. Acesso em: 13 set. 2010.

SERPA, A. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007. 205p.

SILVA, S. B. M.; SILVA, B. C. N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. 2. ed. Salvador: UFBA, 2006. 216p.

SILVA, S. B. M.; SILVA, B. N.; LEÃO, S.O. **O subsistema urbano-regional de Ilhéus-Itabuna**. Recife: SUDENE, 1987. 427p.

SILVEIRA, A. K. **Itabuna, minha terra**. 2. ed. Itabuna: O Autor, 2002. 294 p.

SNIC - SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO DAS CIDADES. PROJETO: BRA/04/022 **Proposta de tipologia das cidades brasileiras I** – Aspectos metodológicos. FASE/PERNAMBUCO, Março de 2005. Disponível em: <http://observatoriodasmetrolopol.ufrrj.br/producos/mc_tcb_rel_1.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2010.

SOUB, J. N. P. **Minha Ilhéus: fotografias do século XX e um pouco de nossa história**. 2º ed. Itabuna: Via Literarum, 2010. 224p.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: conceitos e temas**. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.) 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 77-116.

SOUZA, M. A. **Governo Urbano**. São Paulo: Nobel, 1988, 84p.

TOREZANI, J. N. **Internet, cultura e turismo: o patrimônio arquitetônico de Ilhéus em sites informativos de turismo**. 2007. 204f. Programa de Pós-Graduação em Cultura e Turismo, UESC: Ilhéus, 2007.(Dissertação).

TRINDADE, G. Itabuna: redes e fluxos urbanos. In: ANDRADE, M. P.; ROCHA, L. B. **De Tabocas a Itabuna: um estudo histórico – geográfico**. Ilhéus: Editus, 2005. p.81-92.

_____. Cidade de Camacan, transformações socioespaciais e região: interpretando os conteúdos da paisagem. In: OLIVEIRA, C. G.; TRINDADE, G. A.; GRAMACHO, M. H.(orgs.) **Trajatória, permanências e transformações tempo-espaciais da cidade de Camacan/BA: interfaces com a crise da cacauicultura**. Ilhéus: Editus, 2009. p. 109-169.

_____. A rede urbana no âmbito territorial da aglomeração Ilhéus – Itabuna/BA. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. **Anais eletrônicos**. Porto Alegre, 2010a. Disponível em:<www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=309> Acesso: 10 jan. 2011.

_____. Globalização, redes e relação mundo – lugar: insistindo em um debate ainda não esgotado na geografia. In: **GEONORDESTE**, ano XX, n.2, p. 13-36, ago. 2010b. Disponível em:< <http://www.campusitabaiana.ufs.br/npgeo/geonordeste/20092>.> Acesso em: 25 jul. 2011.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Lista do Patrimônio Mundial**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/pt/brasil/cultura/world-heritage/list-of-world-heritage-in-portuguese/>> Acesso em: 15 maio 2010.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Disponível em:< http://www.unesco.org/pt/brasil/singleview/news/sao_francisco_square_in_sao_cristovao_sergipe_receives_title_of_world_heritage/ba ck/9669/cHash/dfbcdd7f51/.> Acesso em: 04 ago. 2010.

VILAS BOAS, R. **São Paulo: conflitos e negociações na disputa pela cidade**. São Paulo, Pólis, 1995. 80p.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: Deák, C. e Schiffer, S. R. (orgs.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004. p. 169-243.

_____. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global Editora, 1986. Disponível em:< http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/cidadao_habita.pdf. >Acesso em: 14 dez. 2010.

VINHÁES, J. C. **São Jorge dos Ilhéus: da capitania ao fim do século XX**. Ilhéus: Editus, 2001. 352 p.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS FREQUÊNTADORES DAS PRAÇAS

Caro (a) Freqüentador (a), Sou aluno de especialização da UNICAMP em parceria com a UESC e desenvolvo um trabalho sobre os usos e funções das praças do centro de Ilhéus. Gostaria de sua contribuição respondendo o questionário.

Atenciosamente,

Evaldo Borges.

OBS. (MARCAR SEMPRE APENAS UMA DAS ALTERNATIVAS)

TURNO EM QUE A PESQUISA FOI APLICADA.

manhã tarde noite

DIA EM QUE A PESQUISA FOI REALIZADA.

durante a semana fim de semana ou feriado

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA

J. J. SEABRA CEL. PESSOA CASTRO ALVES DOM EDUARDO

1) DESCRIÇÃO SÓCIO ECONÔMICA E DADOS DO PESQUISADO.

FAIXA ETÁRIA

- de 14 à 20 anos
 de 21 à 30 anos
 de 31 à 40 anos
 de 41 à 50 anos
 de 50 anos acima

NÍVEL DE ESCOLARIDADE.

- a) Fundamental
 completo incompleto
b) Ensino Médio
c) Nível superior
d) Sem nível de escolaridade formal.

QUAL DESSES ESPAÇOS CULTURAIS EM ILHÉUS VOCÊ MAIS FREQUÊNTA?

- a) Casa de cultura Jorge Amado.
b) Cine Santa Clara.
c) Teatro Municipal.
d) Festas de largo.
e) Feiras de artesanato.
f) Nenhuma delas

NÍVEL DE RENDA MENSAL.

- a) Até um salário mínimo.
b) De um a três salários mínimos.
c) De quatro a seis salários mínimos.
d) De sete à dez salários mínimos.
e) De dez salários acima
e) Não possui renda.

8) O QUE É O ESPAÇO PÚBLICO NA SUA OPINIÃO?

- a) Lugar de uso restrito onde apenas algumas pessoas podem fazer uso.
- b) Espaço utilizado para fazer comícios e eventos diversos.
- c) Espaço de uso comum utilizado por todos os frequentadores.
- d) De uso e domínio do poder público da cidade.
- e) Não sabe responder.

9) A PARCERIA DO SETOR PÚBLICO COM O SETOR PRIVADO NA GESTÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS É O EXEMPLO DO QUE OCORRE NA PRAÇA CAIRU. VOCÊ ACREDITA QUE ESSA PARCERIA É POSITIVA PARA AS PRAÇAS PÚBLICAS OU É MAIS UMA JOGADA DE MARKETING?

- A) Sim, é positivo
- b) Não, é uma jogada de marketing.

10) COMO VOCÊ AVALIA A ATUAÇÃO DOS ORGÃOS RESPONSÁVEIS PELA REGULAMENTAÇÃO DA QUALIDADE DA PRAÇA?

- a) Péssima.
- b) Ruim
- c) Boa
- d) Ótima

TABULAÇÃO DE DADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS

DESCRIÇÃO SÓCIO ECONÔMICA E DADOS DO PESQUISADO.

Faixa etária	%	Escolaridade.	%	Faz uso desses espaços culturais	%	Salário mensal	%
14 à 20	20	Fundamental completo	11	Casa Jorge. Amado	7	Até um salário	26
21 à 30	28	Fundamental incompleto	26	Cine Santa Clara	31	Um à três	41
31 à 40	22	Ensino médio	42	Teatro Municipal	25	Quatro à seis	9
41 à 50	12	Nível superior	21	Festa de Largo	6	Sete à dez	4
50 acima	18	Sem formação	0	Feiras de artesanato	13	Dez acima	7
				Nenhum deles	18	Sem renda	13

Forma de uso da praça		Contribuiria para ir mais à praça		Conservação das praças		Tem acessibilidade	
Ponto de passagem.	20%	Segurança	33%	Péssimo	22%	Sim	16%
Descanso	30%	Eventos	13%	Ruim	43%	Não	55%
Trabalho	8%	Melhor iluminação	9%	Bom	30%	Apenas algumas	25%
Encontros	18%	Reforma	38%	Ótimo	2%	Não sabe responder	4%
Levar crianças	9%	parque infantil	6%	Não sabe responder	3%		
Assistir eventos	3%	Ter dinheiro	1%				
Leitura	4%						
Respirar ar puro	8%						

A praça pode ser ocupada pelos ambulantes?		Opinião sobre condições das praças após eventos	
Sim, Sem atrapalhar a circulação.	36%	Não altera o ambiente físico	14%
Sim, Sendo regulamentada pela prefeitura	34%	De alguma forma é depredado	40%
Apenas as que trabalham com produtos úteis.	10%	Contra o uso das praças para esse fim	23%
Não porque polui visualmente.	20%	A favor do uso das praças para esse fim	20%
Não sabe responder	0%	Não sabe responder	3%

ENTREVISTA (PESSOAS QUE TRABALHAM NA PRAÇA)

NOME:

PROFISSÃO:

IDADE:

- 1) A QUANTO TEMPO VOCÊ TRABALHA NESSA LOCALIDADE?
- 2) PELA SUA HISTÓRIA DE CONVIVÊNCIA COM ESSE ESPAÇO DA PRAÇA É POSSÍVEL CITAR AS TRANSFORMAÇÕES QUE OCORRERAM NA PAISAGEM AO LONGO DOS ÚLTIMOS 40 ANOS.
- 3) EM SUA OPINIÃO, AO LONGO DESSES ANOS, MUDOU O PERFIL DAS PESSOAS QUE FREQUENTAM A PRAÇA?
- 4) SABE APROXIMADAMENTE A QUANDO A PRAÇA FOI CRIADA?
- 5) A PRAÇA É UM ESPAÇO PÚBLICO DE CONVIVÊNCIA QUE DEVE ACOLHER AS DIFERENÇAS. VOCÊ ACREDITA QUE A PRAÇA ATENDE A TODOS INDISTINTAMENTE?
- 6) QUE TIPO DE APOIO DO PODER PÚBLICO VC ACHA QUE FALTA PARA TRABALHADORES COMO VOCÊ?
- 7) QUAL O VALOR EFETIVO DA PRAÇA PARA AS PESSOAS QUE TRABALHAM NELA?
- 8) NA PRAÇA ACONTECEM AÇÕES DE CIDADANIA QUE TIPO? (CAMPANHA DE VACINAÇÃO; AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE; COMÍCIOS; FEIRAS BENEFICENTES, OUTROS).
- 9) A SUA ATIVIDADE COMERCIAL É POSITIVA PARA A CONSERVAÇÃO DA PRAÇA ONDE VC TRABALHA?
- 10) EM SUA OPINIÃO OS EVENTOS REALIZADOS EM PRAÇA PÚBLICA SÃO IMPORTANTES PARA A SOCIABILIDADE DAS PESSOAS?
PORQUE?
- 11) A QUANTO TEMPO NÃO OCORRE UMA REFORMA DESSA PRAÇA? ELA É BEM ASSISTIDA PELO PODER PÚBLICO.
- 12) EM SUA OPINIÃO O QUE FALTA NA PRAÇA ENQUANTO ESTRUTURA PARA MELHORAR O SEU FUNCIONAMENTO?
- 13) OS EVENTOS QUE ACONTECEM NO ESPAÇO DA PRAÇA AJUDAM NO DESENVOLVIMENTO DA SUA ATIVIDADE COMERCIAL? DE QUE FORMA?

ENTREVISTA (PESSOAS QUE MORAM PRÓXIMO À PRAÇA)

NOME:

PROFISSÃO:

IDADE:

PRAÇA

- 1) A QUANTO TEMPO VOCÊ MORA NESSA LOCALIDADE?
- 2) EM SUA OPINIÃO, AO LONGO DESSES ANOS, MUDOU O PERFIL DAS PESSOAS QUE FREQUENTAM A PRAÇA?
- 3) PELA SUA HISTÓRIA DE CONVIVÊNCIA COM ESSE ESPAÇO DA PRAÇA É POSSÍVEL CITAR AS TRANSFORMAÇÕES QUE OCORRERAM NA PAISAGEM AO LONGO DOS ÚLTIMOS 40 ANOS.
- 4) SABE APROXIMADAMENTE A QUANDO A PRAÇA FOI CRIADA?
- 5) A PRAÇA É UM ESPAÇO PÚBLICO DE CONVIVÊNCIA QUE DEVE ACOLHER AS DIFERENÇAS. VOCÊ ACREDITA QUE A PRAÇA ATENDE A TODOS INDISTINTAMENTE?
- 6) DE QUE FORMA VOCÊ FAZ USO DA PRAÇA?
- 7) SABEMOS QUE A PRAÇA TEM UM VALOR SIMBÓLICO POR FAZER PARTE, EM MUITOS CASOS, DA HISTÓRIA DA CIDADE. E PARA VC QUAL O VALOR EFETIVO DA PRAÇA?
- 8) NA PRAÇA ACONTECEM AÇÕES DE CIDADANIA QUE TIPO? (CAMPANHA DE VACINAÇÃO; AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE; COMÍCIOS; FEIRAS BENEFICENTES, OUTROS).
- 9) QUANTO À QUESTÃO DO USO E OCUPAÇÃO DA PRAÇA PÚBLICA PARA COMERCIO INFORMAL, COMO AMBULANTES E OUTROS, VOÇÊ É A FAVOR, ACHA QUE ISSO DE ALGUMA FORMA DANIFICA A PRAÇA?
- 10) EM SUA OPINIÃO OS EVENTOS REALIZADOS EM PRAÇA PÚBLICA SÃO IMPORTANTES PARA A SOCIABILIDADE DAS PESSOAS? POR QUE?
- 11) A QUANTO TEMPO NÃO OCORRE UMA REFORMA DESSA PRAÇA? ELA É BEM ASSISTIDA PELO PODER PÚBLICO.
- 12) EM SUA OPINIÃO O QUE FALTA NA PRAÇA ENQUANTO ESTRUTURA PARA MELHORAR O SEU FUNCIONAMENTO?
- 13) OS EVENTOS QUE ACONTECEM NO ESPAÇO DA PRAÇA INCOMODAM A VIDA DE QUE MORA PRÓXIMO?
DE QUE FORMA?

ENTREVISTA COM TURISTAS

NOME:

LOCAL DE ORIGEM:

- 1) VOCÊ FREQUENTA AS PRAÇAS DO CENTRO DA CIDADE DE ILHÉUS?
- 2) NA SUA OPINIÃO, QUAL A IMPORTÂNCIA DA PRAÇA PARA O TURISMO?
- 3) NA SUA OPINIÃO COMO ESTÁ A CONSERVAÇÃO DAS PRAÇAS DO CENTRO DE ILHÉUS?
- 4) O QUE VC ACREDITA QUE FALTA EM TERMOS DE EQUIPAMENTO NAS PRAÇAS.

ENTREVISTA (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS)

NOME:

- 1) QUAL A DATA DE INAUGURAÇÃO DAS PRAÇAS (DOM EDUARDO, RUY BARBOSA, CASTRO ALVES, CAIRU, CORONEL PESSOA, J. J. SEABRA)
- 2) O QUE DETERMINA A CRIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE UMA PRAÇA NA CIDADE?
- 3) QUAIS REFORMAS FORAM FEITAS NESSAS PRAÇAS DESDE SUA INAUGURAÇÃO? O QUE MOTIVOU AS MUDANÇAS?
- 4) EXISTE ALGUMA EXIGÊNCIA LEGAL PARA QUEM PRETENDE OCUPAR AS PRAÇAS COM ATIVIDADES COMERCIAIS (COMO QUIOSQUES, BANCA DE REVISTA, LANCHONETE, BARES E OUTROS)? SÃO COBRADOS TRIBUTOS OU TAXAS?
- 5) AS PRAÇAS DE ILHÉUS SÃO PROTEGIDAS POR ALGUMA LEI MUNICIPAL? QUAL?
- 6) QUANDO COMEÇOU A PARCERIA DA PREFEITURA COM A REDE MEIRA NA PRESERVAÇÃO DA PRAÇA CAIRU? SABE INFORMAR SE FOI APENAS UM ACORDO VERBAL OU FAZ PARTE DE ALGUMA LEI APROVADA PELO MUNICÍPIO? ALEM DA RESPONSABILIDADE SOCIAL SABE QUE OUTRO BENEFÍCIO A REDE MEIRA TEM COM ESSA PARCERIA?
- 7) EXISTEM PROJETOS DE ALGUMA OUTRA PRAÇA DO CENTRO SER “ADOTADA”?
- 8) EXISTE ALGUM PLANEJAMENTO POR PARTE DA PREFEITURA PARA QUANDO AS PRAÇAS FOREM UTILIZADAS PARA AÇÕES DE CIDADANIA (COMO CAMPANHA DE VACINAÇÃO; AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE; COMÍCIOS; FEIRAS BENEFICENTES)? QUEM SÃO OS RESPONSÁVEIS PELA LIBERAÇÃO DO ESPAÇO?
- 9) QUANTO AO ACOMPANHAMENTO E MANUTENÇÃO DAS PRAÇAS, COMO ISSO É FEITO? EXISTE UM PLANEJAMENTO COM VERBAS DESTINADAS A ESSE FIM, OU DEPENDE DE OUTROS FATORES?

10) O PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE ILHÉUS QUE NO PROGRAMA PRODETUR II DISPONIBILIZOU RECURSOS PARA A RESTAURAÇÃO DO QUARTEIRÃO JORGE AMADO, TAMBÉM CONTEMPLOU REFORMAS NAS PRAÇAS DAS PROXIMIDADES?

11) QUANTO À QUESTÃO DO USO E OCUPAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS PARA COMERCIO INFORMAL, COMO AMBULANTES E OUTROS, EXISTE ALGUMA LEI ESPECIFICA QUE PERMITA OU COÍBA ISSO?

12) NA SUA OPINIÃO OS EVENTOS REALIZADOS EM PRAÇA PÚBLICA SÃO IMPORTANTES PARA A SOCIABILIDADE DAS PESSOAS?

13) HÁ RELATOS DE QUE O TURISTA FREQUENTA AS PRAÇAS DO CENTRO DE ILHÉUS? COM QUE FINALIDADE?

14) O QUE O SENHOR (A SENHORA) CONSIDERA IMPORTANTE PARA MELHORAR A UTILIZAÇÃO DAS PRAÇAS DO CENTRO DA CIDADE PELAS PESSOAS?

ENTREVISTA PESSOAS QUE TRABALHAM VIZINHO À PRAÇA CAIRÚ

NOME:

PROFISSÃO:

IDADE:

1)A QUANTO TEMPO VOCÊ TRABALHA NESSA LOCALIDADE?

2) PELA SUA HISTÓRIA DE CONVIVÊNCIA COM ESSE ESPAÇO DA PRAÇA É POSSÍVEL CITAR AS TRANSFORMAÇÕES QUE OCORRERAM NA PAISAGEM AO LONGO DOS ÚLTIMOS 40 ANOS.

3)SABE APROXIMADAMENTE A QUANDO A PRAÇA FOI CRIADA?

4) NA PRAÇA ACONTECEM AÇÕES DE CIDADANIA QUE TIPO? (CAMPANHA DE VACINAÇÃO; AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE; COMÍCIOS; FEIRAS BENEFICENTES, OUTROS).

5) A QUANTO TEMPO NÃO OCORRE UMA REFORMA DESSA PRAÇA? ELA É BEM ASSISTIDA PELO PODER PÚBLICO.

6)EM SUA OPINIÃO O QUE FALTA NA PRAÇA ENQUANTO ESTRUTURA PARA MELHORAR O SEU FUNCIONAMENTO?